

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RAFAEL PROSDOCIMI BACELAR

**"ONDE O POLÍTICO TRADICIONAL VAI, O AMBIENTAL VAI MUITO
MAIS PROFUNDO": AMBIENTALISMO, AÇÃO POLÍTICA E
SUBJETIVAÇÃO DE JOVENS CARIOCAS**

RIO DE JANEIRO

2010

Rafael Prosdocimi Bacelar

"ONDE O POLÍTICO TRADICIONAL VAI, O AMBIENTAL VAI MUITO MAIS PROFUNDO": ambientalismo, ação política e subjetivação de jovens cariocas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia

Orientadora: Dra. Lucia Rabello de Castro

RIO DE JANEIRO

2010

B117 Bacelar, Rafael Prosdocimi

Onde o político tradicional vai, o ambiental vai muito mais profundo : ambientalismo, ação política e subjetivação de jovens cariocas / Rafael Prosdocimi Bacelar . Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

148 f. ; 30 cm.

Orientador: Lucia Rabello de Castro

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia/ Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2010.

1. Meio ambiente e jovens – Rio de Janeiro (RJ).
2. Subjetividade. 3. Psicologia ambiental. I. Castro, Lucia Rabello de, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD - 155.9

RAFAEL PROSDOCIMI BACELAR

***"Onde o político tradicional vai, o ambiental vai muito mais profundo":
ambientalismo, ação política e subjetivação de jovens cariocas***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 15 de janeiro de 2010.

Prof^a. Dra. Lucia Rabello de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
Universidade Federal de Minas Gerais

Rio de Janeiro, Janeiro de 2010

Ata da Reunião da Banca Examinadora do aluno **RAFAEL PROSDOCIMI BACELAR**, candidato ao grau de **MESTRE EM PSICOLOGIA**.

Aos quinze dias de janeiro de dois mil e dez, às quatorze horas no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Banca Examinadora aprovada pelo conselho de Pós-Graduação no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para examinar a dissertação de Mestrado, do aluno **Rafael Prosdocimi Bacelar** registro nº 108000241. Fizeram parte da Banca os professores Doutores: **Lucia Rabello de Castro, Marco Aurélio Máximo Prado, Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Angela Maria Silva Arruda (suplente)** cujos CPF's são respectivamente, 385.030.857-04, 065.650.868-00, 971.485.477-68, 630.698.227-20. A professora Lucia Rabello de Castro na qualidade de orientador e presidente da banca abriu os trabalhos concedendo ao aluno tempo para a exposição oral de sua dissertação intitulada "*Onde o Político Tradicional Vai, o Ambiental Vai Muito Mais Profundo*": Ambientalismo, Ação Política e Subjetivação de Jovens Cariocas". Dando prosseguimento o aluno foi argüido pelos professores examinadores. Ato contínuo passou a Banca a proceder à avaliação e julgamento da dissertação apresentada pelo aluno, concluindo pela aprovação. O aluno foi declarado, apte a receber o grau de **MESTRE EM PSICOLOGIA** cabendo a Universidade Federal do Rio de Janeiro, providenciar a documentação necessária. Nada mais a declarar, eu Ana Cristina Brasil Arcos, lavrei e assinei a presente ata. Rio de Janeiro, quinze de janeiro de dois mil e dez sendo seguida da assinatura dos membros da banca e do aluno.

- Lucia Rabello de Castro
- Marco Aurélio Máximo Prado
- Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Aluna: Rafael Prosdocimi Bacelar

Secretária: Ana Cristina Brasil Arcos

Raízes Subjetivas do Projeto Revolucionário

Tenho o desejo e sinto a necessidade, para viver, de uma outra sociedade diferente dessa que me rodeia. Como a grande maioria dos homens, posso viver nesta aqui e me acomodar-me - de qualquer forma, vivo nela. Por mais criticamente que tente olhar-me, nem minha capacidade de adaptação, nem minha assimilação da realidade me parecem inferiores ao meio sociológico. Não peço a imortalidade, a ubiqüidade, a onisciência. Não peço que a sociedade 'me dê a felicidade'; sei que isso não é uma razão que poderia ser distribuída pela municipalidade ou pelo Conselho operário do bairro, e que, se esta coisa existe, somente eu posso construí-la para mim, nas minhas medidas, como já me aconteceu, como ainda me acontecerá, sem dúvida. Mas na vida, como ela é feita para mim e para os outros, entrechocome com uma quantidade de coisas inadmissíveis, digo que elas não são fatais e que decorrem da organização da sociedade. Desejo e peço que antes de tudo meu trabalho tenha um sentido, que eu possa aprovar aquilo a que lhe serve e a maneira como é feito e que me permite entregar-me a ele verdadeiramente e usar minhas faculdades bem como enriquecer-me e desenvolver-me.

(Cornelius Castoriadis)

**Dedico este trabalho a minha mãe, Regina.
Pelo amor e o carinho que me dão a dose de certeza necessária
pra partir pro mundo.**

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar aos jovens que entrevistei e que me abriram suas casas e vidas para que eu pudesse realizar este trabalho. Agradeço muito pela disponibilidade, gentileza e atenção em todas as entrevistas. Agradeço também ao João Paulo Rabello e à Julia do PV que foram fundamentais para que eu entrasse em contato com esse campo fascinante do ativismo ambiental dos jovens no Rio de Janeiro.

À Lúcia, minha orientadora, por sua coragem intelectual, e por não ter medo de começar sempre de novo e de encarar desafios, algo que muito me inspira. Também por sua atenção e críticas no desenvolvimento deste trabalho.

À minha família que cresceu desde minha partida de BH. Aos meus irmãos Daniela e Luis, pela certeza da palavra de carinho nos momentos importantes, sempre. Agradeço também a eles por me darem os sobrinhos mais lindo do mundo, e que nos lembram da importante tarefa de trabalhar por um futuro social, político e ambiental melhor. Ao Gui-gui e à Liz por renovarem a vida à casa de minha mãe. À minha mãe pelo carinho e amor infinito do qual sou eternamente grato.

Ao meu pai por ter me ensinado como a vida é difícil, bela e contingente.

Agradeço também a toda minha família, meus avós, Antônio e Glorinha, aos meus tios e primos. Agradeço em especial ao Chico pelas trocas e conversas literárias, acadêmicas e sentimentais ao longo dos anos. E também ao meu Tio Júlio, pela atenção e por sempre me questionar e me colocar contra a parede, sem prejuízo algum ao carinho e às conversa bestas.

Aos meus amigos do doró que carrego comigo por onde vou, desde sempre. Uma lembrança especial ao nosso grande amigo Bogus que se foi tão cedo, durante o período em que realizava essa dissertação, e deixou um vazio enorme em todos nós.

Aos professores que encontrei na psicologia da UFMG que foram e são fundamentais nas minhas escolhas: Cláudia, Marco, Cornelis, Maria Luísa e Vanessa. Sou muito grato por poder compartilhar a existência pessoal, afetiva e teórica com pessoas tão maravilhosas. Agradeço também aos membros do Núcleo de Psicologia Política da UFMG, através do qual comecei a tatear estes caminhos da ação e da política, e que me trouxeram aqui neste momento. Sou muito grato pela amizade cada dia mais forte com o Otacílio e o Fredinho, pelas pesadas discussões acadêmicas, o “contrabando” de referências teóricas e pela conversa jogada fora nos botequins mais vagabundos.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, a Ana e ao Gian Carlo pela atenção sempre amável em relação às burocracias acadêmicas.

Aos amigos da pós, e a cada dia mais da vida, com os quais compartilhei tantas angústias nesses dois anos e que foram fundamentais na realização deste trabalho. À Amana, Bia, Conceição, Luana, Renata, Suzana e Sônia. A todos os amigos do NIPIAC, em especial a Andréia pela presteza e simpatia na resolução dos mais variados problemas, e ao Sal pelas conversas e aproximação dos últimos meses.

Às amigas lindas e eternas: Cássia, Elisa, Júlia e Lívia. Pelas festas, conversas sérias e bobas, telefonemas na madrugada. Aos amigos sociólogos e antropólogos mineiros, Juliana, Flávio, Saporì, Victor e Taináh, com os quais troquei muito nesses últimos anos.

Ao CNPq pelo auxílio financeiro que possibilitou a realização desta dissertação

Agradeço especialmente a Gabriela, por seu amor e por me fazer a cada dia uma pessoa melhor.

RESUMO

Nesta dissertação de mestrado investigamos as ações e os discursos de jovens ambientalistas cariocas acerca do campo socioambiental. Partimos da perspectiva de que os jovens são atores da vida social que, em meio às mudanças do tempo e do espaço, buscam agir e influir sobre a dinâmica da vida. A partir do viés da psicologia buscamos identificar o entrelaçamento entre subjetividade e luta social, mostrando de que forma os sujeitos entrevistados se constroem por meio dos processos ligados à ação ambiental. Identificamos o discurso ambiental como um discurso político, pois a atuação em razão de outra balança na apropriação das comunidades humanas sobre os recursos naturais coloca em questão regimes e ordenamentos sociais. A pluralidade e a contingência da ação e das subjetividades são identificadas como marcas constitutivas do contemporâneo, que influem na prática dos jovens pesquisados, o que significa que a realidade socioambiental - em seus elementos objetivos e subjetivos - não apresenta nenhuma essência ou destino pré-determinado. As subjetividades e as ações sociais são figurações precárias e contingentes, atravessadas por relações, tensões e embates. Esta consideração fundamenta nossa perspectiva teórica baseada nos conceitos de ação, discurso e subjetivação. Por meio destes conceitos, analisamos a forma como alguns jovens moradores do Rio de Janeiro, partindo de condições heterogêneas de vida, identificam-se com a luta pela preservação da natureza e se colocam em ação nesse campo. Nossa ênfase recai sobre as implicações subjetivas deste processo, ou seja, de que forma diferentes maneiras de ver, sentir e agir se instauram. Em nossa análise identificamos tanto as características positivas/afirmativas das ações e subjetividades, como o cenário de relações e tensões que estabelecem o ambientalismo enquanto prática e discurso para esses jovens.

ABSTRACT

This dissertation investigated the actions and the discourse of young environmentalists from Rio de Janeiro about the environmental field. We took the perspective that young people are actors of social life that live with the changes of time and space, seeking to act and influence the dynamics of life. From psychology bias we seek to identify entanglement between subjectivity and social struggle, showing how the subjectivity is constructed through processes linked to environmental action. We identify the environmental discourse as a political discourse, because the actions of another balance due on the appropriation of human communities on natural resources calls into question regimes and social orders. The plurality and contingency of action and subjectivities are identified as constitutive of the actual time, which influence the practice of young people surveyed, meaning that the environmental reality - in their objective and subjective elements - presents no essence or predetermined destination. Subjectivities and social actions are precarious and contingent figurations, traversed by relations, tensions and conflicts. This consideration underlies our theoretical perspective based on the concepts of action, discourse and subjectivity. Through these concepts, we look at how some young residents of Rio de Janeiro, living in heterogeneous conditions, identify with the struggle for the preservation of nature and put into action in this field. Our emphasis is on the subjective implications of this process, ie, how different ways of seeing, feeling and acting are established during the process. In our analysis we identified both positive actions and characteristics of subjectivity, as the framework of tensions and relationships that establish environmentalism as a practice and a discourse to these young people.

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO 1. Juventude e ação política	17
1.1 A juventude, as políticas públicas e a questão dos direitos sociais -	-21
1.2 Os jovens como atores do sistema político	23
1.3 Cultura e subjetividade nas ações políticas dos jovens	-26
1.4 O aparente paradoxo da ação política da juventude na atualidade: Entre a Apatia e Inovação	-33
1.5 A ausência de “fundamento” como fundamento do contemporâneo, uma reconfiguração da relação entre juventude e política -	35
CAPÍTULO 2. A emergência do campo ambiental	-39
2.1 Introdução: o contexto social e político de emergência do ambientalismo	39
2.2 O surgimento da luta ambiental	42
2.3 Em defesa da natureza? A dimensão simbólica do ambientalismo	45
2.4 A dimensão política do discurso ambiental -	48
2.5 Subjetividade e engajamento: os determinantes da ação ambiental -	-52
CAPÍTULO 3. Ação, discurso e subjetivação	-57
3.1 O conceito de ação	61
3.2 O conceito de discurso	69
3.2.1 A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: A contingência e a pluralidade do social	70
3.2.2 A hegemonia como instituição do social: o discurso e a articulação	77
3.3 Os modos de subjetivação	-90
3.3.1. O enredamento dos sujeitos nas relações sociais: contra o ideal da soberania e da razão abstrata	91
3.3.2 O processo de subjetivação: entre nomes e o vazio	95
CAPÍTULO 4. Jovens ambientalistas: cotidiano, consciência e política	102
4.1 Considerações metodológicas	104
4.2 Discussão e Análise das Entrevistas	112
4.2.1 A relação com o meio ambiente como um determinante biográfico -	113
4.2.2 Consciência, sensibilização e coerência como princípios para o engajamento ambiental	-118
4.2.3 O ambientalismo: Um discurso político?	-125
CAPÍTULO 5. Considerações Finais	-134
REFERÊNCIAS	140
ANEXO A. Roteiro para as entrevistas	148

APRESENTAÇÃO

Durante os quase dois anos de elaboração desta dissertação de mestrado muitos possibilidades e caminhos surgiram. Por vezes me encontrei perdido entre escolhas que ora pareciam satisfatórias ora desanimadoras. A pesquisa acadêmica, em especial nas ciências humanas e sociais, coloca em relação considerações de ordem científica, ética e política que se cruzam às nossas experiências subjetivas. Nesta jornada tive que escolher uma rota, construir um caminho e, assim, deixar outros possíveis para trás. Uma bússola me acompanhou por todo esse percurso e foi fundamental nas encruzilhadas. A pergunta essencial que tem me guiado se dá em torno das maneiras como os sujeitos constituem modos políticos de ver, de sentir e de ser em relação aos fenômenos sociais. Busquei explorar os percalços que conduzem os indivíduos a ações coletivas, a construção de um projeto de vida enlaçado à busca da transformação da realidade, seja ela a ambiental, social ou política. Investigo os processos entre política e sensibilidade, discursos coletivos e percepções e afetos. Partindo de um porto importante em minha breve trajetória - a perspectiva da psicologia política - interessei-me desde a graduação em compreender como determinadas relações sociais conduzem, ou melhor, propiciam maneiras diversas de ver e de se relacionar com o mundo. Se por um lado vivemos sempre em condições particulares, estas condições são tudo menos um conjunto homogêneo de fatos objetivos. Gilberto Gil em sua canção nos lembra “que um copo vazio, está cheio de ar”. Minha preocupação teórica e política se dirige às possibilidades de construção de um olhar crítico sobre o mundo, não só de um olhar, sobretudo de uma ação, de um gesto e de uma luta. Há muitos mundos possíveis entre uma intenção e um gesto, entre um fato e uma consequência, e porque será que alguns fatos desencadeiam processos de enfrentamento, de questionamento das coisas do mundo e outros não o fazem?

Investigo nessa dissertação de mestrado a maneira como se constitui a ação e o discurso ambiental entre jovens cariocas. A questão ambiental, como campo de pesquisa, emergiu para mim já no desenrolar dos meus estudos de mestrado, quando focava meus estudos nas questões políticas contemporâneas dos jovens no Brasil. Ao observar os processos e mobilização no campo do ambientalismo me vi desafiado tanto do ponto de vista político quanto teórico. O que me chamou mais atenção foi a capacidade de expansão da ecologia em se constituir como uma luta universal, em produzir um espaço de convocação radical para ação em um mundo, já há algum tempo, nomeado como reino de identidades e lutas fragmentadas e parciais, reino do

efêmero e do contingente. Estudando as condições sócio-políticas e culturais do contemporâneo com sua ênfase na fragmentação não poderia deixar de me espantar com um discurso que nas últimas décadas irrompeu por mercados, estados, organizações sociais, programas de televisão, alterando hábitos e ideologias, ainda que tal discurso parece permanecer, por vezes, incapaz de alavancar transformações sociais visíveis e assim articular posições críticas ao estado das coisas atuais.

A preocupação ambiental e ecológica vem, sobretudo, nas décadas de 90 e início dos anos 2000 se consolidando entre os mais diversos setores da vida social. Essa progressiva ampliação da questão ecológica se dá em meio a profundas contradições. Tais aspectos emergem na diferença dos atores e dos interesses atrelados ao signo “ecologia”, assim como aos códigos que parecem tudo ou nada dizer como “sustentabilidade” e “ecologicamente correto”. Termos estes que são incorporados nos discursos de indústrias multinacionais, bancos, empresas petrolíferas, movimentos socialistas e pequenos coletivos de agroecologia. Esta capacidade dos símbolos ecológicos em fornecer suporte a tão diferentes projetos políticos e modos de subjetivação, menos do que um empecilho é o que nos convoca a pensar e realizar esta dissertação. É porque o tema meio ambiente não é óbvio e não se mostra “naturalmente” que os sujeitos individuais e coletivos continuamente se esforçam para trazer nas mesmas palavras concepções tão distintas. Tais concepções embasam visões de mundo que colocam em primeiro plano uma ou outra forma de ação. Mais do que apenas se restringir a pluralidade e diversidade de tais perspectivas nos interessa apreender a maneira singular destas ações e como elas se articulam a dimensões tanto objetivas quanto subjetivas, contingentes e históricas.

Por outra perspectiva, os jovens surgem como atores de conflitos diversos, ao longo do século XX. A relação entre juventude e política é um tema recorrente de pesquisa nas ciências humanas e sociais, sobretudo após o final da década de 60. Este período, marcado pela emergência de movimentos de protesto e ações coletivas em todo o mundo, é também o contexto de nascimento do ambientalismo. A luta dos jovens e dos ambientalistas associados a outros movimentos sociais desencadearam mudanças fundamentais na maneira de compreender a ação coletiva assim como a condição de sujeito. Tais processos abriram amplas avenidas teóricas até os dias de hoje, e este trabalho em certa medida passará também por esta avenida, tentando chegar à compreensão do engajamento e da ação de jovens na cena contemporânea. Mas se fazemos questão de marcar a singularidade da condição contemporânea - a pluralidade, contingência e heterogeneidade - não entendemos por isso que haveria algum tipo de geração

espontânea de lógicas de ação e de discursos políticos. A pluralidade emerge a partir de relações concretas, entre possibilidades não aleatórias.

Nesta pesquisa nos voltamos para a análise das formas de ação de jovens em torno da temática ambiental. Se a juventude tem sido um espaço importante de ação e preocupação ecológica, pouco se tem produzido em torno do seu significado e das características específicas desse ativismo. Buscamos identificar em nossa pesquisa as maneiras de agir e os discursos que constituem orientações para o engajamento dos jovens com essa questão. Assim o jovem não é, necessariamente, engajado ou apático, de esquerda ou de direita, ecologista ou poluidor, é na relação mesmo entre experiências e projetos sócio-políticos que ele se constitui em alguma destas posições. Dessa forma, entendemos que não há atribuições específicas da condição do jovem, algo que pode produzir espanto entre alguns. Ao perguntar sobre as ações ambientais dos jovens também questionamos como certo “ser jovem” emerge através da ação ecológica, ou seja, a juventude não tem nesse estudo nenhuma essência constitutiva.

É sobre este conjunto de inquietações que este trabalho se debruça. Ao considerar a contingência como condição para a construção subjetiva e o próprio agir, buscamos escapar da idéia de ações e sujeitos prontos e caminhos privilegiados, para em seguida analisar as maneiras (contingentes) pelas quais os sujeitos agem, ligando práticas e experiências a sentidos específicos. Em nossa pesquisa conversamos com jovens envolvidos em ações ambientais identificando visões de mundo, relações e conflitos.

No primeiro capítulo apresentamos criticamente a revisão acerca da literatura específica sobre juventude e política, com ênfase nas formas de ação coletiva por parte de jovens. É imprescindível entender como pesquisadores de várias disciplinas no campo das ciências humanas respondem à conjunção dos jovens e da política, questionado o papel que cabe à juventude nessa relação. Efetuadas tais demarcações procedemos à discussão acerca das maneiras de compreender o engajamento político e as ações coletivas dos jovens, considerando elementos históricos dessa questão que guiam nossa perspectiva sobre esse assunto. Partilhamos da idéia de que há em cena uma multiplicidade de agenciamentos e temáticas nas ações políticas dos jovens.

No segundo capítulo abordamos a questão ambiental. Em primeiro lugar discutimos a condição social e a temporalidade pelas quais qual a luta ecológica se constituiu como vetor de mobilização social para, em seguida, delimitar as temáticas que nos interessam nesse

movimento. Dessa forma, apresentamos as principais inflexões que a ecologia coloca para o nosso campo de estudo, ao vislumbrar a complexidade e extensão do tema do ambientalismo focamos especificamente nas questões do ativismo ambiental, em particular em nosso país.

No terceiro capítulo apresentamos os três conceitos que constituem as ferramentas analíticas de nossa pesquisa. A ação, o discurso e a subjetivação. Mais do que conceitos independentes entendemos que no processo da ação política há sempre implicações da ordem do discurso e da subjetividade. Portanto, os conceitos se articulam entre si, não há algo próprio à ação que não diz respeito, também, à subjetivação, e assim por diante. A delimitação conceitual se mostra pertinente para, com cada conceito, iluminar determinados aspectos do fenômeno social, e nada mais do que isso. É a partir destes três eixos e de suas relações que analisaremos as práticas ambientais da juventude.

No quarto capítulo apresentamos uma breve discussão metodológica, assim como a maneira como conduzimos a nossa pesquisa de campo. Discutimos também os nossos resultados de análise, apresentando os eixos ao redor dos quais os jovens se engajam nas ações ambientais. Em primeiro lugar demarcamos a dimensão biográfica associada ao vínculo com a natureza: as experiências com o meio ambiente que acompanham estes jovens desde a infância até o momento em que nos encontramos. Dessa forma, há um processo pelo qual a questão ambiental é incorporada a vida desses sujeitos. Num segundo momento entendemos que para estes jovens há certos processos que agenciam uma perspectiva ambiental, e assim vemos emergir conceitos como consciência, sensibilização e coerência. Estes conceitos e seus entrelaçamentos apontam tanto para perspectivas da ação quanto para consideração de ordem subjetiva. E por fim discutimos a relação que o discurso ambiental tece com outros domínios da vida social, buscando entender em que sentido a prática ambiental desses jovens se revela (ou não) um discurso político, incidindo sobre as determinações da vida social. Nas considerações finais identificamos os principais elementos dessa pesquisa e seus possíveis desdobramentos.

CAPÍTULO 1

JUVENTUDE E AÇÃO POLÍTICA

A ação política protagonizada por jovens tem sido um tema de pesquisa recorrente nas diferentes áreas das chamadas ciências humanas e sociais, sobretudo após os anos 60 (IBASE/PÓLIS, 2007). De maneira geral a psicologia, pedagogia e as ciências sociais, dentre outras, buscam apreender a relação entre elementos objetivos - condições sociais – e subjetivos para determinação do agir político. Algumas perspectivas enfatizam os canais de participação dos jovens na dinâmica institucional e formal do sistema político, como as eleições e partidos políticos (HOOGHE e STOLLE, 2005); outras buscam compreender o desenrolar de ações coletivas e protestos contemporâneos (PLEYERS, 2005; FEIXA, PEREIRA E JURVIS, 2009). A partir dos mesmos termos vemos surgir fenômenos diversos, o que demonstra a amplitude de realidades cobertas pelos estudos no campo entrelaçado da juventude e política. Tal heterogeneidade nos convoca a estabelecer diferenças e semelhanças em torno dos estudos em questão, e por esse caminho delimitar nossa perspectiva para a realização desta pesquisa.

Neste capítulo iremos abordar os estudos e pesquisas que colocam em relação estas duas categorias: a juventude e a política. Esta é entendida como um domínio da vida humana no qual a realidade social é objeto de reflexão, crítica e mudança. As reflexões e textos abordados aqui tomam como ponto de partida diferentes perspectivas que refletem, por sua vez, a diversidade de bases filosóficas para a ação política dos jovens no contemporâneo. Complexidade patente no campo dos estudos da juventude e que também se faz presente na dinâmica da ação política, fruto de profundas transformações sócio-culturais das últimas décadas (GIDDENS, 1991; BECK, GIDDENS e LASCH, 1997). Estas transformações colocaram em xeque dicotomias constitutivas do pensamento político, como público e privado, individual e coletivo, particular e universal, ideologia e prática. Mas tais transformações não ocorreram no vácuo, não partiram do nada e nem mesmo mudaram tudo, como alguns querem crer. Se ainda temos agenciamentos políticos clássicos, como a militância estudantil, vemos também emergir “coletivos” de jovens, e outras modalidades de ação não prescritas nos moldes institucionais, como de jovens pichadores que através da sua ação alteram a estética da cidade. Há jovens organizados em grupos de defesa dos direitos de negros, mulheres e de homossexuais, carregam ideais e utopias da contracultura, querem um mundo livre da

opressão, da desigualdade, do fim da poluição. Nestas ações, alguns se juntam aos amigos mais próximos e outros se reúnem pela internet com pessoas que nunca viram. Organizam protestos, realizam performances em vias públicas, investem nos aparatos de regulação governamental. As formas e os conteúdos da ação se combinam de muitos jeitos, o que longe de trazer o alívio de uma pluralidade despreendida, na qual tudo é “diferente”, coloca espinhosos problemas teóricos. Será que de fato podemos dizer que todas essas ações aí em cima, são políticas? E o que isso significa? Qual importância há no fato desse atores serem jovens? Ora, logo vemos que muitos daqueles binarismos acima mencionados acabam se cruzando e complicando nossa equação. Se para alguns pode ser difícil encontrar, “nesses dias de hoje”, um jovem politicamente engajado, para muitos pesquisadores a dificuldade é entender e decompor os ingredientes de uma participação fluida e confusa, na qual o político não aparece de forma pura como nos fazem crer filósofos e sociólogos do domínio da política. Assim, a juventude (não só ela, certamente) tem colocado em questão a maneira como relacionamos o indivíduo à política, a ação às visões de mundo que organizam nosso espaço social. No mesmo instante em que proliferam teorizações sobre a emergência de uma nova cultura política voltada para bens não-materiais, escolhas éticas individuais e o fim dos conflitos e antagonismos (INGLEHART, 2002; GIDDENS, 1994; BECK, 1997), observamos a recente criação e manutenção dos Fóruns Sociais Mundiais, contando sempre com presença maciça de jovens do mundo todo que se organizam ao longo do planeta na luta contra um inimigo claro e comum, o capitalismo e sua exploração econômica, social e cultural (PLEYERS, 2005).

Nesta pesquisa de mestrado nos enveredamos por esse tortuoso caminho. Nosso objetivo foi compreender os discursos e as ações ambientais¹ de jovens cariocas, compreendendo que tal processo sempre se liga a inflexões subjetivas e gera um necessário reordenamento de visões de mundo e subjetividades. Assim estendemos o foco de nosso trabalho à análise das entrevistas de sete jovens cariocas (entre 19 e 27 anos), considerando suas formas de ação e os discursos que colocam em cena determinada forma de conceber o mundo social e ambiental.

¹ Há uma questão em torno do uso dos termos, ambiental ou ecológico, de suas semelhanças e em que se distinguem. Carvalho (2001) afirma que não há grandes diferenças entre estes termos, mas para ela ambiental designa um campo mais aberto, menos específico.

Ao voltarmos para o tema da juventude e da política percebemos que há uma grande diversidade de temas, enfoques e metodologias². Desta maneira buscamos identificar quais diferenças seriam significativas no levantamento desse material e como poderíamos identificar regularidades e assim compor certos agrupamentos, o que possibilitaria a realização de comparações e diferenciações. Tal processo foi importante por possibilitar diferenciar as abordagens que colocam em questão a relação dos jovens com a política. A partir desse levantamento identificamos três conjuntos de pesquisas que trazem importantes diferenças. Em primeiro lugar vemos que uma grande parte das pesquisas se volta para o debate em torno da criação e manutenção de políticas públicas e para a discussão dos direitos da juventude (BANGO, 1999; CARRANO E SPOSITO, 2003; BELLUZZO E VICTORINO, 2004; NOVAES e VANNUCHI, 2004; GAUTHIER, 2004; ABAD, 2005; SPOSITO E COLS, 2006; MARTINS E AUGUSTO, 2005; IBASE/PÓLIS, 2007; dentre outros). Em segundo lugar temos as pesquisas que discutem a participação políticas dos jovens nos mecanismos formais do sistema político, como as eleições, partidos e organizações políticas (NORRIS, 2003; KRISCHKE, 2004; GAUTHIER, 2005; GRAVEL, 2005; HOOGHE E STOLLE, 2005; SLOAM, 2007; IBASE/PÓLIS, 2007; NAZZARI E BARRA 2007). E por fim consideramos uma terceira perspectiva, aquela que analisa a ação política dos jovens a partir da cultura e da subjetividade (RATTANSI e PHOENIX, 1997; SPOSITO, 2000; DAYRELL, 2002; SOUZA, 2002; CASTRO e CORREA, 2005; PLEYERS, 2005; KOVACHEVA, 2005; AUGUSTO, 2007; KWON, 2008; GOMES, 2008; CASTRO E MATOS, 2009).

As diferenciações que nos permitem estabelecer estas categorias se dão em torno da maneira como se articulam a juventude e a política. Na primeira temos uma perspectiva marcada pela referência à situação de opressão e subordinação de jovens que encontram respaldo e ações por parte do estado, no sentido de transformar certa realidade social desses jovens. Assim, é recorrente a referência a necessidade de políticas públicas para a juventude, com o foco nas suas situações sociais de vida. Há uma forte preocupação com a relação entre desigualdade social e a condição de vida dos jovens. No segundo agrupamento temos pesquisas que consideram a categoria social juventude, como um possível ator do sistema político formal. A ênfase recai muito mais nas questões institucionais do que culturais ou simbólicas. A terceira ênfase se baseia numa concepção de política mais ampla que a primeira e a segunda, assim

² Menos do que uma revisão completa e exaustiva do campo, buscamos identificar as referências, perspectivas teóricas e temáticas mais exemplares tanto na literatura brasileira quanto internacional.

como o centro do seu questionamento é a relação e interação dos jovens, as ações, símbolos, e subjetividades postas em marcha nas ações coletivas.

É preciso entender que esta divisão é muito mais fluida do que rígida, no sentido de que há um trânsito constante entre olhares e perspectivas, assim como trabalhos e pesquisas que abarcam questões candentes a todas essas problemáticas. Não estamos afirmando, portanto, que nas instituições políticas formais não há subjetivação e interação entre jovens, ou ainda que o encadeamento de ações de protesto por parte da juventude não se dá de forma institucionalizada, ligado a dimensões políticas formais. A diferença é em torno das ênfases que uma ou outra mirada dá. Castro e Abramovay (2003), por exemplo, ao propor o debate de políticas de/para/com jovens buscam contemplar a diversidade de manifestações políticas juvenis, considerando tanto as práticas e especificidades da identidade do jovem, o reconhecimento do estado como espaço de agenciamentos de políticas, e a contemplação dos jovens na participação neste processo. A questão não é pensar em termos de uma formulação ou outra, mas compreender que estas abordagens lançam luz a problemas diferentes, pois trazem uma equação específica entre juventude e política.

As duas primeiras abordagens analisam principalmente a relação dos jovens, sua condição e experiências a um processo político mais ou menos estabelecido. Na primeira tem-se um maior enfoque nas ações do estado em direção aos jovens, ou seja, há uma proposta de transformação da realidade juvenil através das políticas públicas. No segundo grupo de trabalhos, o que é central é o funcionamento das democracias e do sistema político, assim, volta-se para os jovens enquanto potenciais atores do sistema político. Ambas as perspectivas enfocam os desdobramentos políticos ligados à institucionalidade democrática, seja através do enfrentamento da questão social, pela esfera dos direitos, seja através da legitimidade do sistema representativo assim como pela manutenção geracional desse sistema. Para a terceira abordagem, o que é fundamental é compreender a relação dos jovens com as suas experiências de vida nos discursos e ações coletivas. Assim, desloca-se da questão política propriamente dita para a questão da subjetividade e da cultura. Se a preocupação política é uma constante nas três perspectivas, elas colocam diferentes visões de política e juventude em jogo.

No entanto não devemos considerar esta diferenciação como se tratasse de elementos irreduzíveis, pois no jogo de relações e ações há um constante entrelaçamento entre instituição e subjetividade. Ou seja, jovens envolvidos no debate sobre políticas públicas também estão imersos em relações sócio-culturais marcadas por uma condição juvenil, e vice-versa. Mas ao

demarcar a diferença entre essas perspectivas ressaltamos como a adoção de determinado arcabouço teórico e metodológico conduz a possibilidades específicas de compreensão, e que a relação entre a juventude e a política é atravessada por lógicas diversas (KOVACHEVA, 2005). Assim são extremamente sérias as conseqüências dos estudos que ao abordar a indiferença dos jovens com o sistema político formal concluem que a juventude é apática ou desinteressada. Entender isso nos auxilia a colocar e recolocar certos problemas no seu devido lugar e assim desfazer paradoxos e incorreções conceituais na questão da ação política da juventude.³

1.1 A juventude, as políticas públicas e a questão dos direitos sociais

A visão que sobressai nestas pesquisas e análises é da juventude como uma categoria social submetida a condições sociais de constrangimento e subordinação. Tal situação aparece como uma questão política, no sentido que coloca em cena uma forma de relação da sociedade e dos seus dispositivos sobre esta situação social dos jovens. O enfrentamento parte de situações percebidas como injustas e tem um forte caráter normativo. Esta perspectiva tem dominado politicamente e teoricamente o campo de estudos da juventude no Brasil nos últimos anos.

Nos últimos 10 anos, o debate sobre juventude e, principalmente, sobre políticas públicas para o segmento aumentou bastante, envolvendo uma miríade de atores de âmbitos distintos e em diferentes arenas públicas: gestores locais buscando se articular e aumentar sua força política e orçamentária, ONGs e entidades da sociedade civil aumentando o escopo de suas ações e procurando constituir rede para propor e executar políticas públicas; fundações empresariais e organismo de cooperação internacional financiando projetos da sociedade civil e programas públicos, núcleos acadêmicos [.etc..] (IBASE/PÓLIS, 2007, p.8).

Sposito e Carrano (2003) analisam as diversas iniciativas públicas voltadas para a juventude por parte do governo federal entre os anos de 1995 e 2002. Os autores seguindo a definição de Rua (1998 apud SPOSITO e CARRANO, 2003, p.17) entendem que a política pública deve ser vista como um “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”. A designação de “problemas políticos” surge como um contraponto à idéia de estado de coisas, ou seja, à idéia de que alguma situação não é apenas um elemento da

³ Um dos principais paradoxos se dá no diagnóstico da situação participativa da juventude na atualidade, que ora identifica uma apatia, e ora uma inovação política (FORBRIG, 2005). Discutiremos essa questão adiante.

paisagem, mas pode e deve ser transformado. *"A construção da pauta de direitos a serem garantidos pelo estado (e exigidos pelos atores da sociedade civil) ainda está sendo feita assim como está em debate a definição da perspectiva que orienta a constituição do paradigma dos jovens como sujeitos de direitos"* (IBASE/PÓLIS, 2007, p.11). E assim há a necessidade de construir certos consensos em torno das perspectivas que orientam estas ações o que implica a existência de diferentes visões sobre a juventude (SPOSITO e cols, 2006). As políticas públicas voltadas para os jovens são ferramentas importantes na transformação do senso comum em torno das concepções que incidem sobre este jovem (ABAD, 2005; SPOSITO E COLS, 2006). Duas versões principais se impõem neste âmbito: a idéia do jovem como um sujeito perigoso e violento, o que gera a necessidade de controle deste jovem; e a idéia de proteção e preparo, que se liga a concepção de moratória, de uma especificidade social, cultural e psíquica do ser jovem (ABRAMO, 1997; SPOSITO e CARRANO, 2003). Exemplificando essa dualidade Abramo (1997) aponta duas notícias dos anos 1990 cruciais para uma reflexão acerca da condição do jovem no Brasil: a chacina da candelária no Rio de Janeiro e o homicídio praticado por jovens de classes média-alta contra um indígena em Brasília. Se estes fatos narram histórias distintas, num caso a cruel chacina de meninos de rua e no outro a ação violenta partindo de jovens formados com as melhores condições sócio-econômicas do país, ambos colocaram na esfera pública a problemática juvenil sob o marco da violência.

No caso brasileiro, os esforços em torno das políticas públicas vem se consolidando de forma mais radical na última década (SPOSITO e CARRANO, 2003), tempo no qual instituições como os conselhos e secretarias específicas para a juventude se fortalecem no interior dos três poderes da república, assim como a criação de duas instâncias coordenadoras de políticas nacionais (IBASE/PÓLIS, 2007). Há grande preocupação com as iniciativas governamentais, na discussão dos formatos para a deliberação de programas e execução dos mesmos. As condições e experiências desses jovens são fundamentais, mas por vezes há uma apressada tipificação dessas situações e a conseqüente desconsideração das questões e temas que de fato preocupam esses jovens. O problema dessa perspectiva, ao que nos parece se dá pelo engessamento em torno de programas e procedimentos, que coloca todo o peso no plano institucional, e que por vezes desconsidera as ações, sentimentos e maneiras de ser dos jovens (CASTRO, 2008). É preciso mais interação do que integração (KOVACHEVA, 2005), e uma atenção permanente para que por trás de nossas boas orientações e intenções não se construa uma barreira a possibilidade de relação com esses sujeitos.

1.2 Os jovens como atores do sistema político

A preocupação com a participação eleitoral de jovens é uma referência bastante comum em estudos internacionais (GAUTHIER, 2005; FERREIRA, 2005; SLOAM, 2007; NAZZARI e BARRA, 2007). Nestes casos a preocupação central é em torno da participação e a não participação dos jovens em pleitos eleitorais, assim como em outras instâncias de representação formal. No caso brasileiro, como o lembra Gravel (2005) tal perspectiva não é preponderante tendo em vista a obrigatoriedade do voto em nosso país. Neste eixo concentramos estudos e trabalhos voltados para o sistema político, a discussão em torno da relação que os jovens estabelecem com os mecanismos de participação como as eleições, partidos políticos, órgãos de estado.

Predomina nestas pesquisas do segundo eixo a preocupação não tanto em torno da juventude, mas mais localizado no sistema político, na sua legitimidade e funcionamento.

Os atores políticos tradicionais têm "mais uma preocupação com a ausência dos jovens nos espaços e canais de participação política do que com questões políticas relativas a eles" essa ausência vem tanto da inexistência de atores juvenis nas esferas políticas atuais, como a baixa adesão dos jovens aos organismos e movimentos políticos (ABRAMO, 1997, p.27)

Esta ausência tem gerado um grande número de pesquisas acerca de suas causas e motivações. (MUXEL, 1997; O'TOOLE E COLS, 2005; SLOAM, 2007). A ação e o envolvimento dos jovens nesse campo se dão, em geral, a partir de um enquadramento com repertórios e agenciamentos definidos (NORRIS, 2003). Se no primeiro conjunto de artigos ressaltamos que o que o embala é uma visão normativa voltada para uma transformação efetiva da situação desse outro, o jovem. Aqui o que vemos é uma perspectiva mais fechada acerca da visão da política, voltada exclusivamente para os de canais institucionais de participação e mecanismos de regulação governamental. Uma reflexão polêmica, mas importante nesse campo é a consideração da não participação dos jovens nas instituições democráticas:

Os jovens não são protagonistas ativos dos sucessos políticos, senão que segue como um espectador passivo, e mais frequentemente o ignora como de todo. Isto compromete a estabilidade da democracia que depende não somente do

desenvolvimento econômico senão também da eficácia e a legitimidade de seu sistema político (NAZZARI E BARRA, 2007, s/p).⁴

O jovem por vezes é visto como um ator que não participa politicamente o que é considerado um problema grave. Sua participação é considerada importante, tanto para a ampliação da legitimidade democrática, quanto na garantia futura da permanência do sistema democrático. Este assunto é muito comentado e debatido pelos teóricos da juventude, mesmo entre aqueles críticos a essa visão de uma apatia da juventude atual (NORRIS, 2003; O'TOOLE, MARSCH e JONES, 2003; STOOLE e HOOGHE 2005; KOVACHEVA 2005, KRISCHKE, 2005; PLEYERS, 2005, IBASE/POLIS, 2007; CASTRO, 2009). O diagnóstico da apatia política tem seu ponto de partida na diminuição dos índices de participação dos jovens em eleições, e na filiação a partidos e associações da sociedade civil, principalmente na Europa (SLOAM, 2007; FORBRIG, 2005)⁵. O que se afirma é que estaríamos vendo a emergência de uma geração politicamente e socialmente desinteressada, que volta às costas para o bem comum. Mas há diversas críticas a esta posição, demonstrando que é contra determinada maneira de ordenar a política que tais jovens se voltam (SLOAM, 2007). A discussão recai, portanto, sobre o significado de tal “apatia”, se ela representaria um distanciamento do jovem em relação aos problemas do mundo comum, ou simplesmente sua não participação nessa forma particular de participação, os mecanismos formais (KOVACHEVA, 2005, p.19). O'Toole, Marsch e Jones (2003) defendem que estamos vivendo uma época de mudança dos padrões de ação dos jovens, e assim apontam para três problemas nas pesquisas que diagnosticam a apatia e desengajamento juvenil: O uso de um conceito limitado e fechado de política que desconsidera a visão dos próprios sujeitos sobre o que é ou não política; a consideração da não-participação como apatia, descartando as diferentes formas de não-participar; e por fim a não preocupação em entender como os jovens percebem essa política e sua própria não-participação (p.349-50).⁶ Para os autores, as pesquisas sobre ação política da juventude devem partir das seguintes diretrizes: “A própria concepção dos jovens sobre o político, uma visão mais complexa da não-participação; e a exploração das

⁴ No original: “Los jovenes no son protagonistas activos de los sucesos políticos sino que los sigue como un espectador pasivo, y mas frecuentemente los ignora del todo. Esto compromete la estabilidad de la democracia, que depende no solamente del desarrollo económico, sino también de la eficacia y la legitimidad de su sistema político”.

⁵ O que não é algo claro, autores como Krischke (2005) de fato rebatem tais afirmativas e mostram que a participação dos jovens não é estatisticamente inferior a de outros grupos etários.

⁶ A conclusão de Kovacheva (2005) é de que o diagnóstico da apatia surge a partir de um pensamento fechado nas instituições que desconsidera placidamente outras realidades que não aquelas autorizadas pelo seu funcionamento.

circunstâncias e experiências específicas dos jovens” (O'TOOLE, MARSCH E JONES, 2003, p. 350, tradução nossa).⁷ O que se constata é a constante desconfiança e descrédito dos jovens na figura dos políticos profissionais, e do sistema político como um todo (ROSZAK, 1972; MUXEL, 1997; PLEYERS, 2005; IBASE/PÓLIS, 2007).

As lutas juvenis por visibilidade rebatem para a política convencional e para os políticos, que 'JÁ ERA' o jogo político cujo único fim se assenta sobre a reprodução societária *tout court*; esse, perdido na sua processualidade, e alheio a uma visão compartilhada sobre o destino comum que mobilize todos, adultos e jovens, tem passado ao largo do que os jovens desejam e procuram (CASTRO, 2006, p.10).

Na análise de Pleyers (2005), os jovens ativistas “*alter-globalization*” demonstram não só uma desilusão com a política, mas também em relação ao mundo institucional de uma forma geral, o que abrange até mesmo os movimentos sociais dos quais eles fazem parte (p.133). Críticos da instituição, com sua hierarquia e separação entre fins e meios como princípio de orientação coletiva, estes jovens professam um movimento descontínuo e frágil, assente nos princípios da individualização, e dos grupos de afinidade, com o foco permanente na ação direta e no enfrentamento cotidiano ao invés dos compromissos de longo prazo e de longas discussões ideológicas (PLEYERS, 2005, p.133-8). Ainda que Pleyers (2005) se refira a um movimento específico, tais princípios certamente se fazem presentes entre diferentes movimentos e agentes juvenis (MUXEL, 1997; IBASE/PÓLIS, 2007). O que coloca em xeque as maneiras clássicas de entender a subjetivação e a constituição política (KRISCHKE, 2005; CASTRO, PÉREZ e SILVA, 2009).

Sloam (2007) ao discutir o caso inglês considera que a transformação dos processos sócio-econômicos e dos valores culturais constituiu novos campos de preocupação e ação para os jovens (não só deles). Estes campos já não encontram resposta possível para suas questões no sistema político inglês dominado pela história divisão entre conservadores, liberais e trabalhistas. Para ele é preciso pensar outra política, voltada para escolhas éticas, individualidade e auto-expressão. A questão da distância entre a política e o jovem, ganha novas cores, significando a percepção de uma diferença entre as questões importantes da vida social e sua possibilidade de enfrentamento num sistema visto como preocupado muito mais com interesses privados do que públicos, assentado em premissas excludentes e sob o qual o jovem não percebe ter qualquer tipo de ação possível (O'TOOLE, MARSCH e JONES, 2003,

⁷ No original: “Young people’s own conception of the political; take a more complex view of non-participation; and explore the specific circumstances and experiences of Young people”.

p.353). Stolle e Hooghe (2005) ao analisar o caso belga demonstram que sob o discurso da apatia há de fato o desinvestimento dos próprios partidos nos jovens, através do fechamento de canais tradicionais de interlocução entre os jovens e os partidos políticos (STOLLE e HOOGHE, 2005, p.44).

A juventude nessa perspectiva, longe de se colocar como ator distante das questões políticas, traz na sua crítica ao sistema, orientações políticas que colocam a própria legitimidade do processo democrático em questão. Se por um lado há a percepção de um desligamento dos jovens do sistema partidário eleitoral, por outro há a constatação de uma grande vontade de participar, assim como os distintos planos que essa participação pode ter (IBASE/POLIS, 2007). O que abre espaço para a emergência de possibilidades e campos novos de atuação. Para Augusto (2007) dois processos sócio-políticos simultâneos estariam ocorrendo no contemporâneo: a desinstitucionalização das questões políticas fundamentais e a conseqüente revinculação dessas questões a domínios e espaços não institucionais (p.161). Tal processo estaria ligado ao contexto histórico-político no qual:

O campo da ação política hoje se apresenta menos nucleado pelo confronto ideológico da sociedade de classe. Traz os marcos das redefinições das fronteiras entre as esferas públicas e privada, da valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política (CARVALHO, 2004, p.55).

Com estas redefinições há um profundo questionamento da relação entre indivíduos e ação política, o que leva Mische (1997) a apontar para a necessidade de novas teorizações, de *“outros instrumentos de análise mais flexíveis, capazes de compreender a dinâmica, a contingência e a multiplicidade das experiências e interações sociais”*, envolvidos na ação política jovem. (p.138). Ou seja, é preciso entender as relações de um ponto de vista que não se feche em condições previamente determinadas seja de identidade juvenil, seja do processo político.

1.3 Cultura e subjetividade juvenil na constituição de ações políticas

Há um terceiro grupo de pesquisas que colocam no centro da análise os símbolos, linguagens e discursos que constituem maneiras de perceber e a agir sobre o mundo. Esta perspectiva busca compreender os elementos discursivos, os afetos e razões conectados a esta ou àquela ação. Esta perspectiva foi a que chamou mais nossa atenção, devido à semelhança

com a natureza de nosso trabalho, ou seja, seu foco nas elaborações simbólicas e a constituição subjetiva no desenrolar de ações coletivas. Estamos utilizando o conceito de cultura aqui de maneira bastante ampla, como o “*processo coletivo e incessante de produção de significados que molda a experiência social e configura as relações sociais*” (ALVARES, DAGNINO E ESCOBAR, 2000, p.18). A subjetividade diz por outro lado das redes de interação social e dos sentidos que tais interações estabelecem para os sujeitos.⁸ Assim cultura designa muito mais do que aquilo que comumente entendemos quando se diz cultura, ou seja, arte, teatro, música. Ainda que estas esferas de produção cultural sejam de fato espaços privilegiados para a constituição subjetiva e política dos jovens (IBASE/PÓLIS, 2007). Kehl (2000) ao abordar as letras do grupo de rap paulistano, “Racionais Mcs”, demonstra como na linguagem de suas músicas, na utilização de expressões como por exemplo, “mano”, há uma “*intenção de igualdade, um sentimento de fratria, um campo de identificações horizontais, em contraposição ao modo de identificação/dominação vertical da massa em relação ao líder ou ao ídolo*” (s/p). Para a autora o discurso do *rap* abre novos campos de experiência e sociabilidade para os jovens das periferias brasileiras, através de outra compreensão para as experiências de miséria, preconceito e violência. A experiência musical é aí uma maneira de fazer ver um mundo, de trazer a tona relações sociais como pontos de conflito alterando o jogo de forças deste mundo. Ela, então resume a importância do grupo na sua:

capacidade de simbolizar a experiência de desamparo destes milhões de periféricos urbanos, de forçar a barra para que a cara deles seja definitivamente incluída no retrato atual do país (...) é a capacidade de produzir uma fala significativa e nova sobre a exclusão... (Kehl, 2000, s/p).

Surgem aí formas de se apropriar e ressignificar a realidade social através de uma cultura e estética particularmente jovem, “*formas larvares de participação*” que viriam a reinscrever na escrita rígida da sociedade modos, tempos e sentidos que “*subvertem as normas e os valores do status quo*” (CASTRO E CORREA, 2004, p. 17). Estes grupos culturais alargam o espaço público criando “*espaços comunicativos primários*”, reconstituindo laços e identificações coletivas (ABRAMO, 2004). Maneiras de andar, de vestir e de sentir mais do

⁸ Quando dizemos subjetividade não estamos pensando em conteúdos individuais, em contraposição ao que seria propriamente social ou cultural. Para nós: “O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor de seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico. Esta é a razão porque o conteúdo do psiquismo ‘individual’ é por natureza tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológico, histórica e intimamente condicionada por fatores sócio-ideológicos” (BAKHTIN,1979,p.58)

que comportamentos, são modos de subjetivação, pelas quais os sujeitos se fazem visíveis, e suas experiências cotidianas se encontram a sentidos, e dessa forma se constitui uma determinada identidade jovem.

Uma importante imagem da juventude é tributária dos movimentos juvenis das décadas de 1960 e 1970. Aí a juventude, como um agrupamento etário marcado por uma cultura e uma subjetividade própria, aparece de maneira mais candente. Tal emergência se deve a onda de manifestações políticas e ações coletivas desencadeadas pela juventude de boa parte do mundo (CARDOSO, 2005). A imagem de um jovem radical e investido de um desejo infinito de liberdade seria a expressão mais forte e preponderante deste momento. Para alguns autores é o arrebatamento e a sedução dessa juventude radical o que determinaria o desinteresse pelas ações e práticas políticas da juventude na atualidade (MARTINS E AUGUSTO, 2005; CARDOSO, 2005). Desta forma tal ideal de juventude seria a norma a partir da qual os movimentos juvenis subsequentes seriam e ainda são julgados. Essa imagem se deve aos atos de uma geração de militantes e ativistas em movimentos diversos, como o maio francês, a primavera de Praga, e no caso brasileiro a resistência estudantil contra a ditadura militar. Movimentos que mesmo carregados por histórias singulares, construíram um importante arcabouço simbólico e que conseguiu trazer para o mundo público, considerações políticas, éticas, sexuais e existenciais, deflagrando a configuração de uma nova relação entre os indivíduos e as práticas políticas. Este processo se dá em relação a uma série de processos sócio-culturais, como:

as transformações da imagem da mulher, com o feminismo; a liberação sexual; as modificações na estrutura da família; a entronização do modo jovem de ser como estilo de vida; a flexibilização das hierarquias e da autoridade;(...) a introdução do "novo" na política; a emergência das questões ecológicas como se fossem também políticas... (CARDOSO, 2005, p.93).

Cardoso (2005) coloca em foco a necessidade de historicizar as ações dessa juventude, trazendo à tona o conjunto de processos heterogêneos que em algum sentido possibilitou a emergência dessas ações. É a consideração desta juventude rebelde como pura positividade, como se houvera nela mesmo um sopro do mais puro heroísmo o que impossibilita criar relações, tensões e comparações. Não se pode tratar a juventude como se esta estivesse do lado de fora das relações sociais e políticas. Em recente entrevista o filósofo Jacques Rancière, que foi um jovem manifestante em 1968, ao ser perguntado sobre a situação política da atualidade, com pessimismo, afirmou que o *“presente não é muito alegre”*, e logo em seguida afirmou:

O presente não é alegre porque não há esperanças fortes, digamos assim que sustentem os movimentos existentes. Por exemplo, a recente greve das universidades que criou algumas formas de manifestação (...),: cursos na rua, no metrô, (...). Mas todas essas inovações foram completamente isoladas do ponto de vista da informação. O ano de 1968 existiu em parte porque o rádio cobria profundamente o movimento estudantil, sabia-se tudo que acontecia, havia uma geração de jovens repórteres de rádio que fez circular as informações (CULT, 2009, p.22).

Mais do que um instante, uma chama que se acendeu e logo apagou, devemos considerar o conjunto de ações, as interações e práticas que tornam algo possível. É evidente que não estamos argumentando que o rádio foi a alavanca que catapultou as manifestações juvenis na década de 60, mas que há de extremamente feliz e relevante na fala de Jacques Rancière é a compreensão de que há fenômenos políticos interessantes a se considerar no presente, e por outro lado entender os contextos e elementos que contribuíram para a consolidação das ações políticas da juventude em seu período áureo.

As ações e movimentos políticos dos jovens neste período histórico, década de 1960 e 1970 suscitou estudos e pesquisas diversas em todo o país. Uma perspectiva sociológica importante, especialmente no Brasil, é aquela que se baseia no jogo de tensões entre as diferentes formas de sociabilidade que permeiam a vida do jovem neste momento histórico (IANNI, 1968; MANNHEIM, 1968; FORACCHI, 1964; para uma leitura crítica ver CASTRO, 2001). Nos estudos brasileiros a chamada rebeldia juvenil seria uma possibilidade decantada pelas tensões entre as diferentes relações nas quais o jovem estava inserido. Através de novas modalidades de relação social baseadas na liberdade da vida pública, constitui-se uma nova subjetividade a qual se choca a uma posição de sujeito anterior calcada no seio da família. Esta seria marcada por uma condição de dependência e proteção. A ação política e a rebeldia é uma consequência do embate entre a nova posição ocupada no espaço público e a antiga posição marcada pelo domínio privado (IANNI, 1968). Nessa passagem o jovem descortinaria as condições de subordinação vividas no âmbito familiar, assim como firmaria relações de solidariedade entre seus pares nesse novo mundo público (IANNI, 1968). Foracchi (1964) traduz tal questão em termos da autonomia, relativa a capacidade do jovem se libertar das amarras familiares: “...é admissível falar em níveis de ajustamento que expressam, nas relações do jovem com o adulto, níveis de autonomia. Sendo a autonomia, o envolvimento em novos papéis que requerem necessariamente alguma modificação na condição de dependência...” (p.58). Na família as posições estariam pré-determinadas enquanto na sociedade o jovem viveria uma maior pluralidade de posições sociais, o que permitiria a

emergência do pensamento crítico. De uma maneira geral, estas perspectivas têm o mérito inegável de considerar os efeitos das relações vividas pelos jovens no cotidiano e como tais relações conduzem a diferentes experiências, expectativas e possibilidades, ou seja, como a vida cotidiana do jovem é atravessada por diferentes posições de sujeito (RATTANSI e PHOENIX, 1997), e como a experiência é central para a ação (GAUTHIER, 2005). Mas, apesar de tal mérito há alguns problemas, dos quais destacamos dois: uma compreensão demasiado homogênea e pré-fixada dos espaços sociais (família e sociedade); assim como a atribuição de uma juventude idealizada. Ora, em primeiro lugar podemos considerar que a própria dinâmica familiar é permeada por relações de conflito e pluralidade de posições, e tal espaço é tudo menos indiferente a hierarquias e subordinações sociais.⁹ A vida na sociedade, ainda que certamente atravessada por processos mais heterogêneos à realidade da família, não é sem sombra de dúvida o reino da igualdade, pois é definitivamente marcada por relações de hierarquia e subordinação. Ou seja, estes espaços não são tipos ideais regulados ou pelo regime da dominação ou da igualdade. É evidente que com isso não queremos dizer que família e sociedade se equivalem, mas que a afirmação da igualdade e de uma posição política pode também se constituir no seio da família. Outro aspecto que ressalta nas teorizações de Mannheim (1968) e Ianni (1968) é a romantização de um devir juvenil para a liberdade e igualdade, uma capacidade inata de descortinar relações de opressão. Como se houvesse algo especial na constituição juvenil (uma ingenuidade advinda dele “*chegar de fora à vida social*”) que determinaria sua capacidade de se rebelar contra a ordem instituída, tal visão se expressa com mais clareza nas palavras de Ianni (1968):

O jovem que não se ‘rebela’ não realizou a conscientização da condição alienada do homem na sociedade capitalista; ou porque foi amplamente envolvido e integrado pela ordem estabelecida ou por não ter condições intelectuais para formular a própria condição real (IANNI, 1968, p.240).

A contestação da ordem social por parte da juventude aparece como um aspecto necessário a sua condição. Isso fica claro quando vemos que a não rebeldia do jovem, significa por um lado uma incapacidade intelectual em entender os problemas ao seu redor, ou por outro lado uma completa integração a ordem social.

O mito da rebeldia jovem ainda hoje resta como padrão subjetivo a partir do qual qualquer relação entre juventude e política é comparado. “*Parece ter havido um impedimento*

⁹ Na literatura brasileira a obra “Lavoura Arcaica”, de Raduan Nassar mostra o quão complexo e intempestuoso poder ser a dinâmica familiar.

(possivelmente decorrente da identificação com o mito e seu traço de onipotência) de atribuir historicidade aos movimentos daqueles anos, condição que criaria as possibilidades de interpretação da herança e dos modos diversos de nela inserir-se.” (CARDOSO, 2005, p.105).

A possibilidade de historicizar tal fenômeno poderia trazer à tona determinantes e outras realidades sub-noticiadas, e assim permitir re-apropriações que não aquelas marcadas sob o signo de um ideal inatingível de ação política. É muito comum escutar de adultos, mas também dos jovens engajados em diversos movimentos quando se referem a suas ações e práticas contemporâneas dizer algo do tipo: “*Ah, eu sei que a nossa geração não é tão engajadas como a da década de 70...*”. E nesta fala parecer haver mais do que tudo um abismo intransponível que irá sempre marcar politicamente e moralmente as atuais gerações, independente do que quer elas venham a fazer.

O mito do “jovem radical” é fundamental para se compreender a relação entre juventude e política, principalmente em sua dimensão de onipotência e idealização romântica. Ao buscar uma mudança plena nas formas cotidianas de vida não calcadas em princípios abstratos e distantes, mas centrado na própria vida, no presente esses jovens inserem a vida cotidiana e a individualidade no bojo da possibilidade de ação política¹⁰. Tal consideração abala alguns princípios fundadores de um ideal da política, como o princípio de que o particular deve se submeter ao universal, o indivíduo a estrutura coletiva, e o presente ao curso da história. O jovem queria (e quer) que tudo seja diferente agora, não num depois incerto. Esta é uma consideração fundamental da relação dos jovens com a política também na atualidade, a defesa de uma indissociação entre vida subjetiva e luta objetiva, experiências cotidianas e o imaginário de transformação (MISCHE, 1997; MUXEL, 1997; CASTRO e CORREA, 2004; PLEYERS, 2005). A orientação para a ação deve ser articulada a elementos da vida dos indivíduos, gerando uma necessária organização e balanceamento psíquico (CASTRO E MATTOS, 2009). A vontade de agir politicamente passa a se encontrar com uma idéia da verdade do sujeito singular que teria certa independência ou autonomia em relação a grupos e coletivos (ROSZAK, 1972, p.79). Ora, assim vemos que a individualidade emerge no plano mesmo da política. Tal individualidade abarca os desejos, afetos e concepções singulares que podem ou não ser relacionadas a movimentos e ações coletivas.

A militância política não deve abdicar do prazer e dos valores, como a camaradagem, os afetos e as emoções. Mais do que isso: ela se torna tão importante quanto as demais

¹⁰ Cabe levantar o ponto se transição da condição individual para a constituição política não teria sempre envolvido a necessidade de arranjos e questionamentos internos.

atividades e, de maneira geral, os jovens transitam entre as posições públicas e privadas sem precisarem se ‘despir’ daquilo que cada uma delas provê de específico (CASTRO e MATOS, 2009, s/p).

A emergência de formas de relação entre juventude e política não fechadas em modelos pré-determinados é algo já levantado pelos estudos das décadas de 1960 e 1970, e que têm encontrado ressonância entre a juventude e os pesquisadores atuais. O apego aos ideais da vida alternativa, da liberdade e o rechaço de uma política formal, marcada pela hierarquia e distanciamento entre o cidadão e as decisões são elementos comuns nos discursos dos jovens dos anos 60 e dos ativistas contemporâneos. Assim considerações acerca da relação entre juventude e política apontam para um potencial de inovação das novas gerações, que através das redes sociais e da cultura estariam renovando o estoque de ações políticas. Essa visão é clara em Souza (2002) quando esta aposta na renovação do ideal transformador e rebelde da juventude nas lutas anticapitalistas (PLEYERS, 2005).

Mische (1997) relaciona o processo de negação do institucional com a emergência de novas formas de ação e engajamentos argumentando pela necessidade de novos instrumentos de análise, voltados para o entrelaçamento de projetos pessoais e coletivos (p.138). Norris (2003, p.2) numa linha parecida sugere que a ação política dos jovens estaria mudando de uma política de lealdade, centrada na fidelidade a um partido ou ideologia, para políticas de escolha, relativas a questões e temas “objetivos”, vividos pelos indivíduos. Esta posição encontra respaldo e é fortalecida por teóricos sociais como Beck (1997) e Giddens (1991; 1994). Ainda que não estejam se voltando especificamente para a juventude ambos questionam a prevalência das balizas simbólicas da política como esquerda, centro e direita, capitalismo e socialismo, referências que, para eles, não mais trariam resposta aos dilemas enfrentados pelos indivíduos no mundo contemporâneo, a modernidade tardia. Desta forma vira-se o jogo, não é mais o jovem que é apático e que não busca participar, são as instituições e a política que não responde aos anseios da juventude. Esta por sua vez estaria renovando os estoques de ação, e dos temas da cultura política. Temos por um lado a concepção de que a juventude atual é apática e politicamente desinteressada, perspectiva proveniente dos estudos de participação formal, e por outro lado, vemos nas perspectivas mais focadas nas questões culturais e subjetivas a crítica a institucionalidade e a defesa da existência de formas de participação da juventude.

1.4 O aparente paradoxo da ação política da juventude na atualidade: Entre a Apatia e Inovação

Ao analisar a literatura pertinente ao tema juventude e política realizamos uma divisão em três eixos. Na primeira temos uma juventude definida em relação a questões sociais e políticas ligadas a dimensão estatal. A desigualdade e as condições precária da vida de jovens é consequência de problemas sociais graves, o que gera a necessidade de programas e políticas com o intuito de reverter tal situação. Esta perspectiva parte, portanto, de uma construção acerca do jovem em torno de expectativas, possibilidades e direitos. Há uma tensão entre uma concepção abstrata, aberta dos sujeitos de direitos, ou seja, a daquele que tem o “direito a ter direitos” (ARENDR,1991 apud CASTRO, 2008), para uma outra que concretiza tais direitos em condições determinadas, fórmulas prontas no qual os termos e as relações entre os jovens, os direitos e a sociedade permanecem definidos. Assim, nessa segunda concepção vemos que há uma positivação da condição juvenil em torno de determinados elementos. O jovem que é o foco das políticas públicas não é um jovem abstrato, é em geral o jovem pobre, negro, das periferias do país. Se tal ênfase tem o mérito de buscar o enfrentamento político de situações de desigualdade e opressão social e histórica no país, através da construção de um estado pleno de direitos, no entanto por vezes essa concepção normativa acaba limando do mundo público a palavra desses sujeitos em razão de uma noção objetiva de necessidade.

Ao revés dessa suposta objetividade de um problema social passível de ser gerenciado tecnicamente, na voz desses sujeitos se enunciam outros universos de valores: aspirações esperanças, desejos e vontades de ultrapassamento das fronteiras reais e simbólicas dos lugares predefinidos em suas vidas, sonhos de outros mundos possíveis, mundos que valham a pena ser vividos (TELLES, 2006, p.181).

O segundo eixo de análise abarca os estudos sobre a possibilidade de engajamento dos jovens no processo político formal. Dessa forma, a política é aquele espaço marcado pela produção de decisões normativas vinculantes a um conjunto social (MELUCCI, 1996). Ambas as ênfases estabelecem rigidamente demarcações em torno do jovem e do sistema político. E o que ambos não percebem com atenção são as redes de trocas entre os jovens, as concepções de mundo, visões sobre os problemas sociais que se estabelecem entre os jovens. Assim, a terceira vertente se volta para a palavra, o jeito a música através da qual os jovens colocam em cena certo modo de ser, construído não só a partir de sua condição juvenil, mas também através do seu conjunto de experiências de classe, raça, gênero, etc... Assim, frente ao diagnóstico de

apatia política da juventude, de desinteresse e falta de vontade de estar no mundo comum, surgem afirmações inflamadas demonstrando que os jovens contribuem sim para a ampliação da esfera pública, para a politização de temas importantes do ponto de vista da vida destes jovens. (SOUZA, 2002; SLOAM, 2007; CASTRO E MATOS, 2009). Souza (2002, p.2) aponta que: *“as experiências coletivas dos jovens manifestam críticas às práticas políticas tradicionais e revelam novas sociabilidades no cenário social”*.

O discurso de que a juventude atual seria apática se constitui como um traço negativo para a geração atual, o que pode ser também compreendido a partir da constante referência a esta juventude como privatista e fútil. Por outro lado temos a ênfase na inovação do mundo público, de uma nova cidadania, que incorpora dimensões éticas e culturais (NORRIS, 2003; KRISCHKE, 2005). Para nós este paradoxo emerge somente a partir de uma dada configuração entre juventude e política. Uma configuração que por um lado toma a juventude a partir de categorias estáticas e que por outro concebe a política como algo mecânico e pré-determinado. Ora, por mais que se tenham alterados panoramas políticos, sociais e culturais nas últimas décadas, não nos espanta a extrema atualidade de uma afirmativa acerca da juventude feita há mais de quarenta anos, num contexto diferente do nosso país:

As características inquietantes atribuídas aos jovens tem variado amplamente, mas por via de regra, expressam um de dois temas contraditórios: A rebeldia (sob a aparência do radicalismo político ou moral, da delinqüência e da boemia) ou a apatia (em formas como o hedonismo irresponsável ou a cega conformidade aos padrões adultos de moral (BIDWELL,1968, p.285).

Ora, os diagnósticos a respeito da participação política da juventude na atualidade acabam passando invariavelmente por essas caracterizações, seja pelo lado otimista em relação a rebeldia e ao “radicalismo político”, ou o pessimismo através do “hedonismo irresponsável” das juventudes consumistas. Bourdieu (2002) afirma que o que é mais específico ao poder simbólico é sua capacidade de *“constituir o dado pela enunciação”*. Nas diferentes análises e pesquisas sobre a ação política da juventude os argumentos em favor de uma juventude participativa ou apática também parecem se prender a essa configuração prévia e não considerar os processos, as relações que constituem formas de participação ou não. Entendemos que é preciso sair deste aparente paradoxo, a partir de uma concepção de juventude que não reste presa a ideais específicos, ou de uma visão política não fechada apenas no sistema político formal. Através do conceito de contingência e de sua aplicação às noções

de juventude e política, estabelecemos os parâmetros que nortearam nossa compreensão da relação entre política e juventude.

1.5 A Ausência de “fundamento” como fundamento do contemporâneo, uma reconfiguração da relação entre juventude e política

A idéia de possibilidade teve certamente como primeira origem o sentimento habitual da dúvida em nós. ‘É possível que seja isso’ pode traduzir-se por: ‘Não estou bem bastante instruído para afirmar se isso é ou não é, será ou não será’ (TARDE, 2007, p.194).

Para nós, o elemento central da condição contemporânea, elemento este que está na base da nossa concepção de juventude assim como de política, é a noção de contingência. A situação na qual as identidades e objetividades estão em aberto, no qual não há nenhum fundamento último ou essência que anima e determina a constituição da vida social. Dessa forma, história, política e sociedade não são determinadas por nenhum elemento puro, seja o capital, o trabalho, a cultura ou a religião. De certa maneira a contingência pode ser entendida a partir da idéia do fim das meta-narrativas, o abandono do *“enredo dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível”* (GIDDENS, 1991, p.12). O processo de desestabilização das biografias e projetos políticos implica entender que os seres e os projetos não são auto-determinados, ou seja, não contém uma essência, a partir da qual se irradiariam uma série de processos secundários (LACLAU, 1993). Partimos dessa condição para entender a política e a juventude. É preciso esclarecer que dizer que um fato é contingente não é o mesmo que dizer que tal fato é casual, aleatório, é dizer que tal fato é possível, mas não necessário, ou seja, que suas condições de determinação não são auto-determinadas, são exteriores a este fato (MARCHART, 2005). Dizer que a juventude é contingente significa buscar não no fundo da alma do jovem uma essência, e sim no jogo de relações, de sentidos que se constitui em torno da juventude como objeto de práticas e de discurso. Considerar tal fato como contingente implica um processo de contínua interrogação da relação entre conceitos e relações, lógicas e ações, projetos e determinações.

Devemos, portanto, repensar as possibilidades de agir, construir espaços comuns e discursos coletivos. A afirmação de que há uma essência implicar ver a vida social como um processo completo e total composto por divisões certas e processos necessários. Para Arendt

(2009) a impossibilidade de tratar a vida humana como algo totalmente determinado aparece através do que seria a mais singular “condição humana”, o princípio de natalidade contido na ação, a possibilidade de criação de um mundo novo através de atos e palavras.

A juventude desta forma enquanto uma categoria social, é constantemente alvo de construções essenciais na qual, como vimos na citação de Bidwell (1968), oscilam entre concepções positivas e negativas, que tem em comum o fato de obscurecer as condições e relações sociais nas quais estes estão inseridos. Como outras categorias sociais subalternizadas há uma busca pela homogeneização do ser “jovem” o que aparece nas atribuições morais que adjetiva a juventude.

A juventude como herdeira, tem potenciais maravilhosos e cabe a nós, adultos, na administração do planeta, a ajudar a torná-los realidade. Ela ainda não está comprometida com certos paradigmas perversos em relação ao uso de recursos naturais e às perspectivas visões sobre o desenvolvimento das comunidade humanas. Seu olhar, movido pelo anseio da descoberta busca as oportunidades para criar, refazer, repensar e adotar rumos novos (SILVA, 2007).

Aqui vemos caracterizações positivas de uma juventude ainda em aberto por um lado, mas que coloca uma maior importância dessa juventude num futuro, ou seja, os jovens hoje interessam pelo que virão a ser não pelo que são (CASTRO, 2006). Butler (1998) ao discutir se haveria uma condição singular e essencial da mulher apresenta elementos importantes para a nossa discussão. Tal consideração, central, nos estudos feministas busca entender se haveria uma condição diferencial feminina ou não, se de fato homens e mulheres seriam iguais. Discutindo acerca do termo mulher ela afirma:

Se o termo permite uma re-significação, se o referente não é fixo, então se tornam possíveis possibilidades de novas configurações. Em certo sentido, o que a mulher significa foi dado como certo durante tempo demais e o que foi determinado como ‘referente’ do termo foi ‘fixado’, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação (...) o significado foi fundido com o referente, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente a natureza real das próprias mulheres (BUTLER, 1998, p.25).

Pensamos ser importante “desfetichizar” também a categoria juventude, retirá-la de suas vestes idealizadas para através do processo de análise compreender, e aí sim em certo sentido “fixar” esta juventude, a partir desses elementos trazidos a tona nas práticas sociais. Considerar a contingência aqui implica desfazer a relação entre a juventude e qualquer característica essencial, definida a priori, assim como pelo outro lado buscar estabelecer que condições e articulações determinam esta ou aquela visão. Trata-se de colocar entre parênteses

tais características, pois em geral elas acabam funcionando como arranjos explicativos necessários e objetivos, cujo espaço para a contestação quase nunca emerge. Por estes motivos não procuramos determinar nenhuma característica essencial da juventude ambientalista ou ecológica. Ainda que isso não signifique relevar características particulares dos nossos entrevistados, assim como das singularidades locais, sociais e históricas do contexto no qual estes jovens vivem, o Rio de Janeiro.¹¹ Se o jovem como uma identidade social deve ser esvaziado de conteúdos essenciais o que implica um jogo de articulações possíveis é também necessário uma maior atenção a categoria da política, ou da ação política.

Nossa perspectiva sobre o vasto campo da reflexão política se apóia sobre a idéia de que por política se estabelece a possibilidade de transformação e mudança das formas de ordenamento social. A definição que tomamos de política se faz a partir do encontro de duas instâncias, uma que define o ordenamento e a regulação da vida humana, e outra na qual este ordenamento é deslocado a partir da emergência de novas divisões e considerações. Por um lado temos o que Rancière (1996) chama de *polícia*, Mouffe (1999) de *política* e Laclau (1993) de *social*. São formas de ordenamento determinados, pelas quais uma sociedade se organiza e distribui funções. Assim, os elementos que compõe esta ordem são diferenciais, ou seja, cada um ocupa um lugar diferente e preciso no seio desse domínio. A ordem policial, ou social é esta na qual vivemos no dia-a-dia, que é composta de procedimentos e que os eventuais problemas que apareçam encontram respostas imediatas nos procedimentos existentes. Por outro lado há outra esfera humana na qual o que aparece é uma condição criadora, constitutiva de relações sociais e políticas. Nos termos dos pensadores citados acima, temos a *política* em Rancière (1996) e Laclau (1993), e o político em Mouffe (1999). A política é nesse sentido o momento no qual a ordem da divisão que estabelece lugares e posições é abalada no seu funcionamento por relações que colocam em questão a própria validade desse sistema, desse mundo de relações. O que essas perspectivas acenam é a preservação de um espaço de não adequação da sociedade à suas partes, entre o estado e a esfera pública, entre a distribuição dos lugares e as possibilidades de emancipação. Esse espaço é o que chamamos de contingência, a idéia de que não há um princípio positivo, uma *arché* sobre o qual se construiria a vida social. Este espaço de abertura significa que vivemos em meio a lutas entre posições e projetos políticos. Através da nomeação do mundo marcamos lugares e posições, identidades e visões, estabelecemos o que não pode ou o que deve ser visto e dito. Para Rancière (1996) a atividade

¹¹ Em sua maioria das classes médias e altas, com escolaridade superior e moradores das áreas mais valorizadas da cidade.

política não é a busca de acordos entre partes discretas do ordenamento social, a política é a atividade que “(...) *desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso o que só era ouvido como barulho*” (RANCIÈRE, 1996, p.42). Para este autor há a política por um lado, a instauração de relações de igualdade, e por outro a *polícia*, que determina funções, ordens e divisões ao mundo sensível. Figuram aí os agentes de consentimento o estado e seus aparatos regulatórios. A política não se confunde com a polícia, ainda que a primeira não exista sem a segunda. A política emerge no encontro com a lógica do ordenamento, apontando uma “falha” que desloca todo o sentido objetivo da polícia, esta falha não pode ser simplesmente reparada, pois indica a contingência dessa ordem, sua ausência de fundamento. E o argumento de Rancière (1996), aponta que não se trata de uma questão moral ou ética, a polícia pode muito bem organizar de maneira satisfatória e voltada para um bem coletivo um determinado espaço de relações. Mas mesmo assim ela ainda é a polícia, o agente que estabelece formas de regulação social. A política para o autor, pelo contrário é sempre um episódio, um momento no qual determinada forma de organizar o espaço é colocado em questão a partir de um princípio heterogêneo, uma polêmica, a ausência de fundamento no ordenamento social. Seguindo por outro caminho Laclau (1993) também apresenta uma discussão dual em relação à política. Para ele há o social, a “sedimentação” das relações sociais, as práticas já estabelecidas através dos quais a ação humana se dá, e a política, como o espaço de emergência da contingência, de transformação deste domínio social. Ainda que ambos não desprezem as dimensões instituídas do social, é evidente que a primazia recai sobre o espaço de criação e redefinição deste social, a política. Isto porque é esta dimensão que garante uma possibilidade do novo, do não automático. A contingência como condição política fundamental não significa o aleatório, o acaso, mas o impedimento de um completo fechamento, de uma determinação total da forma de vida social. Mas se não há uma determinação fechada e total, isso não significa que não façamos decisões parciais e precárias. Enfrentar tal condição implica sair do campo das escolhas indefinidas, para uma *decisão*. Tal passagem ao articular sentidos diversos em uma forma produz princípios sociais organizadores, formas particulares e objetivas, domínios do social e da polícia. Mas assim não podemos abandonar o jogo entre polícia e política, entre social e política ou entre instituído e instituinte. A questão da contingência aqui implica uma concepção de que a ordem é sempre uma ordem contingente. Assim as práticas políticas convencionais implicam formas de adequar e agir sobre o mundo, e são importante por essa razão, pois o fazem frente a outras possibilidades.

CAPÍTULO 2

A EMERGÊNCIA DO CAMPO AMBIENTAL

2.1 Introdução: O contexto social e político de emergência do ambientalismo

Como discutimos no capítulo anterior a ampliação das formas e temas das ações políticas da juventude decorrem, em grande medida, das transformações sociais e culturais dos últimos anos (MUXEL, 1997; PLEYERS, 2005; NORRIS, 2003; KRISCHKE, 2005; CASTRO e CORREA 2004). Estas mudanças, obviamente não repercutiram apenas no campo da juventude, mas se referem a vida social de maneira mais ampla, projetando-se através do deslocamento de subjetividades e agenciamentos que estruturam as sociedades ocidentais (NORRIS, 2003). Em razão desse processo Mische (1997) afirma a necessidade de novos instrumentos de análise com o intuito de entender a maneira como biografias individuais se cruzam com processos históricos e sociais, considerando a flexibilidade deste processo. Para ela a metodologia de “análise de redes” propiciaria uma forma de investigar o entrelaçamento de projetos pessoais e coletivos respondendo a tal demanda (MISCH, 1997, p.138). Norris (2003, p.2) sugere que a ação política contemporânea se baseia em uma maior flexibilidade de escolha, com menor peso simbólico da identificação a uma ideologia. Esta posição encontra ressonância em teóricos como Beck (1997) e Giddens (1991; 1994). Se há uma pluralidade de interpretações das mudanças vividas nas sociedades ocidentais nas últimas décadas, uma coisa é certa, todas apontam para a emergência de novas configurações da subjetividade e da política.

Estas alterações nos levam mais uma vez para o contexto político e cultural dos anos 60 e 70, a partir da emergência dos chamados “novos movimentos sociais”. Movimentos por direitos de minorias, pela paz mundial, em defesa da natureza, por moradia e direitos sociais apareceram na cena pública a partir de meados da década de 60 e 70 (LACLAU E MOUFFE, 1985; MELUCCI, 1985). Articulados ao redor de temas múltiplos que cruzam continuamente elementos culturais e sociais, tais movimentos receberam o nome de “novos movimentos sociais” (MELUCCI, 1996; ALVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, 2002). O adjetivo “novo” emerge como forma de diferenciá-los dos movimentos caracterizados pelo ideário marxista da

luta de classes, e do sindicalismo como forma de agência. Tal nomenclatura - importada dos países do norte - identifica tanto novos agentes quanto temas de luta. A crítica pertinente de diversos autores é que a referência ao adjetivo “novos” parece se construir a partir de uma certa teleologia política, na qual as questões da ordem da desigualdade social deixariam de ter importância e seriam substituídas por considerações de ordem simbólica e cultural (MELUCCI, 1996; PRADO 2001). Neste campo vimos o surgimento de um conjunto de problemas que outrora não encontrariam respaldo no rol “das coisas políticas”, como questões relativas aos direitos das mulheres, dos negros e a defesa do meio ambiente.

Todas essas formas de ação coletiva desafiam a lógica dominante num terreno simbólico. Elas questionam definições de códigos, nomeação da realidade. Elas não perguntam, elas oferecem. Elas oferecem por sua própria existência outras maneiras de definir o sentido da ação individual e coletiva. Elas não separam mudança individual da ação coletiva, elas transformam um apelo geral no aqui e agora da experiência individual (MELUCCI, 1985, p.812, tradução nossa).¹²

O elemento central nesses movimentos é a crítica permanente ao estado da vida social, aos problemas e questões enfrentados pelos sujeitos na dimensão cotidiana. A possibilidade de vínculos políticos de intensidades e combinações diversas, a consideração do privado como político dentre outras perspectivas colocou em xeque o modelo baseado na sociedade industrial e que tinha como principal referência a esquerda o marxismo, e a direita o liberalismo. Ora, se anteriormente a política e o campo social se dividia entre capitalistas e proletários, esquerda e direita, a entrada em cena das questões de gênero, raça, sexualidade, e a problemática ambiental não podem ser jogados de um lado ou de outro, é preciso reordenar o campo das orientações políticas.

A mensagem dos anos 60 como um todo representou um salutar afastamento da política de classe, e seu impacto se fez sentir até mesmo nas práticas dos partidos tradicionalmente baseados em classe. A oscilação para uma “política de abertura” ou do modo de vida trouxe consigo uma liberação bem-vinda da política de classe, demasiado holística ou unidimensional, que vinha ocultando e suprimindo vários temas que desabrochavam (HELLER e FEHER, 2002, p.81).

O afastamento da política de classe é importante não pelo abandono das questões específicas envolvidas no debate da sociedade industrial, mas sim devido ao monopólio

¹² No original: “All these forms of collective action challenge the dominant logic on a symbolic ground. They question definitions of codes, nomination of reality. They don’t ask, they offer. They offer by their own existence other ways of defining the meaning of individual and collective action. They don’t separate individual change from collective action, they translate a general appeal in the here and now of individual experience”.

explicativo desses enfoques classistas. Algumas teorias acreditam que os novos movimentos implicam um processo de superação das questões materiais da existência, o que significa que haveria uma passagem dos problemas econômicos para questões de cultura. Seguindo esse imaginário “etapista” os novos movimentos se voltariam para temas relativos à “auto-expressão” e se diferenciariam dos “velhos” movimentos, calcados em questões de “sobrevivência” (INGLEHART, 2002). Tal polarização, velho/materialista e novo/cultural concebe um campo rigidamente separado, por um lado, a luta material e por outro a expressão simbólica, sendo a última ativada *apenas* “*sob condições nas quais há garantias de sobrevivência*” (p.138). No Brasil, é forte a crítica a esta divisão, Sader (1988), ao tratar o tema do surgimento de novos sujeitos políticos ligados a questões sociais nas décadas de 70 e 80, afirma que: “*não se pode deduzir orientações e comportamento de condições ‘objetivas dadas’*. Tais deduções pressupõem uma noção de ‘*necessidades objetivas*’ que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais” (SADER, 1988, p.42). Este questionamento da objetividade tem o mérito de conceber as relações sociais não mais como expressão de uma realidade previamente definida, mas sim como o lócus de disputa e conflito pela resignificação de tais condições (LACLAU, 1986). As diferentes formas de interpretar a realidade implicam diferentes mecanismos de construção da ação e da subjetividade não mais fadados a uma versão dualista. Tal idéia passa longe de uma concepção voluntarista ou idealista, segundo a qual através do discurso se inventaria uma realidade, e assim seriam desconsideradas as condições concretas de existência. A invocação do simbólico e do discurso questiona a primazia da razão e da lógica de interesses na política, o que está no bojo da crítica - cara à juventude - da burocratização e objetivação da política (FORACCHI, 1964; ROSZAK 1972; WALLERSTEIN, 1989; DOIMO,1995; PLEYERS, 2005).

Uma das principais lutas associadas aos novos movimentos sociais é o ambientalismo. Sua emergência se dá nesse contexto de transformação do mundo, marcado pela emancipação dos estudantes, pela guerra do Vietnã, pela guerra fria. A luta ambiental questiona antes de tudo a maneira como as sociedades se organizam, a relação com os recursos naturais e apresenta matrizes tanto à direita quanto à esquerda. Uma frase importante que busca identificar de alguma forma o movimento ambiental é aquela que diz que a luta ambiental não está “nem à direita, nem à esquerda, mas à frente”. Tal colocação é defendida por alguns e negada por outros. Os ambientalistas, talvez mais do que qualquer outro grupo social do momento, apresentam uma heterogeneidade na qual se incorporam dimensões espirituais e

inflexões materialistas, tanto um discurso universal, conclamando a mudança do mundo, quanto o pedido encarecido para que você recicle o seu lixo, tanto a legitimidade do saber científico quanto a relevância dos saberes selvagens dos povos das florestas.

2.2 O surgimento da luta ambiental

A preocupação dos indivíduos com o meio ambiente e a conseqüente ação ecológica está diretamente ligada às transformações sócio-culturais dos últimos quarenta anos. Ainda que seja difícil circunscrever ao movimento ecológico um sentido singular, pode-se, de início, entendê-lo como a prática através da qual os sujeitos se organizam pela defesa da natureza e dos recursos do planeta em sua amplitude (CARVALHO, 2001). Mas ainda assim tal compreensão é suscetível a diferentes inflexões, pois o próprio conceito de natureza se mostra polissêmico. Por natureza podemos entender tudo aquilo que compõe a vida no planeta, inclusive a dimensão social e cultural, ou concebê-la exatamente em oposição ao que é a civilização, a humanidade, a sociedade, como na seguinte afirmativa:

A humanidade vive em duas realidades, uma mais permanente, a do planeta Terra, e a outra mais transitória, a do mundo. A Terra e sua biosfera formam uma grande síntese de sistemas interativos complexos (orgânicos e inorgânicos). O mundo é uma 'segunda' realidade, derivada da ocupação da Terra pela espécie humana (LEIS, 1995a, p.16).

Entendemos que a luta ambiental¹³ é um tipo de manifestação que se instaura pela defesa do meio ambiente e da natureza, ainda que por estes últimos termos possa se entender coisas bem diferentes, pois o "*ambientalismo não é uma corrente homogênea de pensamento, senão que nela fluem diversas posturas éticas, ideológicas e formas de ação política* (ACUNA, 2007, p.49, tradução nossa)¹⁴. Tal complexidade se dá tanto no nível epistemológico, quanto social e político, o que se expressa nas diversas modalidades de nomeação desta luta, como ambiental, ecológica, conservacionista, eco-fascista, etc... Tais nomes revelam articulações singulares de conteúdos e formas de ação. Outra diferença na configuração da questão ambiental aparece também na pluralidade de atores envolvidos neste debate (VIOLA e LEIS,

¹³ Alguns autores discutem a pertinência da diferenciação entre ecologia e ambientalismo, concordamos com Carvalho (2001) quando esta aponta a maior abrangência do termo ambiental e por isso utilizamos em geral este termos ao invés de "ecológico".

¹⁴ No original: "“ambientalismo no es una corriente homogénea de pensamiento, sino que en ella fluyen diversas posturas éticas, ideológicas y formas de acción política.”"

1995, p.135). Por esses motivos, entendemos que a questão ambiental deve ser pensada a partir do tema da complexidade (GONÇALVES, 2006; LOUREIRO, 2005).

Do ponto de vista histórico o discurso ambiental, da forma como o compreendemos hoje, surge no período das décadas de 60 e principalmente início de 70 (VIOLA, 1987; GONÇALVES, 2002). O contexto é de “(...) *desvendamento dos custos ambientais do desenvolvimento capitalista, e de crise do marxismo, que os movimentos se desenvolvem*” (ARRUDA, 1996, p.87), também do “*movimento contra cultural e do ideário emancipatório dos anos 60*” (CARVALHO, 2001, p.64). Antes desse período já havia a preocupação com a proteção da natureza, do meio ambiente, mas tal prática se baseava na “*conservação e da preservação de sítios, paisagens e recursos naturais, assim como de espécies animais, florestas, lagos etc*” (OLIVEIRA, 2008, p.756). Seguindo o panorama internacional, o ativismo ambiental brasileiro, nas décadas de 40 e 50 é composto pela nata da intelectualidade nacional, são cientistas naturais, jornalistas e escritores inspirados em organizações civis semelhantes nos EUA e na Europa (CARVALHO, 2001; OLIVEIRA, 2008). O que os teóricos do campo apontam é que não se havia correlacionado, neste momento, o discurso ambiental e a organização da sociedade. Tal articulação é necessária para que a luta ambiental possa ser encarada como um luta social, no sentido de invocar ações e questões de ordem econômica, ética e política.

(...) o respeito aos processos ambientais deveriam ser balizadores das decisões sociais , orientadores dos estilos de vida e hábitos coletivos e individuais. Aqui, juntamente com uma ética se delineiam também uma racionalidade ambiental e um sujeito ecológico que se afirmam contra uma ética dos benefícios imediatos e uma racionalidade instrumental utilitarista que rege o *homo oeconomicus* e a acumulação nas sociedades capitalistas. O campo ambiental, portanto, busca afirmar-se na esfera das relações conflituosas entre éticas e racionalidades que organizam a vida em sociedade, buscando influir numa certa direção sobre a maneira como a sociedade dispõe da natureza e produz determinadas condições ambientais (CARVALHO, 2001, p.61)

Alguns eventos acabam emergindo como pontos de virada de uma concepção ambiental não crítica à sociedade para uma concepção crítica. A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente de 1972 e a publicação do Informe do Clube de Roma no mesmo ano são dois desses momentos no plano internacional (VIOLA, 1987; CARVALHO, 2001; ACUNA, 2007, p.46). Estes eventos inserem o ambientalismo num contexto internacional conectando debates políticos e sociais, convocando estados e entidades internacionais a se organizarem neste processo. É a partir da realização da conferência e da sensibilização internacional com o tema

do meio ambiente que as grandes instituições financeiras como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento passam a colocar como condição para a concessão de empréstimos financeiros que os países tenham instâncias governamentais dedicadas ao tema do meio ambiente. “Assim, antes que se houvesse enraizado no país um movimento ecológico, o Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, a fim de que os ansiados investimentos pudessem aportar” (GONÇALVES, 2006, p.15). Ainda que os motivos para criação e funcionamento destas instituições tenham por base a liberação destes investimentos, pouco a pouco, tais instituições se firmam como espaços de defesa e ativismo ambiental (CARVALHO, 2001). Assim a emergência do ambientalismo no país se dá através de uma forte dimensão institucional, conectada a processos políticos e agências transnacionais.

Se as primeiras organizações sociais dedicadas à questão ambiental tinham um perfil cientificista e pouco político, no sentido de articular dimensões e esferas sociais, este processo logo se transforma. Em meados da década de 80 há uma explosão do número de militantes e organizações ambientais no país, que também sofrem uma alteração importante, pois passam exatamente a construir pontes entre a questão ambiente e outras lutas sociais e setores tradicionais da vida política do país, como os partidos políticos e sindicatos (VIOLA e LEIS, 1995). Dessa forma, a questão ambiental passa a incorporar críticas e questionamentos diversos, estendendo seus tentáculos a outros espaços sociais, ao ligar, por exemplo, a luta ambiental a especulação imobiliária, ou a questão dos conflitos entre seringueiros e madeireiros na Amazônia.

Talvez nenhum outro movimento social tenha levado tão a fundo essa idéia na verdade, essa prática, de questionamento das condições presentes de vida. Sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinções de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do poder, entre outras. Não há, praticamente, setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar (GONÇALVES, 2006, p.12).

Se os militantes ambientais deixam de ser compostos exclusivamente por cientistas e intelectuais, é importante considerar que a importância da formação científica e técnica dos militantes, é um traço importante na luta ambiental (CARVALHO, 2001). A partir dessa articulação entre movimentos ambientais e formação técnica emerge um novo tipo de engajamento *"associado à ocupação de postos nas administrações públicas e na burocracia*

estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais, em empresas de consultoria, entre outras" (OLIVEIRA, 2008, p.768). Carvalho (2001) chama tal associação de "militância profissional", o que certamente se amplia a medida que as instâncias estatais de regulação e controle do meio ambiente também se desenvolvem. Acuna (2007), discutindo o caso colombiano, argumenta em favor da existência de um movimento ambiental colombiano que estaria sendo gestado nas últimas décadas, através da ligação entre sociedade civil e governo, cientistas e uma ampla gama de atores sociais (p.48), o que certamente é pertinente para pensarmos o caso brasileiro.

2.3 Em defesa da natureza? a dimensão Simbólica do Ambientalismo

Uma discussão central no ambientalismo se dá em torno do papel da cultura e da linguagem na defesa do meio ambiente e dos recursos naturais. Algumas perspectivas ambientais parecem guiar suas ações pela pura objetividade dos fatos da devastação ambiental, desconsiderando elementos culturais e simbólicos, e cindindo a vida humana, entre de um lado uma pureza da objetividade e do outro as questões da cultura e do simbólico. Nesse processo toda perspectiva que sinaliza para a importância da cultura e do mundo simbólico é logo taxada de culturalista, ou relativista (BECK, 2002). A ação ambiental decorre da relevância e importância dos fatos objetivos e não importa a maneira como estes fatos sejam narrados, pois o que implica é que eles estão ocorrendo. O que ressaltamos é que essa visão elimina a questão do discurso da problemática ecológica, através da compreensão de que a problemática ambiental é fruto de processos biológicos, físicos e químicos e nada mais (DRUMMOND, 2006). O argumento é de que há um pioneirismo das chamadas *hard sciences* na compreensão dos problemas naturais. Para ele os pesquisadores das ciências humanas vêm a reboque e se apropriam de conceitos naturais, traduzindo-os para a linguagem das ciências humanas. Assim, para o autor o conceito de "*desenvolvimento sustentável*", não é nada mais e nada menos do que uma tradução sociológica do conceito biológico de "capacidade de carga" (p.18). A preocupação central do artigo deste autor é em mostrar o pioneirismo de cientistas, como Paul Sears, Aldo Leopold e Rachel Carson dentre outros na divulgação dos riscos ecológicos:

Muitos autores que se dedicam a estudar as origens do movimento ambiental contemporâneo consideram que o marco fundador foi o lançamento, em 1962, do livro "Silent Spring" (1962), da bióloga norte-americana Rachel Carson (1907-1964). (...)

Trata-se de um livro de denúncia. Carson narra as sombrias descobertas e constatações (suas e de outros cientistas naturais) a respeito das conseqüências diretas e indiretas, na natureza e na sociedade, do uso indiscriminado dos modernos pesticidas, herbicidas e fungicidas agrícolas (e substâncias associadas). O título refere-se, um tanto poeticamente, ao fato de que certas espécies de pássaros dos Estados Unidos, antes com populações muito numerosas, tornaram-se raras, “silenciando” as primaveras antes marcadas pelos seus cantos. (DRUMMOND, 2006, p.13).

É interessante como essa obra, “*Silent Springs*”, reconhecida como um marco importante no debate ambiental (CABLE, HASTINGS E MIX, 2002; ACUNA, 2007) traz, já no seu próprio título, uma expressão poética, que mobiliza nossos afetos e nos remete à experiência subjetiva do ser humano com a vida, com o tempo e sua passagem para falar da defesa do meio ambiente (vale lembrar a poesia inerente à esta estação). Ou seja, a “Primavera Silenciosa” resgata e mobiliza em cada um de nós, sentimentos e afetos, não apenas apontando a primazia de dados objetivos e gráficos sobre as ações mortíferas dos pesticidas¹⁵. O nosso interesse na questão ambiental, na nossa pesquisa, não se dá pelos fatos físicos, químicos e biológicos, que são extremamente importantes, mas sim pelos processos de significação e de manifestação dos sujeitos em relação ao meio ambiente. Para Latour (2004) no campo da ecologia política, é necessário haver uma redefinição das condições ontológica da natureza enquanto objetividade, ou seja, é preciso mudar a idéia recorrente de uma natureza “natural” e pronta separado do humano. Sua proposta é entender como a emergência das questões ambientais se dá pelas relações entre linguagens, ciência e política. Ele então critica a separação entre uma natureza objetiva, a-histórica e estática; e por outro lado uma sociedade como espaço de ação, palavra e incerteza, e propõe que há um imbricamento constitutivo entre natureza e sociedade, o que chama de “coletivo” (LATOURE, 2004, p.70). O que autor coloca em cena é a própria constituição do mundo enquanto tal, demonstrando a necessidade de uma reconstrução da relação natural/social desfazendo-se do mito da separação entre de um lado o “vozerio das ficções e de outro o silêncio da realidade” (LATOURE, 2004, p.33). Gonçalves (2002, p.394) a partir de uma perspectiva mais sociológica crítica uma visão ingênua das coisas que retém uma rígida divisão entre natureza e sociedade na qual ou se defende “*a lagoa contra os pescadores*” ou os “*pescadores contra a lagoa*” nos convocando a pensar as formas de relação que os sujeitos sociais tecem em relação ao meio ambiente, ou seja, pensar que o ser humano é também parte dos ecossistemas.

Protestos contra a degradação da natureza são culturalmente e simbolicamente mediados. Eles não podem ser decifrados de acordo com o cálculo dos riscos, por

¹⁵ Esta é uma questão interessante, como objetividade e subjetividade se encontram no terreno do debate ecológico.

exemplo, como diagnosticado pelas ciências naturais, mas devem ser interpretados através da experiência pessoal e interna dos modos sociais de vida (BECK, 2002, p.7, tradução nossa).¹⁶

A questão de Beck (2002) é mostrar como o processo que liga uma realidade ambiental a práticas políticas se faz por processos socialmente mediados, que não são dados por uma existência fatural direta. Configuração que não é externa nem anterior aos indivíduos, e que intimamente estrutura a vida destes. E nesse sentido estas ações se tornam parte da subjetividade dos agentes. Beck (2002) e Hajer (2005) apontam como expressões como a "morte das florestas" condensam expectativas e orientam ações a partir da mobilização de símbolos e imagens. É contra uma concepção de "natureza natural" com seus problemas já dados que estes autores se voltam.

Entre assuntos da mais alta urgência objetiva, essa escolha não é guiada pelas questões em si, mas por símbolos culturais e experiências que governam como as pessoas pensam e agem, o que tem origem na sua história e suas condições sociais (BECK, 2002, p.47, tradução nossa).¹⁷

Ainda que concorde com a formulação do autor alemão e de sua crítica à idéia de uma realidade objetiva última não mediada simbolicamente, devemos entender como essa compreensão de uma "natureza natural" fundamenta as práticas ecológicas dos agentes. Ora, o que alguém diz, quando diz que há um vínculo direto entre a terra e o humano? Ou ainda o que se diz quando se afirma a primazia do natural, do meio ambiente frente ao social e cultural, a referência à natureza como berço esplêndido? Qualquer referência que rejeite a cultura e a sociedade, ligando a ação à necessidade objetiva dos fatos é para nós uma forma de articulação e de discurso sobre o meio ambiente, nem menos nem mais importante do que outras. É preciso não esquecer que os símbolos e a cultura de um espaço não são coisas descartáveis, que elas tem um papel de determinação das posições e possibilidades dos agentes. Ou seja, símbolos não são criações abstratas, são maneiras de agir, de pensar que se incorporam nas práticas sociais. Não se trata de negar que existam elementos objetivos, a questão é que a apropriação que os indivíduos fazem dos acontecimentos da vida não é fechada em nenhum discurso fundamental ou primário, mas se abrem a diferentes configurações filosóficas, religiosas e

¹⁶ No original: "Protests against the despoliation of nature are culturally and symbolically mediated. They cannot be deciphered according to the calculus of hazards, for instance, as diagnosed by natural science, but must be interpreted through the inner and personal experience of social ways of life".

¹⁷ No original: "between matters of highest 'objective' urgency, and this choice is not guided by the issues themselves, but by cultural symbols and experiences that govern the way people think and act, having their origin in their history and in societal conditions".

científicas. Portanto, não se trata de saber se o meio ambiente existe fora da cultura, ou o contrário, mas focar nas diferentes maneiras como tal posição emerge nas ações dos jovens entrevistados. Considerar a dimensão simbólica como fundamento da prática ambiental é uma precaução contra as tentativas de engessar a relação entre a ação, o discurso e a subjetivação.

2.4 A dimensão política do discurso ambiental

Considerações de ordem ética, política, e epistemológica se mesclam no debate ambiental. Nosso problema de pesquisa, os sentidos da ação ambiental de jovens cariocas, tem como ponto de partida a compreensão de que a emergência dessa ação é resultado de processos contingentes, não previamente determinados. A noção de pluralidade ou de heterogeneidade recorrente em todo o nosso trabalho não significa uma variação aleatória, mas sim a perspectiva na qual a ação e os processos sociais são compostos por lógicas, sentidos e princípios não homogêneos. “(...) *Não fazemos um movimento, seja corporal, seja mental, sem esmagar milhares de germes, sejam seres vivos, sejam idéias, sem aniquilar mundos possíveis*” (TARDE, 2007, p.216). A condição para a realização de um ato é sempre a não realização de outros igualmente possíveis. A problemática ambiental torna clara essa questão, pois aponta para relações que agenciam formas diferentes de ver, entender e agir. Qual o papel do capitalismo? As desigualdades sociais fazem parte da questão ambiental? A tecnologia pode salvar a natureza? O ambientalismo se faz pela harmonia ou pela luta? Qual a importância dos estados nessa conjuntura? Será que reciclar o lixo faz realmente alguma diferença? Ora, dificilmente há uma única resposta, ou uma resposta fácil a essas questões. Ao trazê-las à tona buscamos demonstrar o tipo de questão que se buscou com esta pesquisa. É no processo de conexão entre elementos distintos que Laclau e Mouffe (1985) chamam de articulação que constroem discursos, estruturas que posicionam formas de agir e perceber o mundo.

Um aspecto recorrente da discussão ambiental é a relevância do saber e do conhecimento científico como fundamento para a transformação da relação do ser humano com a natureza. Pois é a partir de estudos e pesquisas científicas que uma série de problematizações sociais emergem na sociedade (DRUMMOND, 2006). E não é por acaso que as primeiras entidades e organizações de defesa ambiental provêm de eminentes cientistas naturais. Para o

jovem P. de 26 anos, membro do Greenpeace¹⁸:

o que move a gente, baseado nos dados científicos, aí volta para isso, acho que é fundamental isso... e por isso me dá mais força, quando a gente jura a academia com a militância, é que com base nos dados científicos a gente acredita que ainda dá tempo, que apesar da ação entrópica do homem fazer tão mal ao planeta, ainda dá tempo, por incrível que pareça, né...e cada vez mais ta provado que ...que ações mais conscientes conseguem diminuir esses efeitos, um exemplo prático é a camada de ozônio, que durante muito tempo, séculos..usou-se o CFC indiscriminadamente, e hoje já se vê a redução...a volta da camada (P., 26 anos).

Uma mirada rápida nas grandes controvérsias ambientais como o buraco da camada de ozônio, os alimentos transgênicos ou a energia nuclear revela como a compreensão das causas e conseqüências desses fenômenos foram e são continuamente determinadas pelas ciências naturais. Ora, caso o buraco na camada de ozônio seja produzido pela liberação deste ou daquele gás, deveremos agir desta ou daquela maneira. Assim, como afirma P., é pela ciência e a compreensão das conseqüências das ações humanas frente ao meio ambiente que devemos guiar nossas ações. Pois a determinação das causas e conseqüências dos fenômenos gera a medidas específicas, de acordo com determinações objetivas. Nunes e Matias (2004, p.6), no entanto, colocam em xeque a pureza dessa visão da ciência ao discutir o processo de instalação de uma fábrica de incineração de dejetos industriais numa pequena cidade portuguesa, no final da década de 90. Partindo do conjunto de ações e práticas para a aprovação ou não dessa instalação, os autores mostram a complexidade de questões envolvida em torno das verdades científicas e seu papel nas decisões governamentais, a participação e mobilização dos cidadãos no debate público e os diferentes níveis de regulação e legislação ambiental, entre Portugal e União Européia. Tal estudo demarca a complexa interação entre atores, racionalidades e valores na relação humana com o meio ambiente. A verdade científica, muitas vezes, ao contrário do que muitos gostariam, repousa em conflitos e dissensos, e não em fatos e verdades irrevogáveis. No caso analisado pelos autores, fora criada uma comissão para julgar se era pertinente a instalação da fábrica ou não, considerando basicamente o prejuízo ao meio ambiente e a saúde das pessoas. Mas ainda que esta comissão tenha chegado à decisão de que era seguro instalar tal fábrica, outros pesquisadores de posse do relatório desta comissão consideraram que este processo não era de fato seguro. O que está em jogo é a própria idéia de risco e segurança e a capacidade humana de intervir e controlar processos. Como afirma Beck

¹⁸ A partir deste momento utilizaremos fragmentos das entrevistas realizadas com os jovens, que são identificados por suas iniciais. Iremos discutir o processo de realização do trabalho de campo no quarto capítulo.

(2002, p.3) muitas vezes a decisão sobre a segurança nesses casos compete aos especialistas diretamente ligados aos interesses em jogo, no caso português, instâncias governamentais e representantes industriais. Este exemplo mostra como a maior parte das discussões ambientais está enredada em conjuntos de forças e relações para além da própria questão ecológica ou de âmbito estritamente científico. E é por essa razão que a noção de pureza científica se mostra frágil, frente à lógica social e política crivada por interesses e valores dissensuais.¹⁹ É exatamente pela complexidade dos dilemas ecológicos que é preciso compreender e determinar as inter-relações entre saber e poder, conhecimento e política não confiando cegamente nem no discurso científico, nem na primazia do estado, ou em qualquer outro ator na soberania das ações. “*Não é a tecnologia que garante a segurança, mas a tecnologia em combinação com instituições sociais e regras que tornam as catástrofes socialmente produzidas acessíveis a participação e provisão social*” (BECK, 2002, p.158).²⁰ A relação entre ciência e política, menos do que algo claro e definido, é uma articulação precária e contingente dependente de processos heterogêneos. A ciência que se fundamenta no ideal de uma pureza de seu método, de sua neutralidade baseada na manipulação e objetivação da realidade deve, portanto voltar a mesa e interagir com a vida política, que como bem colocou Arendt (2009) é necessariamente constituída pela pluralidade de vozes e posições.

Dessa forma, vemos que a questão ambiental se faz no curso do ordenamento social, no jogo de relações entre atores e instituições. Uma perspectiva sócio-política importante é aquela tributária do ideal libertário dos anos 60, do conjunto de símbolos daquele período, como a contracultura, a vida alternativa, o movimento hippie. Para Carvalho (2001) a influência da contracultura no campo ambiental se constitui como um “núcleo forte” que estabelece temas e sensibilidades específicas. A “*contracultura opõe-se, sobretudo, ao paradigma ocidental moderno, industrial, científico, questionando a racionalidade e o modo de vida da chamada Grande Sociedade*” (CARVALHO, 2001, p.88). Assim, essa vertente do ambientalismo prega o ideal da totalidade do vínculo entre o humano e o natural, a importância dos saberes ligados a terra, a crítica a sociedade humana, o ideal comunitário de vida, dentre outras considerações, que correspondem à criação de uma sensibilidade atinada à temática ambiental (ARRUDA, 1996, p.87). A maneira de colocar a questão pelos ambientalistas alternativos é crítica ao capitalismo e ao desenvolvimento industrial e “*integra um espectro amplo e complexo de*

¹⁹ Além é claro da dificuldade inerente a problemática, como por exemplos as conclusões acerca das consequências da utilização de alimentos geneticamente modificados.

²⁰ No original: “It is not technology that guarantees safety, but technology in combination with social institutions and rules that render the socially produced hazards accessible to social provision and participation”.

contravalores que se caracteriza pelo questionamento do status quo das sociedades desenvolvidas, pela crítica aos valores da modernidade ocidental, e pela busca de um novo modo de organizar a vida individual e coletiva” (CARVALHO, 2001, p.89).

Antes de se articular a um tipo de discurso social ou outro, uma questão fundamental é entender em que sentido e extensão o discurso ambiental é de fato político, ou seja, em que sentido constrói posições críticas frente ao estado de coisas da vida social. Esta é talvez um ponto crucial em toda essa discussão. Pois para alguns um elemento importante do discurso ambiental, segundo Leis (1995^a, p.32) é *“a sua condição ética normativa capaz de orientar ações de forma convergente em contextos discursivos e com atores de interesses divergentes”*. O problema é entender como isso é de fato possível, e o que significam tais ações convergentes num campo de interesses distintos. Se Leis (1995a) parece considerar isto um fato decisivo para a luta ambiental, um dos nossos entrevistados vê nisso um problema. *“Que hoje em dia até a empresa de agrotóxico, você entra no site dela ela fala assim da nossa preocupação ecológica ...A pior empresa e eles usam a mesma bandeira assim...” (M., 26 anos)*

Uma questão recorrente em nosso trabalho foi refletir de que maneira o discurso ambiental conduz ou não a uma visão crítica da sociedade, ou seja, se o discurso ambiental estabelece formas alternativas ao estado da vida atual (LOUREIRO, 2005). É preciso compreender, assim, quais projetos e visões de mundo dão suporte a esse campo ambiental específico analisado por nós. O campo ambiental fornece caminhos ambíguos e muitas maneiras de conectar aspectos diversos da vida humana como: ciência, misticismo, individualidade e estilo de vida, ética, política, e a própria humanidade.

Ainda de existirem muitas semelhanças entre o ambientalismo e outros movimentos, identifiquei três maneiras pelas quais o movimento ecológico se destaca: Sua íntima relação com a ciência, seu apelo prático a uma solidariedade internacional, e sua capacidade em oferecer uma crítica articulada do, e um alternativa ao, industrialismo capitalista (YEARLEY, 2005 p.25).²¹

Para Latour (2004) não é possível entender a questão política envolta no debate ecológico sem repensar as categorias sociais que organizam nosso mundo. Frente a estas questões tão importantes se o ambientalismo é de esquerda ou de direita, se é a favor ou contra o estado, Latour (2004, p.17) afirma: *“Nossa hipótese é a de que a quiseram colocar no*

²¹ No original: Although there are many similarities between environmentalism and other movements, I identified three ways in which the ecological movement stands out: its intimate relationship to science, its practical claims to international solidarity and its ability to offer a concerted critique of, and alternative to, capitalist industrialism.

tabuleiro político sem redesenhar as coisas, sem redefinir as regras, sem remodelar os peões”. Há um embate constante em torno da radicalidade ou não do discurso ambiental, que mais do que tudo nos convoca a pensar as categorias de análise que utilizamos. Se vemos emergir uma preocupação ambiental disseminada pela mídia, e por atores diversos, tal universalização do discurso ambiental parece caminhar bem com quase qualquer companhia, seja o estado, o mercado, ou os movimentos sociais. Dessa forma conceitos como sustentabilidade aparecem ligados a atores e contextos muito diversos:

atores como o Banco Mundial, ONGs e empresas utilizam a noção de governança ambiental, assim como a de sustentabilidade, para implementar projetos muitas vezes distintos, levando-nos a indagar sobre os significados dessa categoria.(...)Este consenso aposta na possível conciliação entre os “interesses” econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais (ZHOURI, 2008, p.97).

Ao discutir a crescente institucionalização do campo ecológico Mézaros (1987, p.25) em texto de algumas décadas, afirma: “*Montanhas estão em trabalho de parto e nasceu um rato: as super-instituições de controle ecológico exibem resultados bem mais modestos do que a retórica da sua autojustificação: nomeadamente, Ministérios para Proteção das Amenidades da Classe Média.* Assim a tal universalidade e radicalidade propalada pelo ambientalismo se depara com um questionamento incisivo: qual a possibilidade do discurso ambiental construir, de fato, novas formas de determinação social, transformar relações concretas e orientar nossos caminhos?

2.5 Subjetividade e engajamento: os determinantes da ação ambiental

O estudo dos determinantes para o envolvimento em ações ambientais é ainda um campo pouco explorado, em especial nas interações entre dimensões individuais e coletivas do militantismo ambiental (OLIVEIRA, 2008, p.752). É consenso que o ativismo ambiental como o conhecemos hoje se estabelece como prática nos anos 60 e 70 (VIOLA, 1987; CARVALHO, 2001; GONÇALVES, 2006). No caso brasileiro o militantismo ambiental se desenvolve principalmente a partir dos anos 70, sendo que nos anos 80 explodem associações e organizações de defesa ambiental. Para Oliveira (2008) o primeiro momento é marcado pela presença de cientistas e intelectuais inspirados em modos de organização semelhantes existentes no contexto internacional (p.756). Para Gonçalves (2006, p.16) são três os principais

agentes no processo de construção do meio ambiente como espaço de tensão e redefinição de políticas no Brasil. Em primeiro lugar o estado, que seguindo medidas internacionais de órgãos de fomento e outras instâncias econômicas cria instituições de controle ambiental; em seguida os movimentos sociais ambientais, particularmente, os movimentos sediados no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro; e por fim a chegada dos exilados políticos no final dos anos 70, que trazem a experiência marcante da Europa em relação a essa causa. Desde o início, o discurso ambiental é definido por uma pluralidade de agentes que colocam em cena diferentes ligações entre o meio ambiente e as questões sociais. Do ponto de vista da composição social dos indivíduos neste momento inicial é consenso que é composta por indivíduos de classes altas, com escolaridade elevada, os ativistas são membros das elites brasileiras, algo que se é atenuado ao longo dos anos, mas ainda permanece atualmente.²² Outro elemento fundamental neste momento e que também acompanha o prosseguimento do militantismo ambiental é a vinculação do engajamento com certas profissões e formações específicas, como a biologia, arquitetura e urbanismo e as ciências em geral.

A partir dos anos 80 se diversificam os grupos e movimentos em torno da temática. No plano político vemos surgir o Partido Verde (PV) que tem os principais fundadores no Rio de Janeiro. A luta ambiental passa a se incorporar a outras lutas sociais, partidos políticos e sindicatos, o que é algo extremamente complexo e relevante, pois indica um desdobramento do ambientalismo em muitas direções da vida social: *“a ocupação de postos nas administrações públicas e na burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais, em empresas de consultoria, entre outras”* (OLIVEIRA, 2008, p.768). Não por outro motivo o signo do ativista ambiental, marcado a princípio por uma referência mais marginal e romântica, passa a incorporar cada vez mais domínios institucionais e conjuntos de poder (HAJER, 2005). O que por outro lado não significa um abandono total dos conjuntos simbólicos que organizam e dão sentido ao ambientalismo. Se o meio ambiente deixa de ser um tema maldito, a contracultura não deixa de fazer parte do movimento ambiental (CARVALHO, 2001). Do final dos anos 80 até a atualidade o movimento ambiental muda bastante:

ele se transformou de um movimento contracultural, praticando a política simbólica de demonstrações na rua, escolhas de estilos de vida, e consumo alternativo (expresso num circuito urbano elaborado e muito visível ao redor de livrarias, lojas de alimentos

²² Todos os nossos entrevistados fazem parte das classes média e media alta do Rio de Janeiro. Não tivemos um corte em relação a questão socioeconômica, mas através das conversas com os entrevistados percebe-se que o ativismo ambiental é ainda mais figurante nas classes mais abastadas.

integrais, códigos de vestuário, casas comunitárias, e etc..) a uma maior força política dominante, procurando representação e influência através de partidos verdes e de *lobby* profissional (HAJER, 2005, p.297).²³

Dessa forma, ampliam-se os atores e se complexifica o campo ambiental. Mas se do ponto de vista organizativo e estrutural as mudanças são sensíveis, do ponto de vista subjetivo, das articulações entre indivíduos e maneiras de se ver e agir sobre o mundo, muita coisa permanece. O que se vê é que há muitas formas de analisar e compreender os movimentos ambientais, assim como a maneira pelas quais os indivíduos se organizam fazem agentes nesse processo. Um elemento é a possibilidade de formas mais ou menos individuais nesse processo, ou seja, o grau e natureza do vínculo e da mediação entre o indivíduo e a luta ecológica. À medida que surgem grupos e instâncias mais plurais, obviamente, emergem também diferentes tipos de envolvimento. Do ponto de vista psicossocial, interessa entender tal processo. Como nos lembra Loureiro (2005) há uma forte corrente no ambientalismo que busca ligar diretamente o indivíduo ao meio ambiente, desconsiderando as mediações sociais, os símbolos que organizam nossa experiência humana. Como viemos afirmando é através de dada maneira de ler o mundo, de experienciar a realidade que um problema pode ser traduzido enquanto um problema ambiental, que deve ser enfrentado na prática. Assim, vemos que duas noções importantes que aparecem nas entrevistas com os jovens cariocas são os conceitos de consciência e sensibilização. Do ponto de vista subjetivo buscamos delinear as condições pelas quais elementos da vida cotidiana, ou de certa história aparecem como focos de ação. Esta questão está longe de ser uma problemática que concerne apenas a indivíduos, pois é também através de grupos e organizações coletivas que os agenciamentos são conduzidos. Assim, a estrutura de uma organização e de outra, o nível de direcionamento para a questão ambiental, a formalidade e hierarquia, assim como as articulações desse grupo com outros níveis da vida social são relevantes para o nosso estudo.²⁴ Assim, um jovem vegetariano, pode nos dizer que sua prática alimentar se dá devido a crítica ao desflorestamento decorrente da criação de pastos, e portanto, como uma crítica ao sistema capitalista de produção. No entanto, tal articulação entre o fato de não comer carne e o capitalismo é totalmente contingente, pois

²³ No original: “..it had transformed from a counter-cultural movement, practising the symbolic politics of street demonstrations, lifestyles choices, and alternative consumption (expressed in an elaborate and very visible urban circuit encompassing bookshops, wholemeal food stores, dress codes, communal households, and so on) to a more mainstream political force, seeking representation and influence through ‘green’ parties and professional lobbying”.

²⁴ Mesmo uma ação coletiva, ativada por instituições formais, envolvem formas individuais de filiação e engajamento. O que implica que também buscaremos entender as relações dos indivíduos com os diferentes grupos.

poderiam existir outras conexões. A maneira como tais atividades se ligam constituem “horizontes de inteligibilidade” (SMITH, 1998) que se traduzem em expectativas e possibilidades, e criam formas de identificação e diferenciação entre lutas sociais diversas (LACLAU E MOUFFE, 1985).

Por fim voltando a questão central que temos discutido, colocamos em questão como através de suas ações e palavras os jovens vivendo condições com possibilidades indeterminadas de ser e agir, rompem tal indeterminação ao trazer ao mundo comum uma ação singular. Pois se é próprio da nossa condição contemporânea a ampliação da consciência da contingência (HELLER e FEHER, 2002) é não menos fundamental o “afastamento” desta consciência em determinados momentos e a consideração de que algumas de nossas ações são as únicas possíveis naquele momento. Há uma consideração final a ser feita em relação a esta questão. Pois a luta ambiental pode tanto manter uma abertura a outros discursos sociais, buscando englobar estas outras orientações ou se findar numa perspectiva mais fechada em relação a arestas e vértices específicos. Coloca-se em questão em que medida é o ambientalismo um discurso universal, um movimento (talvez o único que ainda possa dizer isso) que uniria a todos na Terra. Há de fato uma identidade coletiva e a primazia do “sujeito ecológico” frente a outras condições subjetivas? A questão ambiental se faz fundamentalmente importante, para muitos pela consideração de ela seria a única causa realmente global, capaz de gerar respostas universais a problemas globais.²⁵ E o que de fato isso significa?

Nenhuma questão é mais apropriada a tratamento em termos da globalização quanto as questões ambientais, já que grandes ameaças ambientais parecem fisicamente ou biologicamente globais. Só existe uma Terra, somente uma, biosfera que nos interconecta (YEARLEY, 2005, p.41).²⁶

Seguindo essa rota não é de estranhar que alguns entendam que a ecologia é herdeira do discurso marxista, constituindo-se como a renovação de uma meta-narrativa no sentido de Lyotard (2000). Menos do que pensar que isso é negativo ou positivo, colocamos o problema de entender a construção da ação nesse quadro depois de tudo o que viemos escrevendo sobre a contingência e a pós-modernidade. Do nosso ponto de vista sempre existem outras maneiras

²⁵ Esta é uma questão delicada, pois existem outros pesquisadores que fazem questão de enfatizar a distribuição social das mazelas ecológicas, ou seja, de que os problemas ambientais não atingem a todos da mesma forma, o que coloca em questão essa primazia universal da luta ambiental (CABLE, HASTINGS e MIX, 2002; COSTA, 2009).

²⁶ No issues are better suited to treatment in terms of globalisation than environmental ones since leading environmental threats appear physically or biologically global. There is only one Earth, only one, interconnecting biosphere".

de ser e de agir, não acreditamos que exista uma verdade, mas sim que em cada prática, em cada voz e ação se constitui uma verdade, tornando-se necessário entender o que ela nos diz.

CAPÍTULO 3

AÇÃO, DISCURSO E SUBJETIVAÇÃO

A sociedade ocidental contemporânea tem recebido, a partir de meados dos anos 60, uma diversidade de nomeações que buscam estabelecer um fundamento, uma identidade do ponto de vista social e histórico. Sociedade: pós-moderna, pós-industrial, globalizada, do consumo, da informação (GIDDENS, 1991; LECHNER, 1993; MELUCCI, 1996; RATTANSI e PHOENIX, 1997). O jogo de diferenças e semelhanças entre tais compreensões e o período moderno leva diversos pensadores a se debruçar num debate tão importante quanto interminável²⁷ sobre as condições sociais, políticas e culturais de nosso tempo. Para ficar no exemplo mais recorrente dessas nomeações, vemos que o conceito de sociedade pós-moderna é em si mesmo controverso, pois pode significar tanto a idéia de uma superação do projeto moderno, dos temas e problemas da sociedade industrial, quanto por outro lado o seu aprofundamento e radicalização (GIDDENS 1991; LECHNER, 1993). E nesse caso, temos que concordar com Butler (1998) quando ela, ironicamente, afirma, “*a questão do pós-modernismo é certamente uma questão, pois existe, afinal, algo chamado pós-modernismo?*” (1998, p.13).

Ainda que tal debate também ocorra sem fiador e sem termo, na feliz expressão de Lefort (1991), tendo em vista o conjunto heterogêneo de orientações teóricas e filosóficas das quais estes pensadores dentre outros se alimentam, algumas considerações se firmam como momentos centrais na caracterização do contemporâneo. Um desses elementos, apontado por Lyotard (2000), é que a condição pós-moderna se define pelo fim dos grandes discursos e ideologias que estruturavam o campo da vida humana, e que estabeleciam uma história total da experiência humana.

A função narrativa perde seus atores, os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagens narrativas, mas também denotativas, prescritivas, descritivas, etc, cada um veiculando consigo validades pragmáticas sui generis (LYOTARD, 2000, p..xvi).

O fim dessas narrativas mestras destituiria a vida humana de uma condição homogeneamente estruturada implicando a emergência de possibilidades heterogêneas. Assim, é consenso entre os filósofos e pensadores que há, nas últimas décadas, uma transformação do campo social, com a alteração das lógicas de ação social e política, o problema é quais são os

²⁷ Não iremos nos aprofundar nessa discussão, apenas apresentamos nossa perspectiva.

impactos e o sentido dessas mudanças. Para alguns, seguindo Lyotard (2000), a pós-modernidade implica que não há possibilidade de se pensar para além da especificidade, para além do fragmento e da efemeridade. Uma expressão disso seria pela afirmativa de que ostaríamos vivendo o “fim” do sujeito, da história, da razão, da política... (PRADO, 2000; MOUZELIS, 2008).

Arendt (2009) nos mostra que é sempre contra um pano de fundo, uma teia de relações e sentidos sociais que nossas palavras e atos intervêm. Dessa forma, o discurso pós-moderno emerge contra teorias sociais e filosóficas que ao longo do século XIX e XX foram fundamentais na compreensão dos fatos sociais. Duas dessas correntes fundamentais são marxismo e o liberalismo²⁸. Para o economicismo marxista, por exemplo, na compreensão do conjunto de forças, visões de mundo, e processo históricos que determinam a vida social²⁹, vemos surgir elementos psíquicos, como a consciência, organizações políticas como os sindicatos e o partido comunista, agentes claramente definidos como a burguesia e o proletariado, que se correlacionam de tal maneira que se cria um campo totalizado da experiência humana. Totalizado significa que toda particularidade, qualquer elemento se refere ao sistema como tal. O que emerge, portanto, é uma compreensão completa e fechada da vida social, das suas questões certas e necessárias. E aí, por exemplo, entender “*a história consiste, pois, em uma operação de reconhecimento: de que se trata é identificar, nos atores empíricos, os atores essenciais que neles se encarnam e cuja identidade fundamental se conhece de antemão*” (LACLAU, 1993, p.38).³⁰

Nossa questão, seguindo Laclau (1993) não é dizer que o discurso marxista não seja um válido, muito pelo contrário, o que se faz é a crítica do elemento totalizador e necessário que nega a heterogeneidade constitutiva da vida social, e que é de fato presente em certa versão mecanicista do marxismo (GRAMSCI,1978). Laclau (1993) critica a idéia de que há uma história progressiva e evolutiva no qual os sujeitos encarnam posições necessárias num jogo de forças e lutas previamente estabelecidas. Se reconhecemos que há diversos marxismos, com

²⁸ Colocamos estas orientações filosóficas de forma exemplar, e não estamos nem entendendo que seriam as únicas orientações pertinentes, mas são sem dúvida as mais importantes.

²⁹ É sempre difícil falar algo sobre “o” marxismo, pois ele se mostra cada vez muito mais heterogêneo do que singular. Nesse ponto estamos seguindo fielmente a interpretação e compreensão que Laclau e Mouffe (1985) dão ao tema.

³⁰ No original: “Entender la historia consiste, pues, en una operación de reconocimiento: de lo que que se trata es identificar, en los actores empíricos, los atores esenciales que em ellos se encarnam y cuya identidad fundamental se conoce de antemano”.

ênfases e construções heterogêneas, então de fato já saímos da perspectiva da necessidade na qual ação, discurso e agente se encontram previamente determinados e entrelaçados.

A contingência das identidades significa que não há uma única condição essencial que determina todo o conjunto possível de experiências possíveis. Weber (1973) aponta a importância de Nietzsche quando este, frente a idéia platônica de que algo que é bom é verdadeiro e belo, afirma que algo verdadeiro, pode não ser bom e nem mesmo belo. Assim como Baudelaire que ao intitular seu livro de “*As flores do mal*” expressa a mesma idéia, de que uma coisa pode ser bela e não ser boa (p.174). A contingência não implica que não existam determinações neste ou naquele fenômeno, mas que tal processo não se dá a partir de uma lógica homogênea e determinista, mas sim através do processo de luta e articulação entre condições heterogêneas. A heterogeneidade é a expressão de que o mundo é animado por processos variados e não por uma única condição. Mas tal processo é sempre histórico, ou seja, é marcado pelas condições de possibilidades e lógicas existentes num tempo e espaço específico.

Imagine a maneira como as mulheres foram construídas, como mulheres, na idade média. Todos os discursos possíveis, a igreja, a família – construíam as mulheres como sujeitos subordinados. Não havia nenhuma possibilidade, nenhum jogo, nestas posições de sujeitos para que as mulheres colocassem a subordinação em questão (MOUFFE, 1988, p.95, tradução nossa).³¹

É claro que a afirmação de Mouffe (1988) parte do pressuposto de que as mulheres só se construíam a partir desses discursos, família e igreja, e que estes eram também homogêneos na maneira como sustentavam uma posição subordinada da mulher. Para ela é só a partir da emergência de um discurso igualitário que é possível (o que não significa que irá ocorrer) o forjamento de outra posição e de outras situações. Isso implica que a condição da mulher é atravessada por diferentes discursos, que estabelecem lugares e posições diferentes, não fechadas num mesmo sistema, e dessa forma é heterogêneo.

Neste capítulo iremos esboçar um arranjo teórico para compreender as ações ambientais dos jovens cariocas considerando as condições contingentes da atualidade, associado a variedade de maneiras de engajamento e ação dos sujeitos. Neste percurso iremos abordar

³¹ No original: “Imagine the way women were constructed, as women, in the Middle ages. All the possible discourses, the church, the family – constructed women as subordinate subjects. There was absolutely no possibility, no play, in those subject positions for women to call the subordination into question”.

referências teóricas diversas, mas que se voltam para o desafio de compreender como indivíduos através de práticas sociais e de suas interações cotidianas, reportando a fatos históricos e redes de sentido colocam em cena modos de fazer ver, ouvir e sentir. E assim através de ações e palavras instanciam pontos determinantes sobre o fluxo aparentemente contínuo e eterno da vida social, fazendo emergir relações e descontinuidade, onde nada antes havia (GIDDENS, 1984). Nesse processo de intervenção sobre o curso das coisas emergem entes complexos, “eu”, “nós”, “eles”, instituições, acidentes, formação mescladas que constituem um princípio de leitura do sujeito sobre si mesmo, sobre a vida social, e a história. Entendemos assim, que uma psicologia política preocupada com a constituição de sujeitos políticos, com a emergência de ações coletivas com toda a complexidade envolta nessas questões deve colocar-se no centro das discussões e embates permanentes entre as disciplinas que ora se arrolam um acesso privilegiado ao psiquismo e seus segredos, ora afirmam-se como detentores dos princípios da história e da política. Se através da ação e do discurso criamos um mundo, estabelecemos relações, colocamos em cena uma perspectiva sobre as coisas, pretendemos aqui estabelecer uma relação entre estas áreas do saber, psicologia social, psicanálise, sociologia, filosofia social e política, que se tece não pela dissolução das diferenças, e condições de emergência enquanto disciplinas, mas através de uma tarefa conceitual comum, a compreensão da formação de ações e sujeitos políticos. E esta compreensão perpassa obrigatoriamente dimensões sociais, históricas e individuais. Ora, trata-se de reconhecer que não há outro caminho possível do que este, tecer relações, articular conceitos e cruzar dimensões. E assim, não tememos a parcialidade e fragmentação, os furos possíveis, busca-se entender a maneira pela qual indivíduos, vivendo em condições relativamente abertas, num mundo contingente, constituem uma ação sobre um plano de estruturas sociais e de sentidos compartilhados.

Neste percurso utilizamos três conceitos: a ação, o discurso e a subjetivação. Por ação entendemos a possibilidade dos humanos criarem algo novo sobre o curso dos acontecimentos. A dimensão da ação é aquela que liga a (des)-continuidade das práticas sociais a condição dos agentes humanos. Por discurso entendemos o arcabouço, o quadro de significados que ordenam a experiência humana e assim se correlacionam com a própria ação. Ainda que na prática ação e discurso não se dissociam, a palavra e o ato se encontram juntos, e não são de fato momentos divisíveis, se acreditamos ser importante fazer valer tal divisão, é por buscar no discurso certa fixação, um articulador singular, enquanto a ação traz em si uma dimensão de desconhecimento, de criação. Assim o discurso é tomado a partir da tessitura de um sistema

ordenador das relações humanas, num certo momento histórico social. Já a ação é o principiar, o colocar em cena tal discurso, e dessa forma implica conseqüências e um desenrolar não previsto pelo discurso. Por fim, discutimos o conceito de subjetivação, que é o processo de constituição de maneiras de ser, ver e de agir mundo, o que Laclau e Mouffe (1985) chamam de posição de sujeito. Da mesma maneira a noção permite entender o jogo de mudança dessas posições, a dissolução de antigas posições e a simultânea emergência de novas configurações. A subjetivação não é igual a individualidade nem mesmo a coletividade, ela implica uma dada maneira de ligar o eu ao nós, a experiência singular a uma história, um discurso e a condição de agente.

3.1 O conceito de ação

Agir, na nossa vida cotidiana, significa as coisas que fazemos no mundo. Andar, falar, dirigir... No senso comum todas essas atividades são consideradas ações, elas indicam a realização de algum processo acabado ou não, em geral protagonizado por um sujeito individual ou coletivo. Tal ação pode ser diferenciada de muitas maneiras, ela pode ter um caráter mais reflexivo, no qual o agir é recorrentemente revisto continuamente, assim como podemos agir de maneira espontânea sem pensar muito sobre o que fazemos. Dirigir é um exemplo evidente desse segundo tipo. Aprender a dirigir, ao contrário, exemplifica o primeiro tipo. Uma ação pode ser reduzida e decomposta ou pode ter um formato homogêneo, consistindo num único ato.

Nossas ações nos posicionam frente à dinâmica da vida, pois interferem no processo e na seqüência da vida social permitindo estabelecer causas que antecedem e conseqüências que se seguem a própria ação. Isso por sua vez significa que nossas ações são conectadas aos sentidos e fatos de nossa vida, seja de maneira causal, que explica o ato, ou pela maneira como a ação repercute retroativamente no conjunto de nossa vida, na nossa subjetividade. Um militante sindical ao aderir a uma greve pode colocar em questão sua adesão, considerando se aquele seria ou não o momento de agir dessa forma, e pode inclusive aderir à greve sem mesmo desejar pressionado pelo sindicato, o que coloca questões para pensarmos a responsabilidades e os laços que determinam a ação. Dessa forma, a determinação do agente nesta ação, o que do ponto de vista gramatical é relativamente simples, referindo-se ao sujeito da sentença, no plano da vida real mostra complicações, na qual as ações se encontram

atravessadas por compromissos e relações, o que em certo sentido mina o ideal de soberania invocada pela condição de agente.

A dimensão da ação é um conceito chave para a filosofia e teoria social, referindo-se a forma como os sujeitos humanos atuam revelando e criando sentidos através de seus atos. Se ela tem um sentido muito amplo no senso comum, sendo difícil captar alguma especificidade, do ponto de vista da teoria social algumas perspectivas buscam estabelecer critérios que permitem demarcar com clareza o que é ou não uma ação. Para Weber, por exemplo, só há ação social quando há sentidos subjetivos produzidos em relação a outros indivíduos (CASTRO, 2001, p.30). O sociólogo entende que as ações humanas estão enredadas em sentidos compartilhados socialmente, e por essa via abriu um importante caminho para os estudos sociológicos (COHN, 1979; GIDDENS, 1978). Essa linha de estudos tem se implicado em entender o entrelaçamento entre as ações e os sentidos, com ênfase na linguagem como estrutura que os articula (GIDDENS, 1978). Nessa perspectiva afirma-se que os sentidos são atribuídos às ações a partir de quadros semânticos que orientam os agentes, considerando-se uma diversidade de contextos e interação. Portanto, é só a partir do momento que nossos comportamentos adquirem sentido para nós mesmos que podemos falar de ação.

Outro sociólogo importante na discussão deste conceito é Giddens (1978, 1984, 1986), para ele a ação é entendida como a “*conduta racionalizada ordenada reflexivamente pelos agentes humanos*” (GIDDENS, 1978, p.8). Ainda que tal definição possa parecer deveras racionalista, é importante entender que a reflexividade que define a ação não precisa ser discursivamente acessada, ou seja, o ator não precisa falar sobre suas ações para que estas façam sentido, pois elas têm uma dimensão prática (GIDDENS, 1984, P.3; PETERS, 2007). Para Peters (2007, p.25) há três premissas fundamentais na compreensão da agência de Giddens, em primeiro lugar a dimensão ativa e reflexiva da conduta humana; a importância da linguagem e da cognição neste processo; e por fim a consideração das interações sociais como contingentes. Um dos principais contrapontos da teoria da ação de Giddens (1978), que ele nomeia de estruturação é a teoria funcionalista que dominou a sociologia mundial por boa parte do século XX. Seu maior expoente o sociólogo norte-americano Talcott Parsons através do conceito totalizador de sistemas sociais, privilegiava a integração e reprodução social a partir de uma lógica sistêmica. Para tal perspectiva as ações que não se pautavam numa perspectiva de integração eram vistas como disfuncionais e desviantes (GIDDENS, 1978; DOMINGUES, 1995). Se por um lado a capacidade de ação humana em Giddens (1978, 1989) demarca a

capacidade reflexiva e inovadora dos sujeitos, por outro também revela a existência de um conjunto de “quadros de referência”, diferentes quadros de sentido a partir dos quais os sujeitos pensam, entendem e agem. As ações dos sujeitos humanos e seus significados não podem, por isso, ser apreendido fora dos “quadros de referência” que os estruturam (1978, p.20). Mas seria um equívoco pensar que estes significados se encontram constituídos como um acervo estático cabendo aos sujeitos apenas utilizarem desse repertório definido, pois as ações acionam e atualizam este conjunto de significados. Arendt (2009) por caminhos diferentes estabelece que a ação humana parte e volta sempre para o arcabouço simbólico de nossas vidas:

A esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas conseqüências imediatas (ARENDR, 2009, p.196)

Ora, o que Arendt (2009) traz de mais específico ao conceito de ação é entender por isto a impressão de um movimento específico, o início de algo novo no mundo. Algo que passa a fazer parte do mundo, e sobre os quais os agentes não têm mais nenhum controle. A teia dos negócios humanos se tece então a partir dos nossos atos e palavras que constituem um mundo humano. Assim é preciso especificar de que forma os atos se originam dessa teia de relações e de que forma provocam alterações nessa mesma teia. A teoria sociológica de Giddens (1978, p.128) se propõe exatamente a entender o processo de “*constituição da vida social como produção de sujeitos ativos*”, e através da crítica ao funcionalismo, estruturalismo e marxismo, com suas ênfases nas estruturas propõe como foco da teoria social, as práticas sociais e contextos de interação entre sujeitos humanos. Para ele não existe uma sociedade como uma estrutura coercitiva que estabelece o possível e o impossível, é sempre a partir de cada encontro social que os sujeitos humanos, seja pela tradição, história, e os conjuntos lingüísticos à sua disposição estabelecem uma relação social, atualizando sentidos e práticas que podem aí sim reverberar no conjunto mais amplo. A crítica do autor às principais linhas teóricas do pensamento social do século XX é que elas, de maneira geral, colocam muito peso nas estruturas sociais e nos mecanismos de reprodução social, e pouco nos indivíduos e na mudança (DOMINGUES, 1995, TORFING, 1999).

O erro característico da filosofia da ação é tratar apenas o problema da ‘produção’ não desenvolvendo assim nenhum conceito de análise estrutural; a limitação tanto do estruturalismo como do funcionalismo, por outro lado, é considerar a ‘reprodução’

como um resultado mecânico, e não um processo ativamente constituído, realizado e consistido dos feitos de sujeitos ativos (GIDDENS, 1978, p.128).

Giddens (1989) traz uma nova perspectiva ao dilema fundador das ciências humanas, a relação entre indivíduo e sociedade, capacidade criadora e ordenamento social, agência e estrutura. O seu interesse se dá na capacidade performativa, ontológica das práticas sociais, sem desconsiderar o elemento criador, mas também não abandonando algum conceito de estrutura. Ele encontra no conceito de *estruturação, ou dualidade da estrutura*, a saída para este impasse. A estruturação implica que os sujeitos humanos ativamente se apropriam das estruturas sociais, ou seja, há a estrutura a partir do momento que ela é recursivamente ativada pelos agentes humanos. Para Giddens (1989) não faz sentido dizer que a estrutura é coercitiva, ou inibidora, elas são sempre tanto habilitadoras quanto coercitivas (GIDDENS, 1978, p.129). A intenção do autor é fundar uma teoria social que procure “*explicar como as estruturas são construídas pela ação, e reciprocamente como a ação é constituída estruturalmente*” (p.169). Sua formulação é interessante por nos manter de sobre aviso tanto dos perigos do objetivismo, que elimina o agente, como da visão subjetivista, que torna os indivíduos super-criadores desconsiderando a materialidade e continuidade das práticas sociais³². A nossa maneira de conceber a ação seguirá três considerações fundamentais apontadas por Castro (2001; 2004): sua prerrogativa relacional; sua processualidade e contingência; e a impossibilidade de separar pensar e o ser na ação.

A dimensão relativa e coletiva da ação aborda a dimensão que define mesmo a ação, segundo Arendt (2009), que é a constituição de um mundo verdadeiramente humano, um mundo no qual as pessoas instituem vínculos e compartilham mesmo um espaço comum. Desta forma, é no agir que se estabelece a rede de relações humanas, e é sempre contra um mundo já instituído que as ações repercutem. Assim, a teia das ações humana é o pano de fundo contra a qual as ações vêm sempre a retumbar.

Assim, ser agente significa participar mediante intervenções nas práticas sociais situadas historicamente, em tempo e em espaço específicos e particulares, mesmo sem ser capaz de reconhecer e admitir discursivamente motivos, intenções ou justificativas de ação (CASTRO, 2001, p.31).

³² Podemos entender estes dois processos pelos conceitos de contingência e historicidade elementos chave para a teoria política de Laclau (1990) (PRADO, 2001).

Não há ação sem agentes, como não há ação quando não se cria algo de novo frente à dimensão do mundo. “A ação depende da capacidade do indivíduo de ‘criar uma diferença’ em relação ao estado de coisas, ou curso de eventos pré-existentes” (GIDDENS, 1989, p.11). Se Arendt (2009) confere extrema importância à dimensão da criação, de um novo início que é premente a dimensão da ação, é também fundamental buscar identificar os vínculos entre a abertura de novas formas de relação e o mundo já constituído, o mundo que existe antes de nós e que continuará a existir depois que morreremos. Há muitas confusões em torno da relação entre o agir e o domínio da cultura, as instituições e formas de regulação. Não podemos cair na fantasia de que as instituições são sempre repressoras e de que há uma liberdade anterior a própria condição humana, condição de cultura e sociabilidade. A ação mais do que um ato individual em relação a temas e conflitos sociais é o que estabelece e coloca em cena relações, ou seja, institui mesmo um mundo, um regime do visível e do dizível (RANCIÈRE, 1996). Assim, a ação de uma mulher de não ceder seu lugar no ônibus, algo que a princípio é extremamente simples e que não tem causas políticas ou sociais, constituiu-se como um fato extremamente importante no contexto da luta racial norte-americana. Pois a mulher em questão trata-se de Rosa Parks, uma jovem negra, que num contexto de segregação racial se sentou no lugar do ônibus na qual ela não podia se sentar, pois era destinado aos homens brancos:

A garota negra que um dia em dezembro de 1955, em Montgomery (Alabama) decidiu permanecer em seu lugar no ônibus, lugar que não era seu, decidiu com isso que era tanto cidadã do Estados Unidos, tinha o direito que não tinha um habitante de um estado que proibia esse lugar a qualquer indivíduos que tivera um pouco mais de 1/16 de sangue não caucasiano (RANCIÈRE. 2006, p.89, tradução nossa).³³

Tal ação, inscrita num momento e espaço específico, ativa uma configuração de relações e discursos sobre a ordem social como um todo, e não apenas de questões particulares entre pessoas, um ônibus e um banco. Através de uma ação específica coloca-se em cena a própria dimensão da ordem social e política. Mas se hoje falamos deste episódio é porque ali, frente a conseqüências futuras incertas, frente a uma rede de sentidos dispersos e agentes sociais houve uma rearticulação das relações sociais em torno de algo. Através da nossa imaginação podemos conceber que a ação desta jovem poderia ter diferentes conseqüências, ela poderia ser espancada pelo cidadão que reivindicaria seu lugar, o motorista poderia

³³ No original: “La muchacha negra que un día de diciembre de 1955, en Montgomery (Alabama), decidió permanecer en su lugar en El autobus, lugar que no era suyo, decidió con ello que, em tanto ciudadana de Estados Unidos, tenía el derecho que no tenía em tanto habitante de um Estado que prohibía ese lugar a cualquier individuo que tuviera um poço más de 1/16 de sangre ‘no caucásica’”.

expulsá-la do ônibus, a polícia poderia prendê-la por não fazer valer a lei, ou ela simplesmente poderia ficar com vergonha do que fez e voltar para o seu lugar. São todas considerações possíveis, que conectam ao ato redes de sentido e conseqüências das ações. O que ocorreu nesse caso específico, no entanto, foi outra coisa que para Rancière (2006) é a emergência mesmo da política, pois este fato colocou em cena o conflito que constitui uma comunidade humana, uma comunidade que é marcada por uma divisão entre dois mundos, um mundo de iguais e outro de desiguais. Assim, após o ato da jovem:

os negros de Montgomery que a raiz deste conflito entre uma pessoa privado e uma empresa de transporte decidiram fazer um boicote à companhia, atuaram politicamente a colocar em cena um a dupla relação de exclusão e inclusão inscrita na dualidade de ser humano e cidadão (RANCIÈRE. 2006, p.90).³⁴

Tal processo coloca em cena a relação entre a ação e o espaço público, ou antes, como a instituição do espaço público é uma conseqüência da ação. Mas o ato de Rosa Parks é tudo menos fruto de um instante mágico de liberdade, sabe-se que ela era uma militante do movimento negro norte-americana, ou seja, fazia parte de agenciamentos que nomeavam as relações entre brancos e negros como relações de opressão. Isso em nada retira a singularidade de seu ato, pois é através da ação que articulamos relações, fazemos visível processos sociais, na qual se constitui uma esfera pública, um mundo comum.

O que se chama 'ação' não é ação quando não há atores. Isto é quando não há iniciativas que se confrontam a situações inéditas, mas apenas uma decisão do chefe, decisão que se arroga como sendo efeito do movimento da história ou da vida, que recusa a contingência e que só exige de outrem comportamentos conforme as normas e resoluções" (LEFORT, 1991, p.68).

Para Arendt (2009) é só no mundo público que a distinção pode aparecer, nesse sentido o mundo comum não é o mundo dos homogêneos. A ação, portanto, só é verdadeiramente uma ação quando cria um mundo público, que se diferencia do mundo privado, marcado pela hierarquia e dominação. O domínio da ação é assim o mesmo que a liberdade, razão de existência da política (BIGNOTTO, 2001).

Um segundo eixo contempla a questão propriamente contingente da ação, sua processualidade, imprevisibilidade e irreversibilidade (MAGALHÃES, 1986; CASTRO,

³⁴ No original: "los negros de Montgomery que a raiz de este conflicto entre una persona privada y una empresa de transporte, decidieran hacerle un boicot a la compania, acturan politicamente al poner em escena la doble relacion de exclusion e inclusion inscripta en la dualidad del ser humano y el ciudadano".

2001). Tal condição é o que nos previne da tomar um determinado processo como coisa, de solidificar o agir no discurso dos feitos.

Não se trata apenas da mera impossibilidade de se prever todas as conseqüências lógicas de determinado ato, pois se assim fosse um computador eletrônico poderia prever o futuro; a imprevisibilidade decorre diretamente da história que, como resultado da ação, se inicia e se estabelece assim que passa o instante fugaz do ato (ARENDR, 2009, p.204).

O que a filósofa argumenta é que o agente da ação nunca controla totalmente seus atos, porque a ação sempre se dá num mundo externo ao próprio agente. A idéia de que é possível controlar a ação é profundamente antitética com a perspectiva política de Arendt (2009), enredada a noção de espaço público, pois parece firmar uma visão de que o mundo pode ser controlado pela vontade de um, ou de poucos, o que indica o fim da esfera pública, da liberdade e o início da privação e da dominação. A ação ambiental como a prática pela qual determinados sujeitos buscam redefinir as relações entre seres humanos e o mundo natural, não é pensada como a conseqüência imediata de dados e números, mas sim como um acontecimento contingente, construído na base de relações e interações que poderiam simplesmente não ocorrer. E a partir do momento que tal ação se desenrola ela deixa de pertencer ao domínio dos agentes, ou seja, no agir há sempre algo de incontrolável, algo que coloca em marcha um processo que não é auto-contido.

É através desse domínio da vida humana, das relações que se estabelecem e diferença que trazem ao mundo, em relação a trama de sentidos pré-existentes que podemos falar sobre a vida e o mundo, as coisas que antecederam nossos atos, e aquilo que se segue. É através da ação que a mudança emerge, e pela mudança tornamos explícitas as regras que nos regem. A contingência da ação implica que não temos como controlá-la, o que fica bastante evidente no exemplo anterior de Rosa Parks. É a partir de um conjunto de relações sociais mais amplas e da maneira como elas se apropriam das ações e traduzem experiências singulares, em fatos gerais fazendo história disso que se precipitou o que de alguma torna uma ação em feito, e um agente em herói. Assim constituem-se o próprio arcabouço dos possíveis, as tradições e discursos que retroalimentarão outras ações.

Falam-nos mais de seus sujeitos, do 'herói' que há no centro de toda história, como qualquer produto humano fala do artífice que o produziu sem, no entanto, serem produtos propriamente ditos. Embora todos comecem a vida inserindo-se no mundo humano através do discurso e da ação, ninguém é autor ou criador da história de sua própria vida. Em outras palavras, as histórias, resultado da ação e do discurso, revelam

um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção das palavras, mas ninguém é seu autor (ARENDDT, 2009, p.197)

Para a filósofa o tratamento dos sujeitos como autores soberanos nos remete a transformação da ação em feitos, objetivações com princípio e fim. A ação, no entanto, ao partir e voltar sempre à teia de relações humanas nunca tem um fim, e o agente não pode ser considerado o autor solitário de sua ação. Para ela a linguagem dos feitos é própria da dimensão humana do trabalho e da atividade, na qual os objetos são criados do nada. Mas a ação se insere na dimensão sempre precária e frágil das relações humanas (ARENDDT, 2009, p.235).

Um terceiro elemento a ser delineado na teoria da ação é relativa ao tipo vinculação e comprometimento dos indivíduos ao agirem, pois entende-se que há dissociação entre pensamento e a existência (LEFORT, 1991; CASTRO, 2001). Assim, o agir supõe o sujeito no sentido pleno, mobilizando razão e afeto, o encontro entre a vida interna e o mundo externo. Mas como já falamos esta condição nunca é daquele que tem total controle e soberania dos seus atos, para Arendt (2009) é um erro identificar a liberdade, a capacidade política por excelência, com a soberania, o *“ideal de inflexível auto-suficiência e auto-domínio”* (ARENDDT, 2009, p.246). É através das condições do ser, das experiências singulares e históricas que o pensamento se constitui, pois agir é mais do que um comportamento, no sentido que o toma a psicologia behaviorista. A ação parte das experiências e dos afetos e sentidos ligados a tais experiências, ainda que tais condições possam não se configurar como algo discursivamente produzido. (GIDDENS, 1984). A perspectiva de Giddens (1989) e também, ainda que com diferenças significativas a de Bourdieu (2002) é conceber o pensar e o sentir dos seres humanos como resultado e efeito das práticas sociais. A indistinção entre o pensar e o ser implica que consciência ou reflexividade, menos do que uma conexão lógica de dados externos, é um princípio gerativo que se constitui no conjunto histórico das trocas sociais. Para Giddens (1989) todo indivíduo humano inscrito na cultura, que faz parte da vida cotidiana domina os fundamentos mais amplos da vida social, pois do contrário não haveria a realização das trocas e da interação social. É através das práticas sociais que os sujeitos instanciam todo arcabouço que nos constitui enquanto seres sociais, marcados pela cultura, por nossa experiência singular nessa cultura.

3.2 O conceito de discurso

Para Arendt (2009) ação e discurso representam a mesma coisa, são as maneiras pelas quais os sujeitos se mostram como seres singulares na esfera pública. Utilizamos a noção de discurso a partir de um referencial teórico diferente ao arcabouço arendtiano e separamos esta dimensão da noção de ação. Não por entender que se tratam de coisas distintas, mas porque através da noção de discurso buscamos salientar os arranjos semânticos, ou quadros de significado que estruturam a vida dos sujeitos, e a partir dos quais a ação se desdobra. A ação como a própria criação de um mundo de relações parte sempre em direção a algo é imprevisível e contingente, pois se faz presente num momento instancial entre gestos e palavras, entre dada situação presente e um futuro do qual pouco sabemos. É na “comparticipação” de outros sujeitos, nas relações que nunca se faz totalmente determinadas, nas fusões e diferenciações que emerge um mundo humano. No momento anterior a ação há sempre um abismo, o que Laclau (1993) seguindo o filósofo Jacques Derrida chama de “indecidível”. Caso contrário, caso a ação se desse como prosseguimento de lógicas determinadas, não haveria ação, no sentido específico que os dá tanto Giddens (1989) como uma “*intervenção transformativa sobre um dado curso de eventos*” (PETERS, 2007, p.22) ou como o entende Arendt (2009) através do conceito de natalidade. Nada haveria de novo, e sim conseqüências esperadas e premeditadas. É por isso que o conceito de ação é tão importante, pois é nele que se preserva a garantia de uma transformação do mundo (CASTRO, 2001). Tal característica, no entanto, não deve impedir a problematização da ação e sua análise através mesmo das condições e das maneiras como ela se faz presente através dos sujeitos humanos. Ora, frente a essa condição singular e fugidia da ação, fez-se necessário considerar uma noção de discurso³⁵, a qual trabalharemos especificamente a partir dos desdobramentos teóricos de Laclau e Mouffe (1985). O discurso compreender certa estrutura definida de sentidos compartilhados. É a partir do arcabouço teórico delineado inicialmente neste trabalho e nas pesquisas e teorizações subseqüentes que iremos nos apoiar nesta seção. Buscamos aprofundar na perspectiva teórica dos autores por entender que em grande medida nossa compreensão não só do discurso, mas também da subjetivação é tributária dessas teorizações. Além disso, é através do arcabouço analítico desenvolvido pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) que analisamos as entrevistas com os jovens ambientalistas.

³⁵ A noção de discurso é utilizada por muitos autores e contempla uma diversidade teórica e metodológica. Trabalhamos especificamente com a noção a partir da discussão de Laclau e Mouffe (1985).

3.2.1 A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: A contingência e a pluralidade do social

A noção de discurso através da qual interpretamos a emergência do ambientalismo como prática e engajamento de jovens cariocas faz parte da teoria social e política desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), de maneira originária no livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (HES). Neste trabalho eles fundam uma perspectiva bastante original de análise no campo da teoria social e política (ZIZEK, 1993; HOWARTH E STAVRAKAKIS, 2000). Tal perspectiva se inicia pela crítica a noção do sistema social enquanto entidade totalizada, através da compreensão de que a vida social é permeada por antagonismos e que toda ordem social, nada mais é do que uma tentativa contingente e precária de ordenamento. Mas tal ordenamento sempre resta sobre uma contingência radical, a não existência de uma objetividade que identificaria momentos essenciais no contexto de nossas vidas. Assim, neste processo de construção da ordem social, os autores buscam auxílio teórico em âmbitos diversos como a psicanálise lacaniana, a filosofia pós-estruturalista e a filosofia da linguagem. Os problemas aos quais os autores se voltam compreendem fenômenos sociais e políticos bastante amplos como: “(...) a rápida explosão de identidades nacionais e étnicas, a emergência dos novos movimentos sociais, e o aparecimento e a dissolução de mitos e imaginários coletivos politicamente fundadores” (HOWARTH e STAVRAKAKIS, 2000, p.2, tradução nossa).³⁶

O cerne mesmo desta discussão, os vértices teóricos da perspectiva do discurso aqui trabalhado foram lançados no livro HES de 1985. O momento histórico e social de meados da década de oitenta é marcado tanto pela crise do pensamento e da política de esquerda, e a conseqüente hegemonia do neo-liberalismo. Mas um período também de fortalecimento de lutas e conflitos sociais em várias áreas, com a crescente importância política e analítica dos chamados “*novos movimentos sociais*” (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.2). Em relação ao período do livro, Laclau (1999) afirma:

Quando estávamos escrevendo *Hegemony*, nós não estávamos pensando em uma audiência acadêmica particular, mas sim numa esquerda marxista ou marxiana, ainda muito viva naqueles anos. Vocês devem se lembrar que quando nós começamos a escrever o livro no início dos anos 80, a experiência eurocomunista ainda não estava morta, os intelectuais marxistas a la *New Left Review* significavam muito, através de iniciativas políticas como o *Marxism Today* pontes ainda existiam entre uma esquerda política e intelectual (...)Tudo começou a mudar na segunda metade dos anos 80, e especialmente depois do colapso em 89. Pelo início dos anos 90 eurocomunismo tinha

³⁶ No original: “...a rapid explosion of radical ethnic and national identities, the emergence of new social movements, and disappearance and dissolution of founding political myths and collective imaginaries”.

desaparecido, a crise do marxismo estava em operação total, a *New Left* dos anos 60 e 70 tinha sido substituída por uma *Newest Left* preocupada com os movimentos sociais e políticas de identidade, e o hiato entre uma esquerda política (social-democrata) e uma esquerda intelectual e política se alargou (1999, p.105, tradução nossa).³⁷

Ora, o que vemos é um quadro político bastante complexo no qual temos uma filiação clara dos autores ao discurso marxista³⁸, através da centralidade que a noção de antagonismo tem nesta perspectiva teórica, assim como através da crítica ao economicismo e a centralidade revolucionária da classe operária, o que leva a nomeação desta teoria de pós-marxista (PURVIS e HUNT, 1993; LACLAU, 1999). A obra é também marcada pela incorporação de perspectivas teóricas como a psicanálise e a filosofia da linguagem, que trazem elementos singulares e fundamentais na discussão social e política dos autores, o que leva a nomeação desta teoria, para alguns como uma espécie de aplicação do pós-estruturalismo a teoria política (ZIZEK, 1993, p.249). Há também diferenciações que diferencia a obra entre, por um lado, um “projeto político ambicioso”, e por outro a construção analítica e descritiva dos processos identitários e projetos políticos (TOWSHEND, 2003). Para este último autor há uma defasagem entre estes aspectos, um fortalecimento do elemento descritivo e analítico e problemas na questão normativa, o que é também discutido por Critchley (2008). Mas para outros não há divergências, dualidades na obra e sim o entendimento que processos como: tomada de decisões, o surgimento de agentes políticos e a criação de novas ordens sociais são de fato processos equivalentes (HOWARTH, 2005, p.330). Ora, é por esse segundo sentido que entendemos o projeto teórico dos autores, como um esforço de interligar dimensões políticas, subjetivas e normativas na análise social. Estas questões relativas ao contexto e as maneiras de apreensão do sistema teórico em questão se baseiam numa idéia fundamental em Laclau e Mouffe (1985) que é a ausência de uma essência dada aos discursos e projetos e a conseqüente ênfase nas relações, articulações, lutas e processos.

³⁷ “When we were writing *Hegemony*, we were not thinking of a particularly academic audience but, rather, of an intellectual Marxist or Marxisant Left which was still very much alive in those years. You must remember that when we started writing the book in the early 80’s, the eurocommunist experience was still not dead, Marxist intellectuals at the *New Left Review* meant a lot, through political initiatives such as *Marxism Today*, bridges still existed between a political and an intellectual left. (...) All started to change in the second half of the 80’s and especially after the collapse in 1989. By the beginning of the 90’s eurocommunism had disappeared, the crisis of Marxism was in full operation, the *New Left* of the 1960’s and 70’s had been replaced by a *Newest Left* grounded in the social movements and in identity politics, as far as mainstream politics is concerned, the gap between political (social-democratic) Left and intellectual left grew wider”.

³⁸ Tanto Ernesto Laclau quanto Chantal Mouffe foram militantes de esquerda além de teoricamente consagrarem seus trabalhos ao trabalho e re-trabalho elementos constitutivos do socialismo.

Para Critchley e Marchart (2004, p.17-20) há quatro aspectos centrais em HES. A debilitação do discurso economicista no marxismo e a conseqüente re-apropriação crítica do conceito de hegemonia, que passa a designar a instituição política do social; a perda do privilégio da classe social como sujeito da história; a linguagem e o discurso como meio de constituição de identidade sociais; e por fim a transformação no seio mesmo do pós-estruturalismo, através da compreensão de que sob o véu da contingência há a constituição de projetos e decisões políticas. Estes pontos são centrais em HES como também se constituem no foco principal de desdobramentos nas obras posteriores dos autores, sobretudo em Laclau (1990, 1996, 2009).³⁹ Nós iremos discutir os pontos elencados acima, mas propondo uma alteração. Em primeiro lugar, discutiremos a crítica dos autores às perspectivas totalizantes da sociedade e da política, no sentido de uma compreensão homogênea da sociedade. A crítica e o rechaço dos autores à idéia de que sociedade é composta por relações objetivas e necessárias leva a considerações bastante severas do ponto de vista da compreensão da história e da emergência de agentes sociais. O conceito central aqui é a contingência enquanto espaço de indeterminação radical da vida social. Assim, o que chamamos de sociedade não é algo homogêneo, mas é atravessado por conflitos e princípios heterogêneos. Nossa intenção é mostrar os caminhos pelos quais os autores colocam em xeque uma concepção da vida social como estrutura fechada e as implicações políticas, objetivas e subjetivas deste processo. Em seguida discutiremos como o conceito de hegemonia, discurso e articulação se impõem como as formas de constituição política da vida social..

Laclau e Mouffe (1985) colocam em questão as grandes teorias sociais e políticas que se constituem a partir de uma noção de totalidade auto-determinada, como as perspectivas funcionalistas, estruturalistas e determinada vertente marxista⁴⁰ que através do mecanicismo economicista, prega a idéia de uma sociedade como um sistema auto-regulado baseado em leis e lógicas de ação intrínsecos à relação capitalista. Assim a sociedade é o resultado de princípios e estruturas previamente determinados, e que têm um caráter necessário e

³⁹ A amplitude e originalidade teórica de HES, obra conjunta de Laclau e de Mouffe, marcou profundamente o percurso teórico destes autores. Mas além de uma resposta às diversas críticas que este trabalho recebeu, Laclau e Mouffe não escreveram mais nenhuma obra conjunta. Assim, considerando a importância central de HES, consideramos que há diferenças nas teorias de ambos e que isso também deve ser levado em conta. Mouffe (2005) se volta mais especificamente para o debate acerca da democrática, a partir do seu conceito de democracia radical. Laclau (1996, 2008) por sua vez aprofunda no debate entre a psicanálise, a lingüística e a teoria social, buscando formas de interpretar a forma da emergência de sujeitos coletivos em relação a discursos políticos. E por essa razão damos maior atenção a sua abordagem.

⁴⁰ O marxismo é marcado por diferentes perspectivas e teorias, estamos aqui tratando da perspectiva economicista do marxismo da maneira que ela é tratada em Laclau e Mouffe (1985) e Laclau (1990).

totalizador. Podemos chamar esta perspectiva de “*essencialista*” (SMITH, 1998). Ou seja, os agentes, o sistema, a política e a existência de qualquer objeto são determinados em relação a um princípio estabelecido. “*Uma abordagem essencialista ignora o papel constitutivo do discurso político, e demarca ao indivíduo um interesse autêntico que se origina da sua posição estrutural*” (SMITH, 1998, p.58, tradução nossa).

Um dos principais sistemas teóricos discutidos e criticados pelos autores é certa perspectiva do mecanicismo marxista, para a qual toda determinação social provém “*(...) do terreno da infraestrutura e do sistema de classes resultante, onde qualquer outra lógica desaparece no terreno geral da variação contingente, ou é referido a entidades que escapam de toda determinação teórica, como a vontade ou uma decisão ética*” (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.48, tradução nossa). Dessa forma as determinações sociais e culturais, assim como as transformações históricas possíveis se dão em relação aos desígnios da dinâmica capital/trabalho (LACLAU E MOUFFE, 1985). Dessa forma, a esfera fundamental na determinação social é a economia, os agentes e processos históricos se referem as condições da relação capital/trabalho. Por essa via a mudança social é uma consequência lógica das transformações econômicas, ou seja, aquela é diretamente determinada por estas.

A crítica dos autores vai contra a noção da economia como uma esfera auto-determinada, na qual estruturas do sistema geram agentes, que devem, necessariamente, fazer isto ou aquilo de maneira programada. A história assim caminha progressivamente, de acordo com uma lógica racional, previamente determinada, sendo que não há nada externo ou contingente neste processo. Por esse caminho a relação, por exemplo, entre burgueses e operários é dada em relação a posse dos meios de produção e a consequente exploração da mais-valia. Mas ao analisar pesquisas empíricas sobre a emergência de lutas de trabalhadores ao redor do mundo, suas especificidades e determinantes Laclau e Mouffe (1985, p. 80, tradução nossa) afirmam que:

a idéia comum a estes trabalhos é que formas específicas de controle capitalista devem ser estudadas como parte do conjunto de relações sociais, dado que a mudança das formas organizacionais do processo trabalhista não podem ser entendidos meramente em termos de diferenças entre o valor da mais-valia absoluta e relativa.⁴¹

⁴¹ No original: “The idea common to these works is that specific historical forms of capitalist control have to be studied as part of overall social relations, given that the changing organizational forms of the labour process cannot be understood merely in terms of the difference between absolute and relative surplus value”.

Ou seja, a relação de conflito entre o trabalhador e o burguês não é dado como conseqüência objetiva da estrutura econômica, mas é fruto da construção dessa relação como algo conflituoso, como uma relação de opressão o que passa pelo caminho da cultura e das relações sociais (LACLAU, 1993; TORFING, 1999). “*Um conjunto de fatores que correspondem a complexos equilíbrios de forças – em parte econômicas, desde início, mas também política, institucionais e ideológicas. Nenhuma delas pode, portanto, ser conceituada como superestrutura*” (LACLAU, 1993, p.42). A relação de conflito entre trabalhadores e capitalistas não é conseqüência imediata de um estado de coisas, mas sim construção política, apropriação dessa relação por meio de discursos políticos.

A teorização dos autores se baseia em uma concepção da vida social na qual há uma impossibilidade de fechamento completo do sistema, ou seja, de que há uma contingência radical a todo sistema e aos agentes sociais. Esta contingência implica que a emergência de um projeto político, seja, por exemplo, o socialismo, não é dado em relação a algo essencial, mas sim como efeito de uma luta, de um processo de articulação política. Um ser contingente é um ser na qual sua existência é resultado de processos exteriores a ele (Laclau, 1993). Ainda que estejamos desde o início desta dissertação nos reportando a contingência, talvez seja importante precisar com mais atenção o que entendemos por isto:

O status das condições de existência de um sistema significativo dado não é meramente acidental (uma questão de puro azar); mas sim que, ditas condições são contingente no sentido de que não podem ser derivadas de uma lógica interna ou da racionalidade do sistema (MARCHART, 2008, p.84, tradução nossa).⁴²

A emergência da acumulação da riqueza pela burguesia, ou a própria luta dos trabalhadores, não é determinada unicamente pelo jogo de trocas reguladas pela economia, mas também pelo conjunto de práticas sociais e discursos que se constituem ao redor destes elementos. Não é que a economia não seja importante, ou de menor valor que outras esferas, mas sim compreender que “*(...) a autonomização de certas esferas não é o efeito estrutural necessário de nada, mas ao contrário o resultado de práticas articulatórias precisas que constroem essa autonomia*” (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.140). Antes de tudo, os projetos políticos, sistemas sociais e agentes humanos são construídos nas relações sociais e não em algum momento previamente determinado. Estamos insistindo neste ponto, pois ele condensa

⁴² No original: “El status de las condiciones de existencia de un sistema significativo dado no es meramente accidental (una cuestion de puro azar); mas bién, dichas condiciones son contingente en tanto no pueden ser derivadas de la lógica interna o la racionalidade del sistema”.

uma questão relevante não só para a teoria aqui analisada, mas também para a nossa apropriação das ações e discursos ambientais dos jovens entrevistados. Para exemplificar como o funcionamento do capitalismo requer elementos extra-econômicos Gonçalves (2006, p.48) nos apresenta um exemplo bastante interessante:

Talvez uma história acontecida no século passado sirva para esclarecer o caráter social da economia: um empresário inglês de nome Peel, resolveu se transferir para a Austrália. Levou consigo dinheiro e inúmeras famílias sob o seu patrocínio para migrarem. Deste modo, tinha o dinheiro, os trabalhadores e, na Austrália, recursos naturais em abundância. Todavia, aquelas famílias que haviam sido expropriadas da terra na Grã-Bretanha, uma vez chegadas à Austrália resolveram se apropriar das terras ali disponíveis. Peel ficou com seu dinheiro sem se valorizar, pois havia esquecido de levar para lá um juiz para decretar que a terra era propriedade privada e, assim, aquelas famílias ficaram privadas de as utilizar; a polícia para prender quem desobedecesse à Lei; um padre para dizer que aquilo era sagrado e o professor para dizer que tudo aquilo era natural (...) Como se vê o capital é uma relação social que se instaura num contexto de luta.

Um projeto político, uma realidade social, ou uma agência coletiva não seguem roteiros determinados por uma lógica formal, são antes resultados possíveis de relações e lutas tecidas nas relações sociais. É preciso, portanto, ressaltar a heterogeneidade constitutiva da vida social.

A heterogeneidade somente entra em jogo se pode mostrar que a lógica mesma da totalidade – seja ela dialética ou semiológica – falha em certo ponto como resultado de uma aporia que não pode *resolver dentro dos princípios estruturantes desta totalidade* (LACLAU, 2008, p.42, tradução nossa).⁴³

Laclau (1979) ao analisar as explicações sociais e políticas para a emergência do fascismo, demonstra a fragilidade de perspectiva que entendiam o fenômeno como uma manutenção reduziam o fenômeno a uma máscara ideológica das determinações econômicas, como se o fascismo fosse apenas um véu que cobriria a realidade da luta de classes, o que perdia de vista um elemento central na análise do fenômeno, pois o fascismo: *“longe de constituir a expressão ideológica típica dos setores mais conservadores e reacionários das classes dominantes foi, ao contrário, uma das formas possíveis de articulação das interpelações popular-democrática ao discurso político”* (LACLAU, 1979, p.117, grifo nosso). Ora, podemos ver nessa passagem questões fundamentais discutidos posteriormente em HES. O fascismo mais do que um erro, um equívoco, ou uma falha histórica mostra-se como um discurso hegemônico, um discurso que operando sobre certas condições sociais de existência constitui-se como um *“sistema de narração”* capaz de suportar a inscrição de

⁴³ No original: “La heterogeneidad solamente entra en juego se puede mostrar-se que la misma logica de la totalidad – ya sea dialectica o semiologica- falla em cierto punto como resultado de una aporia que no puede resolver dentro de los principios estructurantes de esa totalidad”.

diversas demandas e problemas sociais (SMITH, 1998). Tal percepção afasta visões moralistas e essencialistas que acreditariam haver alguma direção unívoca no processo histórico, como uma visão de um devir ético e humanitário nas sociedades ocidentais, na qual um fenômeno terrível como o fascismo só pudesse ser encarado como uma espécie de erro, de falha no percursos, apagando assim condições de existência e relações e processo que instituíram o fascismo como tal.

A teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) volta-se, portanto, para as elaborações, palavras e sentidos em torno de objetos sociais e políticos, e assume que *“todos os objetos e ações são significativos e que este sentido é conferido por sistemas de regras historicamente específicos”* (HOWARTH e STAVRAKAKIS, 2000). Isto implica que as ações humanas são construídas a partir de sentidos extraídos de discursos, que nada mais são do que combinações e sequências de significados sociais que parcialmente dotam a vida de um sentido (TORFING, 1999, p.85). Essa significação é sempre parcial, devido a discussão em torno da impossibilidade de uma homogeneidade. Howarth e Stavrakakis (2000) trazem um exemplo, interessante para a nossa discussão. Eles colocam em cena um problema ambiental ou de desenvolvimento, que seria o fato de haver uma floresta no caminho de uma estrada. Ora, isto é um problema ambiental ou de desenvolvimento a partir da maneira como se explora a conexão entre os discursos e o problema em questão. Ora, caso o nomeemos como um problema ambiental, estamos construindo uma articulação específica na qual estrada e floresta, têm um sentido preciso, e assim as ações e conseqüências esperadas também. Por outro lado: *“nos discursos da modernização econômica, as árvores podem ser entendidas como meio disponíveis (ou obstáculos também) para o crescimento e econômico e prosperidade continuada* (HOWARTH E STAVRAKAKIS, 2000, p.3, tradução nossa)⁴⁴. Poderíamos também continuar por outros caminhos e dizer que a construção da estrada é essencial para o acesso a uma região isolada geograficamente, na qual não há aceso a bens públicos, como saúde, escola, etc... Cada um desses discursos coloca em cena uma ligação específica entre objetos e seus sentidos, assim como regras e coordenadas para possibilidades ação que são implícitas. Na década de 70, quando representantes brasileiros buscavam nos órgãos financiadores mundiais investimentos para a construção de grandes indústrias no Brasil e encontravam resistência dessas agências, que colocavam em questão o modelo industrial poluidor do país, os representantes brasileiros diziam que *“a pior poluição é a da miséria”*

⁴⁴ No original: “In discourses of economic modernization, trees may be understood as the disposable means for (or obstacles to) continued economic growth and prosperity”.

(GONÇALVES, 2006, p.15). Ora, através deste gesto, dessas palavras se produz uma articulação específica entre meio ambiente e desenvolvimento social, uma perspectiva para pensar as questões envolvidas. Tal relação, que hoje nos parece inverossímil mostra, mais do que nunca, a abertura essencial da realidade social, e a inerente transformação dos sentidos e a emergência de novas maneiras de perceber a realidade. Se atualmente esta frase não faz muito sentido para a maioria das pessoas, é de imaginar que na década de setenta. A este processo, no qual há um embate pela configuração e articulação dos diferentes discursos num certo todo coerente é que Laclau e Mouffe chamam de *hegemonia* (1985) e que para eles é uma lógica de instituição da sociedade.

3.2.2 A hegemonia como instituição do social: o discurso e a articulação

A noção de hegemonia ocupa um lugar central no arcabouço da teoria do discurso aqui discutida. Muito mais do que um espaço claro e definido, a hegemonia implica uma lógica mesmo que coloca em relação identidades, discursos e projetos políticos. É o elemento teórico que permite os autores saírem de uma perspectiva fundacionalista da política (MARCHART, 2008), ou seja, de que haveria um terreno específico, assim como uma essência determinada dos agentes, sem cair nos desvarios pós-modernos de uma pura fragmentação do social. A hegemonia se faz pela possibilidade de arranjos sociais precários, ou na feliz expressão de Butler (1998) de “*fundamentos contingentes*”.

A sociedade e os agentes sociais não têm nenhuma essência, e suas regularidades meramente consistem em formas relativas e precárias de fixação que acompanham o estabelecimento de certa ordem (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.98, tradução nossa).⁴⁵

Ora, ainda que se pode pensar que há algo hesitante na importância do “precário” e das “certas ordens”, é importante lembrar que é contra o pano de fundo de teoria totalizadoras, que a contingência vem a ocupar. Esses arranjos são precários não porque qualquer coisa possa desestabilizá-los, mas sim porque alguma coisa pode sim produzir tal desestabilização. A ausência de fundamento não implica aleatoriedade, o abandono das possibilidades de emancipação e transformação política, nem das formas de determinação social, mas colocam em questão a noção de algo perene, fechado e completo.

⁴⁵ No original: “Society and social agents lack any essence, and their regularities merely consist of the relative and precarious forms of fixation which accompany the establishment of a certain order”.

A noção de hegemonia é marcada pela polissemia, significando tanto dominação, supremacia, liderança ou estratégia (TORFING, 1999; HOWARTH, 2008). Mas como veremos, o conceito ocupa na teoria do discurso um lugar bastante singular. Laclau e Mouffe (1985, p.49) recuperam este conceito mostrando primeiramente sua utilização no contexto da Revolução Russa, no intuito de expressar uma ligação específica, um desvio importante neste processo político, o fato da burguesia russa não conseguir levar adiante a sua própria revolução burguesa. Assim, a hegemonia é o nome de um processo de exceção histórica, no qual frente a uma condição contingente da Rússia, uma classe social, os operários, deve assumir momentaneamente uma função que caberia a outra classe social, a burguesia. A hegemonia aí significa o:

processo pelo qual a incapacidade e fracasso da fraca burguesia russa em realizar a revolução burguesa forçou a relativamente forte classe trabalhadora a intervir decisivamente para levá-la adiante (...) Hegemonia foi primeiro e antes de tudo um termo estratégico associado ao deslocamento do desenvolvimento normal (TORFING, 1999, p.107).⁴⁶

Assim o termo designa um processo estratégico, ou seja, não tem implicações sobre a constituição dos agentes, é apenas uma maneira de colocar o trem de volta nos trilhos. Tal explicação não deixa de considerar a singularidade russa, mas o faz mantendo a primazia da explicação desenvolvimentista e teleológica, na qual certos processos históricos se seguem a outros numa sucessão necessária. O proletariado hegemoniza no sentido de que toma para si, momentaneamente, as funções da burguesia executando aquilo que não lhe cabia por princípio realizar. Esta formulação exprime um desvio no curso das coisas, uma brecha, porém mantém intacto o edifício teórico. Isso porque após executado o ato específico hegemonizado, voltamos ao processo histórico normal, e a hegemonia é logo descartada. Ora, para Laclau e Mouffe (1985) o que é interessante nesse caso não é pensá-lo como uma lógica específica de um momento determinado da política, mas sim como a própria forma e instituição da política. Ou seja, a hegemonia designa não uma correção no percurso das coisas, ou o domínio de uma parte sobre as outras partes, mas sim o nome mesmo da instituição política do social (MARCHART E CRITCHLEY, 2008, p.17). Instituição esta que não é pura expressão dos agentes políticos, mas que os constitui enquanto tais. Nesse caso russo, a interpretação corrente é que ao tomar em suas mãos funções burguesas nada ocorre em relação ao agente coletivo

⁴⁶ No original: “process whereby the incapacity and failure of the weak Russian bourgeoisie to carry out the bourgeois revolution forced the relatively strong working class to intervene decisively to carry it through. (...) Hegemony was first and foremost a strategic term associated with the dislocation of normal development”.

operário. Mas para Laclau e Mouffe (1985), no entanto, isso é impossível, pois é na dimensão mesmo da ação e da relação que as identidades se constroem e não em momentos anteriores. A hegemonia é o nome pelo qual a contingência e indeterminação do social se mostram, o que conduz a uma busca pela eliminação de tal indeterminação com a afirmação de um projeto, de uma ordem na vida social. Nesse sentido, no exemplo da floresta e da estrada, a hegemonia consiste na disputa ao redor da maneira de significar e colocar em relação certos sentidos específicos de agência. O discurso hegemônico, nesse caso, será aquele que através de sua *“formação discursiva”* constituir *“uma superfície de inscrição para um conjunto amplo de demandas, visões e atitudes”* (TORFING, 1999, p. 101). É por essa razão que buscando o conceito na teoria marxista, Laclau e Mouffe (1985) resgatam a perspectiva de Gramsci, fundamental na crítica ao mecanicismo e ao economicismo marxista, e que constitui um dos autores mais importante para a elaboração desta teoria do discurso (LACLAU, 1999). O marxista italiano traz elementos para considerar a dimensão política, social e cultural envolvida na luta entre projetos de sociedade. *“Para Gramsci, sujeitos políticos não são – estritamente falando – classes, mas ‘vontades coletivas’ complexas (...) resultado de articulações político ideológicas de forças históricas dispersas e fragmentadas”* (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.67, tradução nossa).⁴⁷

É por esse caminho que o filósofo marxista concede especial atenção a cultura, ao senso comum, e até mesmo a religião. Por entender que é através da articulação das condições de vida a esses elementos que se instituem *“vontades coletivas”*. Um elemento fundamental é o entendimento em Gramsci (1978, p.21) de que *“todos os homens são filósofos, ou seja, de que participam ativamente da construção de visões de mundo significativas. O autor aponta a necessidade de uma cultura que produza um sentido para o “homem coletivo”, o que “pressupõe a obtenção de uma unidade “cultural social” pela qual uma multiplicidade de quererdes desagregados, com heterogeneidade de fins, se une em conjunto para o mesmo fim...”* (GRAMSCI, 1978, p. 46).

Ora, assim a hegemonia se desloca do terreno das estratégias políticas para a constituição mesmo dos agentes, da vida social e cultural, e é aí que emerge a centralidade de Gramsci na formulação de Laclau e Mouffe (1985). Pois este autor coloca em questão no interior do marxismo a ênfase mecanicista e economicista, através da consideração da

⁴⁷ No original: “For Gramsci, political subjects are not — strictly speaking — classes, but complex `collective wills'; similarly, the ideological elements articulated by a hegemonic class do not have a necessary class belonging”.

linguagem e da vida social como fundamentos para a constituição política. E por essa via ele entende que há uma equivalência entre diversos momentos de formulação simbólica da vida no sentido de constituírem formas de ser e de agir:

toda filosofia que se transformou em movimento cultural, em uma 'religião, em uma fé, isto é que produziu uma atividade política e uma vontade nas quais esteja contida como 'premissa' teórica implícita (que é uma ideologia, podemos dizer desde que se dê ao termo 'ideologia' o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vidas individuais e coletivas) – isto é o problema de conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquele determinada ideologia (GRAMSCI, 1978, p.16).

Gramsci traz à tona uma rede de agenciamentos ideológicos equivalentes, seja através da arte, da religião ou da cultura, que sem desconsiderar o processo econômico, complexifica o campo social, mostrando heterogeneidades não previstas pelo mecanicismo. Tal posição em nada implica o abandono da importância da desigualdade social, ou do trabalho enquanto espaço importante de conflitos políticos, mas coloca em questão a versão de um arranjo necessário entre posição subjetiva, história e racionalidade. Para Laclau e Mouffe (1985), o engajamento de um operário na luta trabalhista não se dá naturalmente pela realidade da exploração, mas sim pela intervenção de um discurso político que constrói uma relação de conflito entre trabalho, operário, o patrão, etc... Como da mesma forma a perspectiva de um operário não sindicalizado, voltado para seus ganhos individuais é também um sujeitos interpelado por determinado discurso. Há uma luta pela capacidade dos projetos políticos produzirem sujeitos, constituírem divisões, relações entre parcelas, atitudes e afetos. Mas como afirma Laclau (1986) nada, a princípio, conduz um trabalhador a identidade de um operário expropriado pelo capital multinacional ou a um agente fundamental do desenvolvimento nacional.

O discurso é um conceito central neste arcabouço teórico, ele é compreendido como uma espécie de estrutura⁴⁸ que através da significação da realidade social estabelece formas de identificação e relações com características específicas entre objetos sociais. (SMITH, 1998, p.62). O discurso é uma trama simbólica que articula experiência a sentidos, assim como a posições de sujeito⁴⁹ (LACLAU E MOUFFE, 1985). No exemplo da floresta, o que permite diferenciar entre um discurso ambiental de outro desenvolvimentista é exatamente o sentido e

⁴⁸ É preciso demarcar certa cautela com a noção de estrutura, por trazer a tona a idéia de um mecanismo auto-contido e auto-determinado, o que, como já deve estar claro, não é o caso aqui considerado (TORFING, 1999)

⁴⁹ Iremos discutir esta questão na próxima seção.

os valores ligados aos termos em questão. O que é importante para um, pode não ser tão importante para o outro, ou ainda não ser importante de forma alguma. Este conjunto de relações se não pode ser determinado a priori, por outro lado não se dão de forma aleatória, existem condições de emergência relacionadas a elementos sociais e históricos. Não é preciso grande esforço imaginativo para perceber que a pergunta se a floresta deveria sair ou não para a construção da estrada nem seria uma pergunta legítima há 20 ou 30 anos no Brasil. É através da maneira como elementos como “árvore”, “floresta”, “estrada”, “desenvolvimento e progresso” se ligam que se constituem os discursos que orientam uma dada ação.

O discurso constitui o terreno primário de constituição da objetividade como tal. Por discurso não entendemos algo essencialmente restrito as áreas da fala e da escritura, como temos aclarado várias vezes, senão um complexo de elementos no qual as relações jogam um papel constitutivo. Isto significa que esses elementos não são preeexistentes ao complexo relacional, senão que se constituem através deles.(...) Uma ação é o que é apenas através de suas diferenças com outras ações possíveis e com outros elementos significativos..” (LACLAU, 2009, p.92, tradução nossa).⁵⁰

Uma polêmica central no debate acerca desta teoria do discurso é acerca da relação entre o que é e o que não é discurso. Para os autores todo objeto é construído como um objeto do discurso, ou seja, a uma rejeição a tal divisão (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.107-8). A crítica comum é que tal postulação indicaria que não haveria realidade fora do discurso, ou seja, de que o mundo é constituído a partir da maneira como os seres humanos os constroem enquanto tais. A questão dos autores não é negar a existência dos fatos objetivos, independentes do observador, mas sim afirmar que quando estes fatos passam a ser incorporados a dimensão significativa humana eles entram em algum tipo de discurso, e por isso perdem uma suposta realidade pura. Assim, a ocorrência de um trovão pode ser construído como um fenômeno natural ou ainda como manifestações da ira dos deuses. É também por esta razão que buscamos explicitar a importância do domínio simbólico na apropriação das questões e problemas ambientais no capítulo anterior.

O conceito de discurso dos autores é sensivelmente próximo a um conceito marxista importante, a noção de ideologia. Purvis e Hunt (1993, p.474) afirmam que a despeito das diferenças entre estes conceitos, ambos trazem “*a idéia de que os indivíduos humanos*

⁵⁰ No original: “El discurso constituye el terreno primario de constitucion de la objetividad como tal. Por discurso no entendemos algo essencialmente restringido a las áreas del habla y la escritura, como hemos aclarado varias veces, sino um complejo de elementos en el cual las relaciones juegan un rol constitutivo. Esto significa que esos elementos no son prexistentes al complejo relacional, sino que se constituye a través de el (...) una acción es lo que es solo a través de sus diferencias con otras accíos posibles y con otros elementos significativos”.

participam de formas de entendimento, compreensão ou consciência da relação e atividades nas quais estão envolvidos".⁵¹ No campo das orientações filosóficas que definem os conceitos, a ideologia por um lado é tributária do imaginário marxista e o discurso por outro provém fundamentalmente da filosofia da linguagem. A ideologia é objeto de investimento teórico de uma diversidade de pesquisadores que se apropriam deste conceito para entender a realidade social e política.⁵² Trata-se de um conceito polissêmico podendo significar tanto o "*processo de produção de significados, signos e valores da vida social*" quanto, em um sentido próximo do marxismo, "*idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante*" (EAGLETON, 1997, p.15-6). Há divisões cruciais em torno do conceito, por um lado ele se refere às formas simbólicas utilizadas pelos grupos dominantes para esconder relações de dominação, ou seja, é uma máscara que encobre parcialmente as relações reais. Em outro sentido a ideologia remete a compreensão do conjunto de sentidos e símbolos que se ligam às práticas sociais. Este sentido é sem dúvida mais próximo da noção de discurso que utilizamos. Para Bakhtin (1979) o ideológico é tudo aquilo que remete a uma significação da realidade social, ou seja, é o mesmo que o simbólico. E por isso, para o autor toda realidade é sempre ideológica. Deluca (1999, p.338) baseando-se na teoria de Laclau e Mouffe (1985) argumenta que estes autores evitam utilizar o termo ideologia e o substituem pela noção de discurso por três motivos fundamentais: a invocação da noção de verdade como o oposto ao ideológico; uma concepção de sujeito unitário e essencial; e sua relação com a dicotomia entre uma realidade material (base) e outra dimensão superestrutural, delineada pela primeira. Concordamos com a argumentação de Deluca (1999), sobretudo pela referência a ideologia aquilo que designa a existência mesmo de uma verdade, o que certamente coloca em xeque toda nossa argumentação em torno da contingência de ações, projetos e identidades políticas.

O discurso é em primeiro lugar uma maneira de organização das práticas sociais. Dessa forma os discursos não são estruturas meramente cognitivas, elas têm um poder performativo (LACLAU, 1993; ZIZEK, 1999, p.330; NORVAL, 2007). Tal performatividade implica que o discurso não é expressão de algo, mas que tem um poder de constituir e de definir em certo sentido a realidade social⁵³. Ele constitui um sistema de compreensão e sistematização da realidade social, que através da combinação de elementos dispersos (articulação) fixa práticas

⁵¹No original: "the Idea that that human individuals participates in forms of understandings, comprehensions or consciousness of the relations and activities in which they are involved".

⁵² Para uma revisão do conceito de ideologia ver Norval (2000) e Eagleton (1997).

⁵³ Esta questão é bastante complexa, pois levada a um extremo a afirmação significaria nada mais nada menos a restauração da perspectiva estruturalista, na qual as estruturas constituem o todo social.

sociais em torno de significantes. Assim, a operação essencial do discurso é a articulação (ou a prática articulatória) que consiste no processo de forjamento da cadeia discursiva através da incorporação ou não de determinados elementos. O que é fundamental nesse processo, e o diferencia de uma simples organização, ou relação, é que ao se articular determinado elemento na cadeia discursiva a identidade deste objeto se altera (assim também como a do discurso). A articulação está na base do processo de constituição de sentidos e fixação das relações sociais (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.95). Dessa forma a totalização é provida pelas amarras do discurso, pela capacidade de articular e prover um sentido singular às experiências sociais marcadas pela heterogeneidade. Assim, o discurso emerge sempre em espaços marcados pelo fluxo das diferenças, ou seja, pela abertura, e o objetivo do discurso é fixar estas diferenças numa certa ordem, controlar os elementos dispersos (LACLAU E MOUFFE, 1985). As questões e temas ambientais ligados a produção de dejetos industriais adquirem um lugar específico, controlado, sancionado a partir de determinado discurso. Estes dejetos podem tanto significar desgastes necessários ao crescimento econômico e desenvolvimento científico e social, ou a inconsciência humana sobre o destino da humanidade na Terra (DELUCA, 1999, p.342). Uma demanda ou um projeto político, não tem um valor intrínseco, ela depende da forma como é articulada a um conjunto de discursos (SMITH, 1998, p.50). Quando se afirma que os discursos são ordens precárias e contingentes, o que isso implica é que há sempre algo de não articulado, uma dimensão que não entra no horizonte discursivo, o que Laclau e Mouffe (1985) chamam de discursividade. Veremos como isso ocorre a partir de um exemplo:

tomemos o discurso democrático liberal, onde podemos identificar um conjunto de momentos como eleitor, representante, poder executivo, poder legislativo, poder judiciário, igualdade perante a lei, direito de expressão. Todos são momentos articulados em um discurso, ou seja, todos tem sentido em uma totalidade estruturada. Ora, isto não impede que comecem a aparecer uma série de elementos que não são contemplados nesta cadeia, como direitos das minorias, democracia direta, cidadania diferenciada, etc (PINTO, 1999, s/p).

Assim, temos um discurso que se constitui o sistema político institucional de forma específica. Esta ordem se estabelece, sobretudo porque ela consegue “domesticar” as diferenças, centralizando ao redor de algo que quando falamos “democracia liberal” produz um sentido, significa algo. No exemplo anterior, todas as questões tomadas como elementos fundamentais da democracia ocupam um espaço definido e tem propriedades objetivas diferenciais, ou seja, cada uma é marcada diferencialmente e se relacionam com o discurso da democracia liberal. Assim o voto é importante porque permite a eleição de determinados candidatos de determinados partidos políticos, que por sua vez tem que representar a sociedade

de maneira justa, considerando, obviamente a legitimidade do sistema como um todo por permitir todos participarem e votarem. Resumidamente apresentam-se as coordenadas que permitem o sistema democrático liberal se apresentar como um discurso.

Numa totalidade discursivamente articulada, onde todo elemento ocupa uma posição diferencial- na nossa terminologia onde todo elemento foi reduzido a um momento desta totalidade - toda identidade é relacional e todas as relações têm um caráter necessário (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.106).⁵⁴

Ora, mas ainda que alguns possam não concordar, é claro que a democracia liberal não é uma “totalidade discursivamente articulada”, pois dessa forma não teria absolutamente nada fora, nada que não estivesse determinado pelo seu sistema de relações e diferenças. A contingência radical implica exatamente a negação do caráter fechado dos sistemas sociais, o que não impede que certas vezes os discursos se apresentem como uma totalidade fechada. Isso significa que esta totalidade busca controlar os elementos dispersos, apresentando-se como um discurso capaz de realizar tal proeza. Assim, se para muitos a democracia e o capitalismo são horizontes sociais objetivos e necessários, o que significa não haver outras modalidades legítimas de organização política e social, isso aponta não para uma condição estrutural, mas sim para a hegemonização do campo social por parte destes discursos, a capacidade destes discursos articularem ao redor de si mesmos considerações de ordem subjetiva, cultural e econômica eliminando possíveis diferenças e hiatos.

A necessidade e ‘objetividade’ do social dependeria do estabelecimento de uma hegemonia estável, e os períodos de ‘crise orgânica’ seriam aqueles que em que se debilitam as articulações hegemônicas básicas e em que um número cada vez maior de elementos sociais adquirem o caráter de significantes flutuantes (LACLAU, 1993, p.45).⁵⁵

Os significantes flutuantes, nada mais são do que os elementos não articulados a nenhum discurso. O que é interessante em relação a democracia liberal, é que ela representa um tipo de articulação fundamental, entre por um lado a dimensão política e por outro a questão econômica. Não por outro motivo vemos como elementos centrais no discurso da

⁵⁴ No original: “... in an articulated discursive totality, where every element occupies a differential position — in our terminology, where every element has been reduced to a moment of that totality — all identity is relational and all relations have a necessary character”.

⁵⁵ No original: “La necesidad y ‘objetividad’ de lo social dependeria del establecimiento de una hegemonia estable, y los períodos de ‘crisis organicas’ serian aquellos em que se debilitan las articulaciones hegemônicas básicas y en que um numero cada vez mayor de elementos sociales adquieren el caracter de significantes flotantes”.

democracia, como a noção de cidadania, se articula facilmente a questão do consumo, no mundo contemporâneo. Dessa forma emerge uma gramática das relações sociais, uma lógica de sistematização dessas relações.

Ingênuos e astutos, otimistas e pessimistas, todos, no fundo, compartilhavam a mesma idéia - justamente aquela que foi tanto criticada no defunto comunismo -, a de que a história tem um sentido único, no qual a técnica, a economia e a política avançam juntas e a circulação mundial de homens e mercadorias significa que as particularidades estão fadadas a desaparecer, enquanto o desenvolvimento de novas tecnologias significa o fim das ideologias antigas (RANCIÈRE, 2001, s/p).

No entanto, todo discurso e identidade social mesmo aqueles mais consolidados, estão sempre abertos a subversão e contestação, o que implica condições de luta para a sustentação e emergência de tais objetividades. Laclau (1993) se apropriando de Husserl chama de “sedimentação” o processo pelo qual as práticas sociais se constituem como parte de uma realidade percebida como objetiva, o que obscurece as condições de emergência, o conjunto de possíveis que existia num momento anterior a objetivação.

...a sedimentação pode se tão completa, o privilégio de um dos pólos da relação dicotômica tão logrado, que o caráter contingente deste privilégio, sua dimensão originária de poder, não resulta imediatamente visível. E assim a objetividade se constitui como mera presença (LACLAU, 1993, p.51, tradução nossa).⁵⁶

A democracia liberal emerge, portanto, como horizonte máximo da política no momento em que consegue se sustentar frente a outros possíveis, como única possibilidade de ordem da vida, sobretudo após a dissolução da União Soviética, com o conseqüente fim da guerra fria e da dicotomia entre democracia/totalitarismo. Esta democracia liberal se torna sinônimo mesmo de política, ou seja, é única opção legítima de organização social e política. No entanto, o que este fato esconde é que não é a democracia, como lógica marcada pela impossibilidade de fundamentação da política, como lugar vazio (LEFORT, 1991), ou seja, como espaço da contingência, mas uma democracia liberal, com um conjunto de práticas objetivas sociais e econômicas específicas. Isso implica que não estamos tratando de termos puros, democracia e o capitalismo, mas sim como formações compostas e hegemônicas. Não por outro motivo, um dos principais esforços teóricos e políticos de Laclau e Mouffe (1985) é colocar em relação a democracia com o socialismo, ou seja, demonstrar que o socialismo pode

⁵⁶ No original: “la sedimentacion puede ser tan completa, el privilegio de uno de los polos de la relacion dicotômico tan logrado, que el caracter contingente de este privilegio, su dimension originaria de poder, no resulta inmediatamente visible. Es así como la objetividad se constituye como mera presencia”.

ser construída através do imaginário democrático (SMITH, 1998). Esse processo se dá na hegemonia, ou seja, na luta por novas articulações em torno dos significantes em jogo, democracia, liberdade, igualdade, socialismo. Por exemplo, se a democracia liberal sempre se assentou no manejo e controle rígido das formas de participação política e na divisão precisa entre o público e o privado, a perspectiva socialista da democracia tentará mostrar como esta relação se assenta sobre uma relação de opressão. Na qual se desconsideram relações políticas ao se retirar do âmbito da política o mundo privado, no qual uma minoria detém os recursos da maioria, e assim como uma democracia pode ser justa, se há desigualdade por toda parte? O discurso socialista em relação ao liberal tentará desarticular o que outrora era vista como colado, neste a importância da separação no bojo da vida de uma pessoa, entre de um lado o cidadão político (da esfera pública) e do outro o agente econômico (do mundo privado). O econômico não ocupa um lugar fora das relações sociais e políticas, e deveria numa perspectiva socialista integrar o campo de tais relações.

É preciso entender o processo pelo qual uma identidade, um sentido específico se constitui. No caso do sistema democrático liberal, todos os elementos que ocupam um lugar importante no discurso democrático liberal têm uma identidade no interior do sistema, ou seja, eles tem um significado preciso. O poder executivo se constitui enquanto tal a partir de suas relações com o legislativo e o judiciário. A condição para ser algo, é não ser outra coisa. Tal formulação nos remete a lingüística de Saussure. Ou seja, a identidade de algo depende do jogo das diferenças, no caso o executivo e o legislativo têm funções específicas e ambos são momentos necessários para que tenhamos um sistema democrático de fato, nas condições atuais. Há na relação entre os elementos de um discurso uma posição específica diferencial deste elemento em relação aos outros. No entanto, como condição de significação da democracia liberal como tal vemos que há uma fronteira externa ao discurso pelo qual se estabelece o sentido do discurso democrático liberal. Assim, se o poder executivo e o legislativo são diferentes entre si, por outro eles se equivalem a momentos da democracia em relação ao totalitarismo. Ou seja, *“todas essas diferenças são equivalentes entre si, pois todas elas pertencem a este lado da fronteira de exclusão”* (LACLAU, 1996, p.38, tradução nossa).⁵⁷ Ambos os poderes em suas relações representam aquilo que o totalitarismo, não é, ou seja, democrático. A lógica da equivalência é exatamente a construção de relações equivalentes entre objetos pelo simples fato de ambos negarem uma outra coisa, uma relação com algo

⁵⁷ No original: “...all these differences are equivalent to each other inasmuch as all of them belong to this side of the frontier of exclusion”.

definido como exterior. Ora, é importante entender que a equivalência dos fatores que constituem a democracia liberal não borra suas diferenças específicas, sua identidade.

Todo discurso se constrói a partir da articulação das cadeias ao redor de certos pontos que permitem uma fixação do sentido. Estes pontos privilegiados conseguem centralizar o discurso e assim amarrar os elementos ao seu redor. Estes pontos, na teoria do discurso de Laclau e Mouffe são chamados de “pontos nodais”, em referência a um conceito da psicanálise, construções simbólicas que centralizam o discurso, ou seja, fixam um sistema particular de sentido (HOWARTH e STAVRAKAKIS, 2000). A separação entre o mundo privado e o público é assim um ponto nodal importante do discurso da democracia liberal. *“Pontos nodais tendem a exercer um efeito totalizante em posições contíguas de forma que elas parcialmente perdem seu caráter flutuante e se ‘tornam parte de uma rede estruturada de sentido’* (ZIZEK, 1989, apud SMITH, 1998, p.98). Outra lógica de significação importante na teoria do discurso em questão é o conceito de sobredeterminação. Este conceito que Laclau e Mouffe (1985) recuperam de Althusser, sendo que este por sua vez se baseia numa operação que Sigmund Freud observou em relação aos sonhos. Tanto a referência aos pontos nodais como à sobredeterminação se devem a uma apropriação da psicanálise em sua formulação por Jacques Lacan. Para Althusser o exemplo mais claro da sobredeterminação foi a própria Revolução Russa, evento singular atravessado por uma diversidade de significados. Talvez seja interessante retornar ao lugar original destes conceitos, a sobredeterminação e pontos nodais, o que auxiliar nossa compreensão. Freud (N/C, p.295) na obra inaugural da psicanálise, *“A Interpretação dos Sonhos”*, narrando um sonho de sua paciente afirma:

Essa primeira investigação leva nos a concluir que os elementos ‘botânica’ e ‘monografia’ penetraram no conteúdo do sonho porque possuíam inúmeros contatos com a maioria do pensamentos dos sonhos, ou seja, porque constituíam pontos nodais para os quais convergia um grande número de pensamentos do sonho, porque tinham vários sentidos ligados a interpretação do sonho. A explicação desse fato fundamental também pode ser formulada de outra maneira: cada um dos elementos do conteúdo do sonho revelou ter sido sobredeterminada.

Os objetos que compõem a vida social não significam uma mesma e única coisa, mas são inscritos a partir de ordem simbólicas diversas. O conteúdo específico, um sentido, uma pessoa é um ponto articulado por discursos diferentes que constroem um sentido singular para tal objeto. Muitas vezes há uma disputa pela demarcação de um sentido original, verdadeiro para tais eventos, e assim um objeto marcado e atravessado por relações heterogêneas é fixado, cristalizado numa única relação. Como se só aquela relação fosse de fato possível. A idéia de

que a democracia só é possível numa sociedade capitalista é um exemplo preciso disso. O que os defensores dessa idéia buscam demarcar é que só há democracia em associação com o capitalismo, ou seja, o significante democracia só faz sentido articulado ao capitalismo. O que a sobre-determinação implica é exatamente a subversão desses regimes de necessidade, pois mostra que as identidades da democracia e do capitalismo, por exemplo, são sempre simbolicamente construídos e atravessados por uma abertura essencial. Isso implica em uma possibilidade de outras articulações e novos sentidos.

A hegemonia é esse processo pelo qual um discurso específico passa a abarcar mais e mais significantes sociais com o objetivo de controlar a heterogeneidade social e assim construir um campo social homogêneo.

A homogeneidade social é o que constitui o marco simbólico da sociedade – o que temos denominado a lógica da diferença. Podemos nos mover de uma instituição a outra, de uma categoria social a outra, não porque existe uma conexão lógica entre elas (...) senão porque todas as diferenças se requerem e se referem umas as outras dentro de um conjunto sistemático (LACLAU, 2009, p.139, tradução nossa).⁵⁸

O discurso que se pretende hegemônico tem que articular em sua cadeia cada vez mais elementos de uma ordem social, mas é preciso que algo fique de fora para que a cadeia se estabeleça nessa relação de oposição. É por essa razão que Laclau (2009) afirma que a totalidade discursiva é um objeto necessário e impossível. É necessário, pois sem algum tipo de fechamento ainda que precário e contingente nenhum sentido seria possível, mas ao mesmo tempo é impossível, pois a relação entre a diferença e a equivalência vai sempre produzir um algo a mais, um exterior que possibilite a fundação de um sistema, e que ao mesmo tempo impede a constituição de um todo sistemático. O antagonismo, antes de um inimigo é o nome do impedimento da construção homogênea, objetiva, positiva. O antagonismo é a dimensão que acena para a impossibilidade de homogeneização social. Os discursos, portanto, criam horizontes de inteligibilidade, identificam inimigos, amigos, espaços de ação, temas. Mas uma condição para a significação é a existência de um exterior, algo que esteja fora do discurso. É pelo reconhecimento de que a estrutura não tem elemento positivo, não tem um fundamento, mas que se estabelece e delimita a partir de relações diferenciais que o caráter de abertura do

⁵⁸ No original: “La homogeneidad social es lo que constituye el marco simbólico de la sociedad – lo que hemos denominado la lógica de la diferencia. Podemos movernos de una institución a otra, de una categoría social a otra, no porque existe una conexión lógica entre ellas - aunque que varias racionalizaciones podría luego intentar reconstruir las interconexiones institucionales em términos de vínculos lógicos – sino porque todas las diferenciaciones se requieren y refieren unas as otras dentro de um conjunto sistemático”.

social é preservado na obra dos autores. No entanto, como nos lembra Critchley e Marchart (2008) a compreensão de que a estrutura é falhada não leva Laclau e Mouffe (1985) a abandonarem a possibilidade mesma da política e da decisão. “*Se a operação desconstrutiva consiste em revelar o momento ultimo de indecibilidade inerente a toda estrutura, a hegemonia nos oferece uma teoria da decisão tomada nesse terreno indecidível*” (p.21, tradução nossa).⁵⁹

Para Laclau e Mouffe (1985, p.134-5) existem duas condições para a emergência da hegemonia, por um lado a existência de forças antagonísticas no campo social e por outro uma instabilidade na fronteira entre essas forças, ou seja, um espaço de indefinição sobre o qual práticas articulatórias devem incidir. É por isso que a hegemonia é entendida como a instituição política do social, pois ela é o nome da possibilidade de construção de centros, de um ordenamento social num terreno contingente. Um discurso se torna hegemônico, não quando ele se concentra e se fecha num único espaço social, mas no momento em que ele articula elementos diversos, subjetivos, afetivos, morais, políticos, econômicos, ou seja, na medida que sua articulação constitui relações de equivalência entre diversos espaços sociais em torno de um mesmo projeto. Smith (1998,p.162), diz que “*um discurso só pode tornar-se hegemônico se seu ‘sistema de narração’ operar como uma superfície de inscrição para uma variedade ampla de demandas*”(tradução nossa)⁶⁰. Concebido nesses termos, a hegemonia não é algo estático, puro, rígido, e sim uma estrutura que se deforma para trazer mais significantes para sua cadeia através da ampliação de sua cadeia interpretativa. A partir de um evento, de um nome, de uma luta pode-se construir a hegemonia, se este evento conseguir instaurar um espaço no qual as diferenças podem encontrar abrigo numa equivalência em relação a algo que os antagoniza. Zizek (1999, p. 178) mostra com clareza de que forma a palavra “solidariedade” foi o ponto que permitiu criar uma lógica de equivalência entre os mais variados discursos descontentes com o regime comunista no leste europeu. Nesse caso não é que os padres, empresários, ou fazendeiros tinham uma identidade positiva em comum, mas que através da relação ao significante “solidariedade” todos eles se identificavam por estarem todos contra o sistema comunista. Ou seja, não há absolutamente nada específico e objetivo em “solidariedade”, mas é o termo que ativa a lógica da equivalência e a luta hegemônica.

⁵⁹ No original: “Si la operación desconstrutiva consiste em revelar el momento ultimo de indecibilidad inherente a toda estructura, la hegemonia nos ofrece um teoria de la decisión tomada em ese terreno indecidible”.

⁶⁰ No original: “...a discourse can only become hegemonic if its ‘system of narration’ operates as a surface of inscription for a wide variety of demands”.

3.3 Os modos de subjetivação

Esses pensamentos o afligiam e o atormentavam, ora mais fracos, ora mais fortes, mas nunca o abandonavam. Liévin lia, pensava e, quanto mais lia e pensava, mais distante sentia-se dos objetos que buscava. (...)

Durante toda a primavera, Liévin andou transtornado e padeceu momentos terríveis. 'É impossível viver sem saber o que sou e para quê estou aqui', disse Liévin consigo. 'No tempo infinito, na matéria infinita, no espaço infinito, surge um organismo-bolha, e então essa bolha se agüenta um pouco, rebenta e essa bolha sou eu' (TOLSTOI, 2005, p.773-4).

A noção de sujeito é um dos pilares da filosofia e da teoria social moderna representando por um lado a capacidade humana da razão, compreensão e juízo, e por outro a liberdade entendida como possibilidade de ação (DOMINGUES, 2004). O sujeito é então aquele que se define pelo uso da razão e pela liberdade. O cogito cartesiano, "Penso, logo sou", expressa essa ligação entre o ser e a razão. Para Laclau e Mouffe (1985, p.115) o conceito de sujeito é articulado a três princípios: a racionalidade do agente e sua transparência para si mesmo; sua unidade e homogeneidade frente a condições sociais diversas; e a noção de que é através do sujeito que se dão as relações sociais, ou seja, de que ele é a base da ação social. Por esta última característica entende-se que as relações sociais têm como ponto de partida o sujeito. Portanto, a noção implica permanência a despeito e soberania do sujeito frente as mudanças sociais.

A noção de subjetividade que se inaugura com Descartes e Hobbes incluía dois elementos fundamentais: a capacidade do indivíduo de se auto-conhecer e definir (exemplarmente traduzidos no 'penso, logo existo') de um lado, e a capacidade de ação do sujeito, que o faria levar a prática suas volições, influenciando então sobre o mundo de forma ativa (DOMINGUES, 2003, p.185).

As discussões contemporâneas em relação a noção de sujeito voltam-se contra estas características de soberania, clareza e consciência (LACLAU, 1993; BUTLER, 1998; RATTANSI e PHOENIX, 1997; DOMINGUES, 2004; CASTRO e MATTOS, 2009). Tal processo implica entender o sujeito como descentrado, enredado nas relações sociais e constituído através dos outros. Como afirma Butler (1998) recusar a idéia do sujeito não é negar sua pertinência teoria, mas sim questionar um ideal de soberania e totalização implícito a noção, pelo constante questionamento das relações e maneiras pelas quais se institui algo que se chama sujeito.

A morte do sujeito veio, por excelência, questionar, ao nosso ver, três importantes pontos: o objetivismo e a crença em uma totalidade transparentemente objetiva; uma racionalidade privilegiada e única e, um sujeito privilegiado (PRADO, 2000, p.2).

A crítica a noção de sujeito se configura, portanto, como pergunta, “*um modo de interrogar sua construção como premissa fundamentalista ou dada de antemão*” (Butler, 1998 p.19). Essa interrogação não vem de um movimento único, e sim de áreas diversas do conhecimento como a psicanálise, o pós-estruturalismo e o feminismo, assim como através da ação política dos novos movimentos sociais (LACLAU e MOUFFE, 1985; ZIZEK, 1993; RATTANSI, e PHOENIX, 1997; BUTLER, 1998; WEEDON, 2004, P.9; DOMINGUES, 2004). Butler (1998) afirma que nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida, e pressupor o sujeito como algo dado representa ocultar processos sociais e lutas envolvidas nesse processo. Através do fim do sujeito como ponto de partida para as relações, ou seja, o questionamento da figura universal que transcenderia aspectos particulares é o que teria possibilitado a emergência da multiplicidade de subjetividades (LACLAU, 1996). Nosso propósito principal é estabelecer certo percurso analítico pelo qual vislumbramos que a importância da noção de subjetividade, de sua associação a capacidade de compreensão e de ação se mantém importante na análise social. Buscamos entender os processos de subjetivação, a emergência de maneiras de ver, sentir e agir sobre o mundo. O processo pelo qual se “*desfaz e recompõe as relações entre os modos do fazer, os modos do ser e os modos do dizer que definem a organização sensível da comunidade*” (RANCIÈRE, 1996, p.52).

Iremos explorar a problemática da subjetivação através de duas dimensões: Em primeiro lugar iremos considerar o profundo enredamento deste processo no conjunto das relações sociais, entendendo que este processo se dá através e contra tais relações; em segundo lugar discutiremos uma tensão permanente na subjetivação entre, por um lado a noção de falta e vazio, como ausência de um fechamento completo do conteúdo concreto a noção do sujeito o que gera por sua vez a busca do preenchimento desse vazio através de atos de identificação e a construção de posições de sujeito (LACLAU, 1990; ZIZEK, 1990; RATTANSI e PHOENIX, 1997; TORFING, 1999; SMITH, 1998; DOMINGUES, 2003; CASTRO, 2009).

3.3.1. O enredamento dos sujeitos nas relações sociais: contra o ideal da soberania e da razão abstrata

O primeiro ponto implica reconhecer a não soberania e auto-delimitação das subjetividades através da compreensão do seu enredamento nas práticas e relações sociais (Domingues, 2004). Dessa forma concebe-se a subjetividade, não como ponto de partida, mas como resultado contingente de processos formativos na vida social (BUTLER, 1998). O que se quer demonstrar é que o sujeito não existe como uma entidade pura e fechada, dada de antemão, mas que ele se configura no processo das relações entre sujeitos, ações e discursos. É o que se exemplarmente vemos na pergunta de Butler (1998, p.18): “*O que fala quando ‘eu’ falo para você? Quais são as histórias institucionais de sujeição e subjetivação que me ‘posicionam’ aqui e agora?*”. A possibilidade do jovem se conceber como agente capaz de pensar e agir não é algo inato a sua constituição natural, nem depende somente de uma vontade pessoal, ou um devir histórico, mas é o resultado da interseção de possibilidades e condições (SMITH, 1998). Cada indivíduo é atravessado por discursos, ordens sociais e simbólicas variados que definem possibilidades subjetivas diversas. A maneira como se interpreta dada condição de existência a partir desses discursos, da inscrição do sentido através da linguagem é o que Laclau e Mouffe (1985) chamam de “posição de sujeito” (MOUFFE, 1988; SMITH, 1998; TORFING, 1999).

...uma teoria do sujeito como um agente descentrado e não total, um sujeito construído no ponto de intersecção de uma multiplicidade de posições subjetivas, entre as quais não existe uma prioridade ou relação necessária, e cuja articulação é o resultado de práticas hegemônicas (...). O que emerge são perspectivas inteiramente novas de ação política que nem o liberalismo, com a sua idéia de individuo que só busca o próprio interesse, nem o marxismo, com a sua redução de todas as posições subjetivas à posição de classe, podem sancionar quanto mais imaginar”. (MOUFFE, 1993, p.26, grifo nosso).

Assim vivemos muitas posições de sujeito, cidadão, consumidor, estudante, homem, jovem, ambientalista. As nossas relações com cada um desses discursos não são necessariamente diferentes ou equivalentes entre si. E a “posição de sujeito” representa uma condição específica, articulada a um discurso (cidadão ou consumidor, no exemplo anterior). Tal condição nos constitui tanto em termos de expectativas, sentimentos como possibilidades de ação (MOUFFE, 1993). Na citação vemos que a subjetividade pode ser interpretada como um precipitado dessas posições de sujeito, uma articulação entre essas múltiplas posições. A ênfase na “posição de sujeito” implica entender que a forma das relações que vivemos podem ser subjetivadas, ou seja, podem adquirir sentidos diversos a partir da forma concreta como

vivemos tais relações⁶¹. A idéia de posição de sujeito implica um tipo de relação entre os indivíduos e os discursos e práticas que operam sobre eles. Esta relação não se dá apenas de forma instrumental, ou seja, ela tem efeitos constitutivos em relação a pensamentos, afetos, etc... O que gostaríamos de demarcar é a diferença da noção de posição de sujeito com outros conceitos importantes da sociologia dos anos 1960 e 1970, o de ator e de papéis sociais.

o ator identifica-se com as tipificações da conduta in actu socialmente objetivada, mas restabelece a distância com relação a elas quando reflete posteriormente sobre sua conduta, essa distância entre o ator e sua ação pode ser conservada na consciência e projetada em futuras repetições das ações. Desta maneira tanto o eu atuante quanto os outros atuantes são apreendidos não como indivíduos únicos, mas como tipos. Por definição estes tipos são intercambiáveis (Berger e Luckmann, 1978, p.102-3).

Ora, o que buscamos ressaltar é que a realização de uma ação, a construção de uma posição de sujeito, no sentido que entendemos aqui, não se refere à idéia da realização de um papel, se por isso entende-se uma relação instrumental na qual se preserva a distância em relação ao papel por um sujeito que existe anteriormente ao processo. Como afirma Sader (1988, p.54) a referência a noção de agente e ator social, por vezes nos remete à concepção de uma estrutura subjetiva anterior, altamente centrada tanto no funcionalismo na idéia do sistema social, ou para o estruturalismo com a ênfase na linguagem. Um elemento fundamental que essas concepções não conseguem captar é a dimensão performativa das relações sociais em relação à identidade e à subjetividade. Assim, *“não é o caso de que eu esteja acima das posições que me constituíram, saltando de uma para a outra instrumentalmente, pondo algumas de lado, incorporando outras...”* (BUTLER, 1998). O trabalhador da fábrica será contra ou a favor do capital, irá se juntar ao sindicato ou não a partir das suas experiências com essa questão, entendendo por experiência o conjunto de relações tensões entre reflexões, discursos e práticas cotidianas. Isso não tem um caráter claro e unívoco, e nos convoca a compreender quais relações, práticas e discursos sustentam uma ou outra posição. A seguir vemos outro exemplo relativo à identificação, ou não, dos sujeitos como a democracia:

O sujeito se torna um sujeito democrático, não simplesmente porque ela é racionalmente convencida de que é a melhor opção, ainda que isso possa ser parte da história, mas ao invés, porque ela participa em práticas democráticas, as quais retroativamente a orienta para se identificar com um sujeito democrático (...) O momento da afirmação subjetiva (Eu sou um democrata!) envolve um processo de identificação – um quadro que nos agarra, somos preenchidos por algo – o que escapa o reducionismo lingüístico e excessivamente racional, de muito da desincorporada

⁶¹ Estes sentidos não vêm automaticamente pela nomeação, mas sim das práticas que se constituem em torno dessa nomeação.

teoria democrática deliberativa. Essa ‘identification-as’ é o ato incorporado de um sujeito passionalmente envolvido numa atividade que estrutura a vida política e a participação de certa forma (NORVAL, 2007, p.124, tradução nossa).⁶²

Além da crítica à concepção auto-delimitada do sujeito é preciso também entender como a subjetivação se refere a maneiras não exclusivamente racionais, mas também afetivas e corporais de posicionamento. Dessa forma nos voltamos para as práticas cotidianas e as experiências dos sujeitos para apreender a maneira como eles se constituem enquanto tais. Ora, é na vida social, na sua forma de ser, que se estabelecem maneiras de agir e de sentir. Para Laclau (1993) o social corresponde à sedimentação de práticas sociais, a solidificação das experiências e expectativas nas interações dos indivíduos com outros. É sempre contra um mundo já existente e que continuará a existir depois de cada indivíduo perecer que a subjetivação se dá. E isso por um lado reforça a materialidade e seu poder sobre a conformação subjetiva, por outro não retira a necessidade de conceber a singularidade do processo de decisão contida na subjetivação. Por isso é bastante pertinente a relação da noção de “posição de sujeito” ao conceito de habitus de Bourdieu (2002; SMITH, 1998). O habitus representa os “*esquemas simbólicos subjetivamente internalizados*” e a “*organização da atividade prática mental e corporal dos agentes individuais*” (PETERS, 2007, p.8). O conceito de Bourdieu (2002) sintetiza a importância do hábito e da atividade prática rotineira na constituição de esquemas de ação e de pensamento. A intenção do sociólogo através do *habitus* é “*sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático da construção do objeto*” (BOURDIEU, 2002, p.62). Ora, assim o autor busca resgatar a dimensão criativa e ativa do sujeito, mas contrabalanceando o peso excessivo da razão como dimensão primordial do sujeito. Ao fazê-lo ressalta a questão corporal, afetiva, material do habitus. E nesse processo, sem abandonar a perspectiva criativa do agente apropria-se de dimensões performática da estrutura, no sentido que o habitus implica uma incorporação das práticas sociais no sujeito, um casamento do corpo com a função (p.88).

⁶² No original: “The subject becomes a democratic subject, not simply because she is rationally convinced it is the better option, though that may be part of the story, but rather because she participates in democratic practices, which retroactively orient her to identify as democratic subject (...) This moment of subjective assent (‘I am a democrat!’) involves a process of identification – a picture gripping us, being occupied by something – that escapes the linguistic reductionism and excessively rational, disembodied account of much deliberative democratic theory. This ‘identification-as’ is the embodied act of a subject passionately involved in an activity that structures her political life and participation in a certain way”.

Outra dimensão importante nesse sentido é a crítica a noção de um sujeito soberano (BUTLER, 1998). A soberania implicaria uma capacidade quase ilimitada do agente controlar suas ações e assim fazer valer sua vontade. Dessa forma, uma subjetivação é o resultado de processos heterogêneos, não o desabrochar de uma essência, mas um encontro de situações, problemas e palavras. Qualquer identidade e subjetividade, mesmo aquelas mais tomadas como naturais, centradas e soberanas sempre se constroem sobre uma contingência fundamental, ou seja, há sempre uma relação que constitui essa subjetividade. Sader (1988) pesquisando os movimentos sociais brasileiros de fins da década de 70 e início de 80 utiliza a noção de “*matrizes discursivas*” para interrogar a maneira como tais movimentos “*constituem novas formas de agenciamento social,(...)[abrindo]espaço para a elaboração da experiência até então silenciados ou interpretados de outro modo*” (SADER, 1988, p.142-3). Não é que essas experiências não existiam, e que os discursos as inventaram do nada simplesmente, mas que os discursos através das práticas associadas a eles constituíram formas de atribuir sentidos as ocorrências do mundo, e assim construir uma história a partir da qual os sujeitos ocupam determinada posição de falar, sentir e agir.

3.3.2 O processo de subjetivação: entre nomes e o vazio

A concepção da subjetivação a partir da noção de “posição de sujeito” ao que nos parece cobre importantes dimensões na crítica contemporânea a concepção de sujeito. A noção faz parte do arcabouço teórico da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) e se refere às diferentes maneiras pela qual interpretamos e nos inserimos nas tramas da vida social. Uma posição de sujeito refere-se a uma forma específica de viver uma dada relação. A noção reforça alguns elementos importantes. Em primeiro lugar que a relação que as pessoas desenvolvem frente a situações sociais são contingentes, ou seja, depende de condições e relações não determinadas. Isso implica que não há nenhuma relação direta entre realizar determinada função, ou ocupar algum espaço na vida social e ter uma posição de sujeito. Esta condição faz parte da crítica de Laclau e Mouffe (1985) desenvolvida anteriormente a idéia de uma totalidade, na qual a cada lugar se destina uma função, a cada função um pensamento uma consideração. Assim quando, Laclau (1986) afirma que nada determina que um operário é contra o capital e a burguesia, ou quando Smith (1998, p.91) afirma que não há nada de não autêntico num negro ou numa mulher serem contra o direito dos negros ou das mulher, o que eles estão querendo mostrar é que é preciso romper com a idéia de uma essência de interesses

dados e entender o processo social pelo qual um grupo, um agente emerge enquanto portador de uma posição. As posições de sujeito são de fato, momentos de luta, momentos no qual sempre teremos *“uma pluralidade de discursos competindo uns com os outros para prover um arranjo efetivo para a construção de identidades populares”* (SMITH, 1998, p.66).

A concepção de sujeito emerge a partir das lógicas discutidas na seção anterior, como a sobre-determinação e a lógica da equivalência e da diferença. A partir da relação que se estabelece com o discurso, entendido muito mais como um “princípio de leitura” da realidade social, emergem problemas, caminhos, amigos e inimigos. *“Uma posição de sujeito se refere ao conjunto de crenças através da qual um indivíduo interpreta e responde a sua posição estrutural dentro de uma formação social”* (SMITH, 1998, p.58). Assim, um discurso econômico liberal irá identificar o trabalhador a partir de uma lógica da diferença, ressaltando o seu potencial, a possibilidade de crescer dentro da empresa, através de um trabalho bem feito, etc... Instaura-se um processo pelo qual o indivíduo é convocado a agir, pensar e ver o mundo de determinada maneira. Da mesma forma o discurso marxista irá ressaltar a dominação e exploração, a taxa de lucro dos patrões, a relação com o capital estrangeiro, etc... Tanto um discurso quanto outro constituem pontos de identificação no qual problemas se ligam a redes de sentido e formas de pensamento, desde elementos mínimos do cotidiano até mesmo a conjunturas políticas mais amplas. O que, obviamente, não significa que ambos são a mesma coisa ou que tem o mesmo valor. Talvez já tenha ficado evidente, mas posição de sujeito pode ser substituída pelo termo identidade (SMITH, 1998). Uma noção importante para a psicologia social e política, e que indica antes de tudo a delimitação de um espaço de experiência, de sentido e de ação. A identidade dos agentes não é dado anterior a disputa, e como afirma Smith (1998) a posição de sujeito é sempre um lugar de disputa e de antagonismo. Toda identidade social é política, pois carrega *“os atos de exclusão que governam sua constituição”* (MOUFFE, 1999, p.267). E por isso o caráter político de toda identidade, pois ela tanto remete a uma objetivação, a um momento definido, quanto para momentos e processos de definição que se dão em relação a um conjunto de possibilidades latentes. Assim *“não há identidade social totalmente protegida de um discurso exterior”*, de uma nova articulação, e mais ainda o campo das identidade é o campo da sobre-determinação (LACLAU e MOUFFE, 1985, p.111). O que não significa que isso seja algo fácil, pois uma posição de sujeito é um arranjo que fixa uma relação do indivíduo com pensamentos e sentimentos, ela emerge a partir de uma relação com a história com a tradição, ou seja, não é algo tão fluido e fugidio.

Mas uma questão importante persiste e que pode ser assim formulada: Vivemos em um mundo previamente existente, no qual há possibilidades e estruturas de sentido competindo pelos corações e mentes dos indivíduos. Mas se viemos ao longo do texto, e este é um de seus eixos, repetindo a importância da contingência, não podemos acatar tão facilmente a idéia de que seria no jogo de força dos discursos sociais, de cadeias articulatórias que estaria se dando o cerne do processo de subjetivação? Ora, isso mais do que nunca seria uma redescoberta do estruturalismo, mesmo que numa versão *soft*, ou seja, renomeado e despido de suas vestes totalizadoras. O processo de subjetivação não pode ser descrito a partir apenas de jogo entre discursos deve, invariavelmente, retornar para uma questão chave que temos evitado até então, a questão da decisão entre determinada posição de sujeito e não outra, em determinado discurso e não outro.

A idéia é que mesmo que os discursos se estruturam como momentos privilegiados de constituição subjetiva, a decisão entre uma posição ou outra é sempre algo contingente e precário, a partir do qual estão à espreita outras formulações. Smith (1998, p.77) em sua reflexão afirma que *“a seleção de um discurso político ao invés de outro na condição de ‘indecidibilidade’ é dessa forma análogo à identificação na psicanálise, ao contrário a uma decisão na teoria da escolha racional”*. Para Laclau (1993) todo ato político se dá numa condição de “indecidibilidade” (undecidability) o que indicaria aquilo que temos nos referido aqui como contingência, ou seja, a impossibilidade de um fundamento anterior, a idéia de que há um abismo entre possibilidades e a decisão (TORFING, 1999, p.62). É preciso partir dessa condição de um vazio estrutural, de uma profunda ausência de substância para se compreender o processo da subjetivação. A identificação ocupa um lugar central nessa discussão, ela seria o processo pelo qual se constitui na criança um vínculo afetivo e a constituição de um modelo (Freud, N/C). Assim, por exemplo, se o menino tem um investimento sexual na figura da mãe, ele se identifica e toma o pai como modelo. Este conceito seria interessante a luz da teoria social por implicar um processo constitutivamente heterogêneo, ou seja, a identificação implica um processo voltado para exterior, em relação a um outro (BURITY, 1996, s/p). Seria a partir desse processo de identificação com os outros que nos cercam, com os sentidos e os modelos que nos cercam que se daria o nascimento do sujeito (NASIO, 1992). A partir da relação com o outro, e por isso a identificação menos do que entalhar uma identidade, uma relação homogênea sempre se mostra falha, tendo em vista que onde se quer um corpo completo e constituído só temos um traço. Assim, a identificação não consegue preencher completamente o sujeito, ele se torna um sujeito marcado por uma falta, uma falha. Tal questão nos remete a

noção vazio, de falta do sujeito para a psicanálise lacaniana (ZIZEK, 1993; LACLAU, 1993; SMITH, 1998; STRAVRAKAKIS, 1999). Se por um lado através da identificação se constituem posições de sujeito como formas positivas, percebe-se que por outro lado tal posição permanece sempre em relação a algo externo, a partir da qual ela se constitui (Zizek,1993). Pois “posição de sujeito” significa nada mais nada menos do que um centro, uma unidade de sentidos, pensamentos e afetos relativamente estabilizada. Mas como afirma Zizek (1993) o sujeito, por outro lado, é o sujeito da falta, sujeito como o fracasso das identidades em prover um arranjo estável para os indivíduos. A noção de sujeito, portanto, é aquilo que restaria na base da emergência do abandono de posições de sujeito, e o que explicaria a dinâmica da emergência de novas posições. Norval (2007) nos mostra como é o momento do sujeito o que determina a falha das estruturas e do discurso social, porque o “*momento do sujeito emerge quando ‘eu não sei por onde ir’, quando as práticas existentes não fazem mais sentido, quando estamos perplexos e desafiados por algo, e quando novas articulações são necessárias*” (p.132, tradução e grifo nosso).⁶³

Esta noção específica de sujeito, que contrapomos com a de “posição de sujeito”, ou identidade busca livrar o agente de sua carga substantiva, representando o vazio, a falta, o deslocamento (LACLAU, 1993; NORVAL, 2006). “*O sujeito é essa falta, e a subjetivação do sujeito através da identificação com diferentes posições de sujeito é meramente uma tentativa de preenchê-la* (TORFING, 1999, P.57)⁶⁴. Como a relação dos indivíduos com as “posições de sujeito” são instáveis e precárias, há que considerar as mudanças entre diferentes “posições de sujeito”. Isso acontece através do processo de identificação, que tem como pré-condição a não adequação entre o sujeito e a determinada identidade, o vazio, que se instaura a partir da não adequação entre a experiência o mundo e os nomes das coisas (LACLAU, 1993). O sujeito implica portanto o operador da contingência no nível da relação dos agentes com o mundo, um operador que coloca em cena por um lado a falha da objetividade, mas por outro a possibilidade de recobrir tal falha, através dos atos de identificação.

Uma exploração das formas de presença do sujeito na estrutura deve, então, ser uma exploração das formas de presença discursiva da contingência no campo da

⁶³ No original: “..the moment of the subject emerges when ‘I do not know how to go on’, when existing practices no longer make sense, when we are perplexed and puzzled by something, and when new articulations are called for.”

⁶⁴ No original: “The subject is this lack, and the subjectivation of the subject through the identification with different subject positions is merely an attempt to fill it”.

objetividade (...) da emergência do sujeito como resultado do colapso da objetividade (LACLAU, 1993, p.77).⁶⁵

É quando a contingência emerge na vida social, quando as identidades se mostram abertas que o sujeito aparece. E uma nova “posição de sujeito” vem a seguir da emergência desse vazio com a promessa constante de completude e unidade, ou seja, de eliminação da contingência (SMITH, 1998). É por isso que Laclau e Zac (1994) concebem essa falta como uma impossibilidade ativa, pois não se trata de uma impossibilidade que paralisa, mas uma que convoca o indivíduo a novas investidas, sempre na promessa de uma restituição completa e unificada (Castro, 2009). Assim um campo composto apenas por posições de sujeito seria um campo social totalmente objetivo, no qual não haveria nenhuma contingência (LACLAU, 1990). Por isso a importância do conceito de política, que para Laclau (1990) implica a subversão e deslocamento da esfera social. *“O social pode ser dessa forma definido como o conjunto de relações sociais que estabelece um horizonte para o sentido e a ação, o qual é recursivamente validado pelos agentes sociais e então possuem um caráter relativamente permanente”* (TORFING, 1999, p.70).⁶⁶ A deslocamento implica a emergência de novas formações subjetivas e condições de ação. Existe política porque as relações e sistemas sociais mesmo os mais estáveis são prementes de dissolução e contestação, o que não significa que sua dissolução e deslocamento seja algo inevitável ou fácil, mas que é simplesmente possível. É por isso que a subjetivação e seu entorno é político, pois envolve o sancionamento e o cancelamento de formas de existência e sensibilidade. A política não é o jogo entre atores constituídos, não é uma esfera definida do “social”, mas é o processo através do qual emerge uma perturbação na distribuição de lugares da vida social (RANCIÈRE, 1996). Assim a política é:

O momento no qual uma demanda particular não é simplesmente parte da negociação de interesses, mas visa algo além, e começa a funcionar como a condensação metafórica de uma reestruturação global do espaço social inteiro. Há um claro contraste entre esta subjetivação e a atual proliferação das identidades políticas pós-modernas cuja objetivo é exatamente o oposto, isto é, precisamente a afirmação da

⁶⁵ No original: “Una exploracion de las formas de la presencia del sujeto em la estructura debe, entonces, ser una exploracion de las formas de presencia discursiva de la contingência en el campo de la objetividad (...) de la emergencia del sujeto como resultado de lo colapso de la objetividad”.

⁶⁶ No original: “The social can therefore be defined as the ensemble of social relations that establishes a horizon for meaning and action, which is recursively validated by the social agents and thus possesses a relatively enduring character”.

identidade particular de uma pessoa, de seu lugar próprio dentro da estrutura social (ZIZEK, 1999, p.208).⁶⁷

O processo de subjetivação, da maneira como a entendemos, implica em uma dinâmica interminável entre o “sujeito” como um vazio radical, a contingência, a ausência de um fundamento substantivo; e por outro a identificação desse sujeito a determinadas posições concretas num jogo de relações, mais ou menos organizadas.

A teoria de posição do sujeito sem o princípio da impossibilidade de identidade poderia se tornar apenas outra versão do funcionalismo, enquanto o conceito psicanalítico de subjetividade por si só tende a relevar as formas nas quais os agentes sociais são construídos dentro de redes historicamente específicas de relações de poder. (NORVAL, 1996 apud SMITH, 1998, p.78).⁶⁸

A idéia de que toda objetividade ou identidade repousa na contingência não deve ser entendida como se a identidade fosse algo frágil, sobre a qual um mero toque viria a desestabilizar. Pois, sabemos pela nossa experiência cotidiana que não é isso o que acontece. Muitas vezes as identidades (ou “posições de sujeito”) de fato parecem cumprir seu papel de estabilizar e responder as demandas de unidade dos sujeitos. Mas mesmo as identidades mais estáveis ainda assim operam frente a um quadro, no qual outras identificações são possíveis. Se os indivíduos, no entanto se concebem como sujeitos unificados, ocupando lugares estáveis e certos, e através das suas narrativas constroem os pontos de relação através dos quais se pensam assim, nos resta analisar esses pontos para perceber os processos pelos quais se constroem, mesmo quando se afirmam já construídos.

A ênfase desmedida na identidade, nos conteúdos concretos das diferentes posições que os indivíduos ocupam na vida social, poderia facilmente se transformar numa visão de lugares e posições necessárias, eliminando assim, de vez, a contingência do processo social. A idéia do sujeito como falta, expressa a relação constitutiva da subjetividade com o outro, sua não-soberania, e é isso “(...) *que mina a totalidade e a univocidade da identidade, a fenda que a*

⁶⁷ No original: “the moment in which a particular demand is not simply part of the negotiation of interests but aims at something more, and starts to function as the metaphoric condensation of the global restructuring of the entire social space. There is a clear contrast between this subjectivization and today’s proliferation of postmodern ‘identity politics whose goal is the exact opposite, that is, precisely the assertion of one’s particular identity, of one’s proper place within the social structure”.

⁶⁸ No original: “Subject position theory without the principle of the impossibility of identity could become just another version of functionalism, while the psychoanalytic concept of subjectivity on its own tends to disregard the ways in which social agents are constructed within historically specific networks of power relations”.

torna susceptível de incompletude e transformação” (CASTRO, 2009, s/p). Por outro lado considerar a falta como questão central, nos levaria inexoravelmente a abandonar a questão da *decisão*, da escolha, da identificação, da política. Por esse motivo nós entendemos a subjetivação como um processo de determinação e de abertura. De uma forma de ser singular, que por ser singular, elimina outras formas; associada à ausência constitutiva de um terreno de fundação que completaria e fecharia o indivíduo em sua subjetividade.

Se as preocupações ambientais, com conteúdos específicos, têm gerado a identificação numa posição de sujeito ecológica, no qual uma série de ações e conceitos adquire um sentido específico, tal processo não se dá pela premência objetiva dos fatos. Talvez a grande vantagem dessa compreensão da subjetivação seja inserir uma dúvida, uma questão que para muitos poderia ser óbvia, que seria o processo de identificação com a questão ecológica.

CAPÍTULO 4

JOVENS AMBIENTALISTAS: COTIDIANO, CONSCIÊNCIA E POLÍTICA

Há um processo crescente de inserção da temática ambiental e ecológica no mundo social, nos aparatos estatais, na criação de entidades ambientais no bojo da sociedade civil, assim como na formulação de metas e acordos transnacionais (HAJER, 2005). A profusão do debate ecológico no Brasil e no mundo nas últimas décadas coloca a questão ambiental nos jornais, nas rodas de conversa, nos supermercados, ou seja, ela passa se incorporar no nosso senso comum. Este processo não se dá ao acaso, é o resultado direto e indireto de embates e disputas entre atores sociais e projetos políticos como discutimos no segundo capítulo. Aqui iremos explorar como este campo emerge nas falas e ações de jovens ambientalistas no Rio de Janeiro. Jovens, como M. que identifica diversas ambigüidades nesse processo de ampliação da discussão ambiental:

Um movimento tanto de um lado de acordar pruma necessidade né quanto pra, mas aí as coisas, às vezes, até distorce e... e leva pruma coisa assim, como se fosse um marketing né, pra vender...Que hoje em dia até a empresa de agrotóxico, você entra no site dela ela fala assim da nossa preocupação ecológica ...A pior empresa e eles usam a mesma bandeira assim...é complicado.. (M. 26 anos)

O reconhecimento da importância da entrada em cena da discussão ambiental, da sensibilização e conscientização crescente da população não significa, para parte dos nossos entrevistados, apenas elementos positivos como se percebe na fala de M. O que vemos é que há uma discussão em aberto sobre o significado da questão ambiental em relação a vida pessoal, a história da cidade, do país e do mundo. Em nossa pesquisa de campo entrevistamos jovens cariocas com o intuito de entender suas ações e práticas ambientais, os discursos, as estruturas de sentido que permeiam estas ações, assim como a relação que eles, enquanto sujeitos, tecem com esse campo. Que tipo de ação emerge? Como o discurso ambiental projeta uma visão de mundo e de sociedade? Quais espaços são importantes ocupar e agir? Há poucos estudos acerca dos determinantes do engajamento ambiental em geral (Oliveira, 2008), e pouquíssimos

em relação à juventude⁶⁹. Assim, nosso interesse partiu no sentido de conhecer e desvelar os traços, as relações tecidas entre os jovens ambientalistas e suas ações. Temos certeza de não cobrir a totalidade das possibilidades empíricas do campo. Este se mostra amplo demais, composto por muitas formas de agrupamento e agenciamento. Nosso foco se deu em torno de jovens individualmente, na maneira como estes vivenciam suas experiências e constroem formas de ver o mundo, buscando sempre entender as redes sociais, histórias e tradições coletivas que embasam tal processo. Talvez nunca seja demais lembrar que não consideramos a ação como exclusivamente individual, não estamos a cata de disposições internas, intrapsíquicas, como nos lembra Sass (2004) o processo de individuação é um processo social, que remete a diferentes maneiras pelas quais uma sociedade “produz” seus indivíduos. Não nos preocupamos de maneira rígida com a identidade coletiva, ou seja, não pesquisamos algum grupo determinado, seus códigos e processos de mobilização (Melucci, 1996). Mas ao longo da análise percebemos uma articulação discursiva comum entre estes diferentes jovens, ou seja, formas semelhantes de encarar os problemas ambientais do Brasil e do Mundo, assim como biografias que ressaltavam os mesmos elementos entre pessoas que nunca se viram. Isso nos surpreendeu tendo em vista a nossa aproximação a grupos diferentes e uma não rigidez em relação ao campo. Nesse sentido percebemos também a semelhança entre alguns dos nossos achados sobre discursos e ações dos jovens e a literatura específico do militantismo ambiental (CARVALHO, 2001; OLIVEIRA, 2008).

Há em todo o nosso trajeto uma preocupação central em relação à maneira como os agentes sociais se constituem como sujeitos políticos, transformando as relações entre o que é público e o que é privado. Vemos que algumas considerações da política se baseiam em parâmetros definitivos como, por exemplo, a primazia da coletividade sobre a individualidade (ARENDRT, 2009). Nossa abordagem busca entender a relação entre estas dimensões, sem desconsiderar a pertinência de diferenciações analíticas, mas não substantivando tais dimensões, não apenas por uma questão teórica, que certamente tem um grande papel, mas principalmente porque assim também os fazem nossos entrevistados, e assim, é propriamente a ação política, ela parte de experiências vividas e narradas como momentos de ruptura, atravessam tempos e histórias, marcam vidas singulares assim como se constituem em momentos coletivos.

Em primeiro lugar iremos fundamentar nossas escolhas metodológicas, assim como as

⁶⁹ Uma grata exceção é o trabalho de doutorado ainda em andamento realizado por Paulo Marco de Campos Gonçalves, sob orientação de Pedro Jacobi. A pesquisa se dá em torno de um coletivo jovem (CJ) específico da cidade de São Paulo.

questões envolvidas no campo da pesquisa. E posteriormente analisaremos nossas entrevistas, o material empírico da pesquisa, a luz de nosso arcabouço teórico discutido no capítulo 3.

4.1 Considerações metodológicas

Mais do que simplesmente explicar nossos procedimentos técnicos em relação ao campo, buscaremos estabelecer como a teoria aqui discutida nos capítulos anteriores se relaciona com a maneira como conduzimos nossa pesquisa de campo. De início concordamos que uma técnica de investigação já é em si uma teoria em ato (THIOLLENT, 1987, p.83). Ou seja, as bases teóricas do pensamento colocam em relação as coisas do mundo, e assim traçam em larga medida o campo das possibilidades e de suas respostas empíricas possíveis⁷⁰. Para Bourdieu (2002, p.24) a construção do campo empírico deve partir de um tipo de relação diferente entre a teoria e a prática, e ele mostra a importância antes de tudo da “construção do objeto” que seria:

a operação mais importante e, no entanto, a mais completamente ignorada, sobretudo, na tradição dominante, organizada em oposição entre a ‘teoria’ e a ‘metodologia’ (...) Com efeito, as opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções mais ‘teóricas’ de construção do objeto. É em função de uma certa construção do objeto que tal método de amostragem, ta técnica de recolha ou de análise dos dados, etc se impõe. Mais precisamente, é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxônicos, como *evidence*.

Para o sociólogo francês é preciso pôr em causa os objetos pré-constituídos o que implicar entender as tramas e relações as quais estes estão ligados. Assim, o que temos buscado entender e articular teoricamente é a ação ambiental de jovens e suas relações com elementos do discurso e da subjetividade. Entendemos que entre a prática e o discurso ambiental do jovem, e as diferentes condições vividas por estes há um processo de articulação que possibilita a emergência de uma ação sobre o espaço social. Isto coloca em ressonância situações individuais e a tradições coletivas, instaurando certa maneira de viver e de ser.

Na pesquisa de campo investigamos a relação entre ações, discursos e as apropriações subjetivas deste processo, procurando entender as ligações entre estes elementos. Ora, porque será que esta jovem acredita que reciclar seu lixo é algo importante? Para alguns a resposta é

⁷⁰ É evidente que isso não significa que o campo seria dispensável, que a teoria já conteria as respostas aos nossos problemas, muito pelo contrário. O que é preciso é negar a possibilidade de se separar a teoria da metodologia, como se houvesse na segunda uma pureza da forma (BOURDIEU, 2002, p.17-58).

clara, é óbvio que se deve reciclar o lixo e há mil motivos para fazê-lo. Para esse tipo de resposta o nosso problema pode inclusive não ter fundamento, pois aí a questão ambiental não se trata de coisas subjetivas, mas sim de resolver problemas muito objetivos. Entendemos com Bourdieu (2002) que a pesquisa em ciências humanas deve se preocupar em “*pintar bem o medíocre*”. Não por um desejo de ficar a margem, de se ocupar daquilo que não tem importância. Mas por entender que a vida humana, as lógicas de ação, a relação entre indivíduo e sociedade, são questões pertinentes em quase todo o campo da experiência humana, e que o trabalho do pesquisador não está no campo em si, mas na maneira como ele concebe e constitui esse campo. Assim, mais do que grandes questões (que obviamente são importantes) a pesquisa deve saber colocar em análise as relações, quaisquer que sejam, inclusive as mais pequenas e, aparentemente, óbvias. Ao questionar porque tal jovem recicla seu lixo, ao buscar no campo formas de entender isso percebemos que a resposta não é simples. Ela envolve a construção mesmo de um mundo, um espaço de relações sociais, e um tipo de consideração cognitiva, afetiva e moral com esse mundo. Nossa reflexão se baseia na exploração destas dimensões. Nossa aposta é que só se misturando aos códigos, afetos e experiências que se estabelecem na vida destas pessoas, na suas relações com os outros e consigo mesmas é que se torna possível compreender. Não há como atribuir sentidos e determinar motivos sem considerar os quadros de referências que organizam a vida das pessoas (GIDDENS, 1978). Ou de forma mais poética:

o elemento intelectual ‘sabe, mas nem sempre compreende e, muito menos, sente (...) o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (...) isto é em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distante e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo (GRAMSCI, 1978, p.138-9)

Nosso problema se dá em torno das formas de subjetivação dos jovens no campo ambiental, no qual a partir de um espaço de vários possíveis se interpõe uma apropriação singular através da relação com a questão ambiental, e que define uma relação do sujeito com o mundo sensível. É possível, em determinada vertente psicológica localizar tal processo dentro dos indivíduos, seja no plano do consciente, do inconsciente ou da cognição. Como é também possível investigar tal processo através das relações institucionais, no complexo processo entre organizações sociais, a economia e o estado. Nosso foco desloca-se para a relação entre o indivíduo e o engajamento, entre o discurso e a experiência, considerando tanto as dimensões sociais como as construções subjetivas, e foi por essa razão nos voltamos para o conceito de

ação. A ação é o que estabelece um mundo humano de relações e sentidos compartilhados. E nesse processo se constituem formas específicas de divisão do mundo, ainda que por vezes pouco claras. A ação muitas vezes não se dá a partir de delimitações definidas e estáticas, mas sim no jogo de relações e de instantes. Ao tratar o discurso à parte da ação expressamos nossa atenção para os quadros semânticos relativamente estabilizados no agir, as “sedimentações”, aquilo que liga um ato a um processo histórico social.

Nossa perspectiva teórica e metodológica parte da psicologia política como a área de estudos da relação entre sujeitos e a ação política. A psicologia política menos do que uma área rigorosamente definida tem se mostrado um campo extremamente aberto a apropriações de outras áreas das ciências humanas (CAMESELLE, 1996). Assim, há estudos que investigam o comportamento eleitoral, outros que pesquisam a personalidade dos líderes políticos, e também estudos voltados para a relação dos sujeitos com as ações coletivas e movimentos sociais. Devido a sua multiplicidade de filiações a área é marcada por um ecletismo metodológico. Tendo em vista as diferentes maneiras de conceber a relação entre psicologia e a política, nosso percurso metodológico manteve uma atenção constante nas pontes e relações entre o individual e o coletivo, ou seja, é preciso romper o dualismo que se estabelece, quando ora voltamos para o individual e ora para o político, o social. A questão é entender que tal processo é mutuamente constitutivo e não se dá entre duas entidades prontas, uma psicologia e uma política, o que só poderia levar o pesquisador a fazer ora uma psicologia da política, e ora uma política da psicologia.

Realizamos entrevistas individuais com sete jovens ambientalistas cariocas, questionando experiências subjetivas, identificações políticas, discursos, pensamentos e afetos em relação ao meio ambiente e a natureza⁷¹. Não acreditamos que a entrevista seja uma mera troca de informação, de que através dela temos acesso a uma verdade fatural. Mas sim que no processo da narrativa, no falar “sobre” ativa-se um jogo, uma re-produção, sempre endereçada, marcada pelos contextos e responsabilidades. Na condução da entrevista, buscamos identificar palavras e gestos, contextos e momentos de decisão, conflitos e problemas em torno das relações entre a vida e a ação destes jovens. Para nós os “(...) *dados empíricos são vistos como um conjunto de praticas significativas que constituem um ‘discurso’ e sua realidade, assim provendo as condições que possibilitam as quais habilitam os sujeitos a experienciar o mundo dos objetos, palavras e práticas* (HOWARTH e STAVRAKAKIS, 2000, p.4, tradução

⁷¹ No apêndice A colocamos o modelo da entrevista que utilizamos.

nossa).⁷² Nosso interesse foi entender o que há entre um gesto e um pensamento, entre se envolver com um grupo e se desligar deste, as razões de brigas e conflitos, assim como das conquistas. A nós cientistas humanos não é possível voltarmos as costas para a trama da linguagem e da subjetividade na apropriação do mundo. Pois é nesta encruzilhada, nas dificuldades do caminho que emerge o sujeito, ligando um discurso a uma ação. “É o enigma da ecologia – o que ecologia significa? – O que possibilita um foco para a luta política, não algum conteúdo positivo compartilhado.” (GLYNOS E HOWARTH, 2007, p.131 grifo e tradução nossa)⁷³. E o que se irá definir o que é a ecologia, como ela é significada por um ator particular, é exatamente o processo no qual o sujeito constituirá um fechamento, uma articulação, através de discursos específicos. Assim a construção do roteiro das entrevistas partiu de nossas preocupações em entrelaçar ação, discurso e a subjetividade, trazendo a tona os conteúdos específicos ligados a discussão ambiental.

Ao nos voltar para o campo de pesquisa, consideramos preliminarmente algumas questões: Em primeiro lugar o nosso desconhecimento prévio da ação ambiental no Rio de Janeiro e das especificidades da juventude em relação a esse campo; a grande variedade de grupos e formas de ação ambiental; e o curto tempo para a realização da pesquisa de campo. Assim, por estas razões, começamos a participar de eventos ambientais na cidade, assim como realizar pesquisas na internet em torno dos grupos ambientais sediados no Rio de Janeiro, e das discussões. Também procuramos informantes que pudessem nos guiar em relação a questão ambiental jovem no Rio de Janeiro.⁷⁴ Mas cabe lembrar que não realizamos um levantamento sistemático do campo, tendo em vista especificamente o curto tempo da pesquisa, assim como o caráter exploratório de nossa pesquisa.⁷⁵ Tais ponderações nos colocam em uma posição de cautela em relação aos desdobramentos e conseqüências teóricas de nosso trabalho. Essa cautela não implica desconsiderar nossos achados e possíveis generalizações, fundamentais em toda pesquisa científica, até porque muitas das nossas conclusões acenam para questões

⁷² No original “empirical data are viewed as sets of signifying practices that constitute a ‘discourse’ and its reality, thus providing the conditions which enables subjects to experience the world of objects, words and practices”.

⁷³ No original: “It is the enigma of ‘ecology’ – What does ‘ecology’ mean? – that provides a focus for political struggle, not some shared positive content”

⁷⁴ Duas pessoas foram fundamentais nesse processo, o João Paulo Rabello pela iniciação nos termos e problemáticas da agro-ecologia no Rio de Janeiro; e a Júlia Duppre coordenadora da Juventude do Partido Verde (PV), que também foi fundamental para o contato com os jovens do PV.

⁷⁵ Dessa forma, pretende-se em pesquisa futura realizar um mapeamento sistemático dos grupos, movimentos sociais e ONGs ligadas a temática.

importantes, que também são apontados por estudos mais sistemáticos no campo ambiental e em pesquisas sobre a ação política da juventude.

A partir destas contingências nos aproximamos de alguns grupos e acabamos escolhendo alguns jovens para a realização das entrevistas. Consideramos uma perspectiva bastante aberta do ativismo ambiental, entendendo que há níveis de investimento e formas variadas de ação, desde boicotes a produtos que não sejam ecologicamente corretos, construção de comunidades de vida alternativas baseadas em preceitos de não degradação ambiental, assim como prática de educação ambiental. Além de formas de ação ambientalmente específicas o que vemos é também a penetração do debate ambiental nas instituições sociais e políticas mais tradicionais, como os partidos políticos, a escola e o movimento estudantil. Há formas e agenciamentos mais ou menos individuais, assim como formas mais institucionais, ligados a grandes grupos e organizações políticas e sociais, ou relacionadas a grupos de amigos, trabalho, etc. Um outro elemento a se considerar é especificidade local do Rio de Janeiro, que a despeito de ser uma grande metrópole tem uma relação com a questão ambiental muito particular, tendo em vista o grande apelo que a natureza tem na cidade (ARRUDA, 1996). A cidade é também importante no desenvolvimento do ambientalismo no Brasil, contém um dos mais antigos e importantes grupos conservacionistas é sediado, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), como também pela importância política da criação do Partido Verde nos anos 80, fundado, sobretudo, através do retorno de militantes de esquerda do exílio político. (GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2008).

A realização das entrevistas aconteceu junto a jovens engajados em ações e práticas ambientais. Buscamos, em primeiro lugar, identificar grupos nos quais os jovens tivessem uma participação importante, que fossem grupos de jovens ambientalistas, e não apenas nos quais houvesse a participação de jovens. Uma preocupação metodológica foi não focar apenas em um grupo. Uma questão fundamental era entender as ligações possíveis entre sentidos do ambiental, para aí sim discutir relações mais abrangentes. Entendemos que escolher um ou outro grupo iria restringir de partida muitos dos campos possíveis o que não seria interessante para nós tendo em vista o caráter exploratório da nossa pesquisa. Outro problema foi a dificuldade com o tempo, pois o estudo mais prolongado de movimentos sociais específicos demanda uma relação e uma aproximação mais cuidadosa. Se por um lado não escolhemos um grupo, tivemos sim a preocupação com algumas formas de agenciamento, frente tanto a literatura dos movimentos ambientais como a realidade do campo carioca. Identificamos quatro tipos de agenciamentos principais, as organizações internacionais, a ação a partir do estado,

partidos políticos e formas de ativismo menos institucionalizadas, e fundamentais nas ações políticas dos jovens hoje, como os grupos e coletivos (PLEYERS, 2005). Os quatro grupos foram, a juventude do Partido Verde do Rio de Janeiro (PV); grupos e coletivos de agroecologia; o Coletivo Jovem pelo meio ambiente do Rio de Janeiro (CJ) e o Greenpeace-RJ.

A escolha do Partido Verde se deu pela grande entrada que o partido tem entre jovens no Rio de Janeiro, especialmente nos últimos anos, devido por um lado a expressiva votação do candidato do PV ao governo do Rio de Janeiro na última eleição⁷⁶, assim como a mobilização entre os jovens em razão da recente filiação da senadora Marina Silva ao partido e sua potencial candidatura a presidência da república em 2010. Este último fato é algo extremamente valorizado pelos jovens ambientalistas⁷⁷. Ainda que o PV como um partido político tenha diversificado suas pautas é importante entender que a questão ambiental é ainda um elemento chave, assim como a centralidade que ainda têm no partido de seus fundadores que foram diretamente influenciados pelos partidos verdes europeus como, por exemplo, Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis. Assim, ao procurar a coordenadora da Juventude do PV-RJ fomos muito bem recebidos, e na conversa com ela, consideramos a relevância de entrevistar jovens deste partido.

A agroecologia é uma prática de produção de alimentos alternativa ao sistema capitalista e busca estabelecer uma ligação entre a defesa de ecossistemas e do meio ambiente com as práticas de plantio. Tal atividade tem uma ampla entrada no meio jovem universitário, e se constitui como um espaço importante de formação ecológica e política, sendo marcada pela profusão de orientações políticas mais voltadas para a esquerda, como o socialismo e o anarquismo. Mesmo considerando o universo urbano do Rio de Janeiro a agroecologia é praticada e discutida, especialmente entre jovens universitários ligados a ciências da terra como biologia, agronomia, geografia. Há uma aproximação freqüente dos ideais da vida comunitária, da alternativa à tecnocracia (ROSZAK, 1972) tão freqüentes no ambientalismo contracultural dos anos 70.

Em julho foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro o IV Fórum Nacional de Educação Ambiental. Através da participação neste encontro tivemos contato tanto com a importância da educação ambiental, em termos de mobilizar uma ampla rede de atores, como o

⁷⁶ A eleição em questão foi para a prefeitura do Rio de Janeiro, no ano de 2007. Na eleição o candidato do PV, Fernando Gabeira, chegou ao segundo turno perdendo para o candidato Eduardo Paes (PMDB) por uma diferença pequena de votos.

⁷⁷ Assim, durante a realização de um fórum de educação ambiental em julho na cidade do Rio de Janeiro, em vários momentos a juventude ali presente, articulada em torno dos coletivos jovem entoaram pedidos de “Marina: Presidente.”

Governo Federal, e também ONGs de tamanhos e estruturas organizacionais diversas. No encontro conhecemos uma iniciativa lançada pelo governo federal, de criação de grupos de jovens em várias cidades do país que têm como função realizar ações de educação ambiental e de pensar e colocar em ação políticas e programas ambientais. Estes grupos são conhecidos como Coletivo Jovem (CJ). Tal iniciativa tem gerado uma rede bastante interessante na articulação entre os vários coletivos, que se constitui na REJUMA, a rede nacional dos jovens ligados ao meio ambiente. Este processo nos chamou atenção para o potencial articulador dessas redes, que explicitamente convocam jovens para pensar e agir sobre o meio ambiente, assim, como pela dimensão institucional desses coletivos.

Uma das mais importantes organizações de defesa do meio ambiente, com ações realizadas em todo o mundo e contando com um enorme reconhecimento é o Greenpeace. Através de ações de conscientização e de exposição dos problemas ambientais este grupo tem conseguido um reconhecimento como um agente importante na luta ambiental. Além disso, recentemente no Rio de Janeiro foram realizadas algumas ações pelo grupo, o que chamou nossa atenção para a sua presença na cidade. Das grandes organizações internacionais o Greenpeace talvez seja um dos que tem mais simpatia das pessoas em geral, e é sem dúvida dos mais conhecidos. Dessa forma também focamos neste grupo.

Além destes grupos realizamos uma entrevista com uma jovem que não faz parte de nenhum movimento específico, mas que tenha ações e práticas ambientalistas. Logo vimos que de fato se não havia um grupo específico, muitas das escolhas dela passavam pela questão ambiental, inclusive as suas escolhas acadêmicas e profissionais. O intuito não era comparativo ou de identificar diferenças, mas entender como tal ativismo estritamente cotidiano se constitui, tendo em vista que é uma forma positivamente investida por parte de grupos e de ambientalistas.

O contato com os jovens se deu prioritariamente pela internet, sendo que no caso dos grupos mais institucionalizados como o Greenpeace, enviamos um email para o grupo apresentando nossa pesquisa e a partir daí recebemos a resposta de um dos ativistas do Greenpeace no Rio de Janeiro. Nosso intuito inicial era realizar duas entrevistas para cada um dos quatro grupos, e mais uma com uma militante do dia-a-dia. Infelizmente por questões de tempo e disponibilidade só realizamos uma entrevista com ativistas do Greenpeace e uma com um grupo de agroecologia, no total de sete entrevistas. Uma questão central nesse processo de contato com os jovens foi a extrema solicitude dos contatados e a facilidade que tal processo colocou para a pesquisa. As entrevistas foram realizadas nas casas e nos locais de trabalho e

estudo dos entrevistados, tendo em vista facilitar o processo aos mesmos. A entrevista foi gravada e se deu a partir de um roteiro semi-estruturado, o que nos deu a liberdade de intervir no processo da entrevista, questionando e solicitando maiores explicações sobre um ou outro ponto. A duração média foi de cerca de quarenta minutos, com algumas variações chegando a atingir mais de uma hora e meia.

No quadro abaixo temos uma caracterização dos entrevistados:

Nome	Idade	Sexo	Onde mora (Bairro)	Escolaridade	Profissão
P.	26	M	Copacabana	Mestrado em Planejamento Urb. em andamento	Estudante/Geenpeace -RJ
C.	19	F	Grajaú/Seropédica	Graduanda em Ciências Sociais	Estudante
A.	27	M	Laranjeiras	Formado em Oceanografia	Educador Ambiental
B.	24	F	Flamengo	Formada em Biologia	Educadora Ambiental/Técnica de Laboratório
M.	26	M	Cosme Velho	Formado em Cordas Brasileiras Dedilhadas (Música)	Músico
G.	28	F	Botafogo	Doutoranda em Economia	Economista
F.	22	M	Leblon	Graduando em Biologia	Estudante

Assim, a quase totalidade dos entrevistados é composta por moradores de bairros diversos da zona sul carioca, a única exceção é C. que mora na zona norte. A partir do contato e da experiência da entrevista, podemos afirmar que eles fazem parte da classe média, e média alta da cidade. Além disso, todos são universitários graduados ou estão cursando a faculdade. Um elemento bastante relevante em relação a escolaridade é que todos, com exceção de M. que é músico encontram na sua escolaridade e profissionalização uma expressão da relação com a discussão ambiental. Há, portanto, uma enorme semelhança do ponto de vista sócio-econômico entre os entrevistados. Mas mesmo assim, e talvez isso apareça com mais clareza no processo da entrevista há uma diversidade de matrizes e orientações sociais e políticas entre esses jovens. As entrevistas seguiram caminhos muito diversos, articulando elementos e posições singulares. Talvez mais do que tudo o que esteja em jogo aqui é a questão mesmo da

diversidade constitutiva do discurso ambiental, ou seja, as diversas arestas que sustentam este discurso.

4.2 Discussão e análise das Entrevistas

Após a realização das entrevistas e a transcrição das mesmas passamos então a ler e reler o material. A princípio buscamos retardar ao máximo a categorização (THIOLLENT, 1987). Isso implicou um envolvimento maior com o material, e uma conseqüente distância das nossas categorias teóricas previamente determinadas. Buscamos minar a tendência aos “*objetos pré-constituídos*”. Em primeiro lugar focamos a entrevista na sua singularidade, e posteriormente estabelecemos eixos que atravessam estas entrevistas. Tornou-se claro uma diferença substantiva na condução das entrevistas, entre as primeiras e últimas, nas primeiras há um maior nervosismo e engessamento do entrevistador, o que se traduziu num maior apego ao roteiro. À medida que as entrevistas foram sendo realizadas houve uma mudança nessa relação, e aí tomamos uma maior liberdade em relação ao roteiro sem de fato abandoná-lo.

A análise do material procedeu basicamente a partir dos três conceitos trabalhos no capítulo anterior. No entanto, nossa abordagem não fechou de forma homogênea a ação, o discurso e a subjetivação enquanto processos discretos. Identificamos a maneira como o agente ambiental emerge, a partir de quais condições da vida e experiências sociais, e através de quais conceitos se problematiza o meio ambiente. Ou seja, buscamos identificar as volições e razões que determinam o agir considerando o esforço de apropriação dos sujeitos de suas histórias, e dos esforços de elaboração que há entre dada experiência e a subjetividade. De uma maneira geral percebemos que construção de um discurso ambiental por parte dos jovens, a rede simbólica em torno dos temas ambientais em relação a outras esferas sociais foi uma dos elementos mais importantes. O discurso aparece como uma tentativa de fechamento, de controle do campo dos possíveis, uma amarra das experiências individuais às concepções de mundo (LACLAU e MOUFFE, 1985). Entendemos que há, para alguns jovens um processo de luta política, pela hegemonização do campo social através do ambientalismo que seria um horizonte capaz de orientar ações coletivas, animar afetos, mobilizar instituições Essa capacidade do discurso ambiental em produzir e evocar determinadas relações sociais que por “natureza” não estão entrelaçadas se mostrou algo extremamente rico, tendo em vista por um lado a heterogeneidade de conteúdos e modos de ação, e por outro a fixação de alguns elementos, em detrimento de outros.

4.2.1 A relação com o meio ambiente como um determinante biográfico

Quando questionamos os jovens acerca da maneira como eles se relacionam com o meio ambiente uma consideração comum nos chamou a atenção. A referência a experiência com a natureza como um ponto fundamental em suas biografias, assim como a permanência desse vínculo através do tempo e das mudanças em suas vidas. Quando questionamos os jovens acerca do seu envolvimento com o meio ambiente, uma resposta bastante freqüente era algo assim: “*eu sempre fui muito ligada a natureza eu fazia trilha, cachoeira, sempre amei... É, mas quando fui pra Amazônia isso ficou mais forte (...)*eu sempre viajei pra lugares, sempre fiz trilha, nas trilhas eu sempre catei lixo, eu sempre fui, é... *Mais favorável aos orgânicos, eu sempre fui assim*” (G., 28 anos). A noção de que algo permanece ao longo do tempo, algo que se estabelece, sobretudo na infância e adolescência, é extremamente forte entre os jovens ambientalistas entrevistados. A identificação com a questão ambiental vem assim de lugares e pessoas distintas, de viagens, familiares, amigos. A construção de uma identidade ecológica passa pela evocação de certas experiências, que são marcadas como momentos de transformação e mudança, seja através dos acampamentos, da prática do surf, de viagens a sítios com os pais. Tudo isso produz um traço na constituição destes jovens, que por mínimo que seja, marca algo ao redor do qual irá se delinear suas subjetividades.

Aqui no Grajaú tem uma reserva florestal do Grajaú, e assim eu ia todo final de semana, eu ia com meu pai, eu ia com meu pai lá. Até que um dia fizeram a revitalização do parque do Grajaú. Eu me lembro que tinha uma árvore linda, aquela... O tronco dela fazia uma ponte assim, eu subia naquela árvore e tal. Aí depois dessa revitalização, eu vi que eles construíram um quiosque, exatamente, onde passava o tronco, entendeu. Quando eu vi aquilo eu comecei a chorar. Eu falei “Pai, cortaram o tronco, a ponte”. Então aquilo pra mim, eu lembro que eu chorei muito até. Eu fico até emocionada em dizer, quando eu lembro daquilo (C., 19 anos).

Frente a uma situação cotidiana, que para outros poderia não fazer diferença alguma, C. irá construir uma primeira relação com a questão ambiental, conectando tal questão a uma experiência de dor e sofrimento. Podemos imaginar quantas pessoas que vivem naquele bairro não tenham a menor idéia do quê C. está falando. Nasio (1992, p.114) diz que a “*identificação simbólica consiste no nascimento do sujeito do inconsciente, compreendido como a produção de um traço singular que se distingue ao retornarmos um a um cada significante de uma história*”. Este traço, esta experiência com os outros, com o mundo externo é fundamental no conceito de identificação, no sentido de que este ato mais do que qualquer outra coisa mostra que

a constituição da identidade não vem de dentro de si, mas das nossas relações com os outros (BURITY, 1996; CASTRO, 2006). Mais do que um fato incontestável, não é disso que se trata, o que emerge na narrativa é uma apropriação de algo, sendo que isto passa a adquirir um sentido central na vida. No nosso caso, a natureza e o meio ambiente, e posteriormente a identificação com o ambientalismo, constitui um ponto que parece totalizar suas experiências, centrar perspectivas de vida e visões de mundo. Questionado sobre a importância do meio ambiente em sua vida, M. responde:

é uma questão muito importante pra mim... e, e a atuação dela na prática pra mim é, é muito voltada ao projeto que eu trabalho, e... atuo no dia-a-dia também.. o pessoal do movimento é dentro desse coletivo que eu faço parte, e...Na verdade é uma questão até maior assim, é uma questão espiritual para mim assim. (M., 26 anos).

A proximidade com o meio ambiente emerge englobando dimensões de trabalho, vida pessoal, e espiritualidade como fica claro na narrativa de M. Ou seja, ao redor da questão ambiental se vinculam experiências subjetivas e objetivas, e instaura assim uma narrativa que organiza e dá sentido aos elementos da vida.

então por exemplo, eu quando era adolescente eu ia, gostava de passar as férias lá na Ilha Grande acampando...Aí de repente, naquele momento, lá nos meus 15 anos eu não tinha, assim, uma idéia de preocupação ambiental, mas eu, de certa forma, eu... eu gostava de estar em locais que tivesse uma natureza mais presente e tal... Enfim, aí com isso o fato de eu também ter...muito tempo que eu surfo, pego onda, então também tem esse preocupação com a natureza muito forte...Aí por exemplo, eu fui... Na hora de escolher minha profissão, eu escolhi ser oceanógrafo, que é uma ciência da terra...Então foi uma coisa que veio comigo não como uma coisa latente, “Ah eu tenho uma preocupação ambiental!”, a questão ambiental é importante, mas foi uma coisa que foi acontecendo na minha vida, né... (A., 27 anos).

Ao voltar a sua história, A. mostra como menos do que algo previamente pensado, algo claro e definido, a identificação se dá como um traço, uma diferença a partir do qual se constitui um eu, de forma retroativa, no sentido de que o que aconteceu, os fatos e ações são posteriormente ressignificados em uma narrativa coerente. É por isso que ele afirma que foi “uma coisa que foi acontecendo”, ou seja, ele não entende que havia uma direção prévia, uma consciência anterior aos processos que se seguem em sua vida. A questão é que a consciência não emerge antes mesmo das ações, ela se faz presente na medida em que estes jovens se relacionam e se identificam com a questão ambiental e posteriormente refletem sobre isso (CASTRO e MATTOS, 2009). A experiência destes jovens com o meio ambiente se constitui como um elemento central em suas vidas, um elemento que tem papel importante na definição

de profissão, hábitos, escolhas políticas. Ao que nos parece tal elemento se configura como um ponto nodal (LACLAU e MOUFFE, 1985) que fixa e articula o conjunto de experiências sociais da vida destes jovens. É por meio do remetimento a esse ponto que a cadeia de elementos díspares da vida destes sujeitos adquire um sentido organizado. Dessa maneira, há uma influência de tal ponto nas escolhas tanto acadêmicas quanto profissionais desses entrevistados, assim como em dimensões mais amplas da vida, a espiritualidade e a rede de amigos. Se num primeiro momento a relação que se estabelece com o meio ambiente é contingente e provém do mundo externo, de uma viagem ou um passeio sobre o qual talvez este indivíduo não tivesse muito controle, num segundo momento tal relação se estabelece como um centro importante para e decisivo para vida desses jovens.

Nesse sentido, é difícil mesmo estabelecer diferenciações, importante para a análise, como, por exemplo, entre mundo público e vida privada, ou trabalho e militância. É da natureza mesmo do nosso trabalho entender as conexões e lógicas que sustentam uma posição ou outra, ou uma posição e outra. A relação da militância com o trabalho e a formação universitária é algo presente e aponta para a extrema profissionalização dos militantes ambientais (CARVALHO, 2001; OLIVEIRA, 2008). Política e trabalho podem ser compreendidos como antípodas em algumas perspectivas teóricas, como por exemplo naquelas baseadas na concepção filosófica de Arendt (2008), através da sua rígida separação entre esfera privada e a esfera pública. Como nos lembra Heller (1991) essa separação rígida acaba expulsando muita coisa do domínio da política (PRADO, 2000). Por outro lado não podemos partir de tal identificação como suposto sem problematizá-la. No curso das entrevistas torna-se claro o papel transversal que o ambientalismo tem na vida dos jovens, incluindo aí a dimensão do trabalho, mas poucos jovens explicitam isso como o faz B.:

Eu sou totalmente envolvida assim né, trabalhando no coletivo jovem, que eu, assim ele surgiu... Foi pelo coletivo jovem que eu entrei assim nesta parte mais da educação ambiental e num larguei porque é uma coisa que você faz assim, no amor. Mas que leva frutos também financeiros quando né, porque você se envolve com muitas coisas (B., 24 anos).

Ora, concordo que devemos abandonar certo ranço “aristocrático” de que a política seria um domínio separado da vida social, do trabalho, do mundo da necessidade. Mas fazê-lo deve necessariamente nos convocar a pensar a relação entre estas esferas, algo que nos parece elementar no contexto do engajamento ambiental, que tem uma propensão enorme a mastigar e engolir diferenças, especificidades e esferas sociais. Caberia investigar em outro momento o

sentido específico do trabalho e da sua relação com a militância, para os próprios jovens, algo que não ficou claro em nossa pesquisa. Embora exista na prática ambiental o constante desvirtuamento e rompimento de dualismos e esquemas binários, observamos na fala de B. emergir uma diferenciação entre algo que por um lado se faz na base do amor, “mas” que também é uma coisa que rende frutos. Assim a relação desses jovens ambientalista com a questão é algo candente em suas vidas englobando principalmente suas ações cotidianas.

A vida cotidiana é marcada por uma trama de elementos heterogêneos que a constitui. Entre trabalho, escola, mercados, há uma pluralidade de ordens simbólicas e formas de tratamento que nos posicionam de maneira diversa. No entanto, isso não significa que ao sair da escola e voltar para a casa, a criança, por exemplo, deixa um papel para trás e assume outro, e assim sucessivamente, como se houvesse um “eu” pronto atrás de cada papel que coordena e pensa, como se estivéssemos numa peça de teatro. As experiências e relações sociais constituem sentidos específicos que definem os sujeitos. Não se trata de algo externo que constrange e define possibilidades, mas algo interno, algo que vivido na intimidade, como G. quando ela diz “*quando eu vou comprar comida, eu vou comprar de cooperativa de orgânicos*”. Tal colocação, para nós mais do que um ato de consumo, revela um processo de subjetivação que instaura formas e sentidos específicos na vida destes jovens. Dimensão esta relevante no cotidiano como espaço de ação:

Eu me mudei há dois meses, eles não separam o lixo, mas eu em casa separo, eu tento reutilizar com meus alunos, to tentando produzir o menos de lixo possível, tento levar essas questões para dentro da minha casa, e com meus amigos, é claro que não tento impor nada para eles, de jeito nenhum, mas... eu sempre falo, falo da importância, tento levar para o meu mundo (B., 24 anos).

Para Giddens (1984) a ação é uma intervenção transformativa sobre o curso normal da vida. Assim, vemos que para B. sua ação de separar o lixo se constitui como um momento diferencial em relação ao estado de coisas de seu prédio, ou seja, a não separação. Tal ação se insere como um momento também de coerência na vida desta jovem, e ainda que tenha impacto sobre as práticas sociais do prédio, por exemplo, não conduz necessariamente a uma mudança mais global, pois é fácil imaginar que a ação individual de B. em nada mudará a dinâmica do prédio.

A vida cotidiana é a vida do homem por inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades

intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa se realizar-se nem de longe, em toda sua intensidade (HELLER, 2008, p.31).

Assim, o cotidiano como essa dimensão da vida marcada pela heterogeneidade e hierarquia, é também um espaço para a ação ambiental dos jovens. Todos os jovens entrevistados se mostram, em algum sentido, preocupados com a sua vida cotidiana e principalmente com a inserção de práticas ambientais nesse cotidiano. Assim, se B. por um lado diz que não tenta “impor” nada aos amigos, por outro lado, logo em seguida afirma que tenta levá-los para o seu mundo. Quando questionado sobre suas atividades ambientais do “dia-a-dia”, M. diz:

Ah é... é... são várias coisas. É você não desperdiçar água né, assim, tamo aprendendo né, é você realizar um consumo consciente né, quando voce vai comprar alguma coisa você ver a embalagem dela, procurar evitar, hoje em dia é muito difícil, porque tudo tem plástico e tal, é você pensar um alimento que você vai consumir, você ver com ele é feito (M., 26 anos).

Dessa forma a relação com o dia-a-dia com hábitos é marcada por um tipo de conexão entre a ação individual e uma leitura que constrói uma ponte entre partes, que entende que os atos, por menor que sejam, relacionam-se a uma história, a um contexto social e político. Para Heller (2008, p.37) a vida cotidiana é marcada por uma tensão entre a particularidade e a genericidade. A primeira diz das relações que se estabelecem sem a mediação com o gênero humano, com os esquemas que universalizam as ações. Não se trata de elementos dissociados, pois particularidade e genericidade encontram-se na vida de uma pessoa, mas a relação com o humano-genérico se orienta em relação a um “nós”, enquanto a particularidade se faz por uma relação exclusiva ao “eu”. A autora se volta às escolhas humanas e ao momento no qual nossas escolhas não são guiadas apenas pelas particularidades, mas se guiam por atos moralmente articulados, ou seja, no qual algum ideal de bem se liga a esta ação. Portanto as ações individuais operam em relação a práticas sociais e coletivas, na direção do gênero humano. Mas essa afirmativa não é tão simples, pois ela conduz os próprios jovens a pensarem a extensão e amplitude destes atos. Se o cotidiano e as pequenas ações parecem adquirir um caráter primordial na transformação das coisas, como se depreende da fala de C. “*Se todo mundo fizesse coisas pequenas, já faria muita diferença...*”. Esta posição encontra certa resistência, que retendo o papel importante do ato individual, busca pensar as outras relações possíveis como quando B. diz: “*São pequenas ações que eu acho que já todo mundo, todo*

mundo tivesse essa coisa de... Consumir menos de repente, pode ser que... Acho que não é só isso né, acho que tem que ter o engajamento político né, você entender, saber escolher quem vai ficar lá em cima tomando conta das coisas” (B., 24 anos).

A ação individual, por mais prosaica que seja, está conectada a uma perspectiva da ação humana orientada para um bem. Mas o que é importante na crítica de B. é não fazer dos atos individuais ainda que orientados para o gênero humano, o único espaço de luta e enfrentamento. Isso aparece claramente em diversas outras falas, como na fala de G. que pensa a ação e transformação ambiental em termos de “escalas” ou “níveis”, que vão dos atos mais individuais ao mais universais. Outro que também se preocupa com isso é P. :

porque se a gente parar pra pensar é fundamental que a gente economize água no nosso dia-a-dia, fazer a barba com a torneira desligada (...) mas o medo que eu tenho, aí P. e não Greenpeace, é do discurso ficar muito nas pessoas né...E daquele cara achar que só por estar, talvez fazendo a barba de torneira fechada, ele não necessariamente ele tem que gritar contra a Bayer, achar que..entendeu...que a Monsanto faz o uso racional da água dela, ou que o condomínio, que é uma escala mais local utilize a água dele de forma racional... (P., 27 anos).

Vários desses jovens nos contam que são chamados de “eco-chatos” pelos seus amigos, sendo que muitos não ligam para esse apelido. Outros parecem se incomodar com isso e relatam que tentam não “encher muito o saco” das pessoas em relação aos atos individuais. A questão cotidiana e os atos individuais são de suma importância para todos eles, e mais propriamente do que o ato em si, o que parece importante é como estes atos revelam certa consciência ambiental, uma conexão entre o “eu” e o mundo, entre o “nós” e a questão ambiental.

4.2.2 Consciência, sensibilização e coerência como princípios para o engajamento ambiental

Se a natureza através das referências ao mar, ao acampamento, ou a cachoeira constituem momentos de uma relação inicial com as questões ambientais, a *consciência* emerge como o principal operador da ação ambiental. Assim a referência a noção de consciência é bastante recorrente e tem um sentido muito importante ao estabelecer redes de causas e de conseqüências das ações humanas sobre o meio ambiente. A consciência é como um gatilho que desperta a preocupação com o meio ambiente, algo narrado tanto com os próprios jovens, e também em relação a outros atores sociais. *“Pensa no meio ambiente, pensa*

na sua vida, pensa se tem tudo a ver e vê o que você pode fazer para diminuir o impacto” (C., 19 anos). A consciência é o nome pelo qual se ativa uma forma de racionalidade ambiental, necessária e colocada em cena especialmente a partir de uma posição individual:

Agir com consciência. Primeira coisa é consciência, você não consegue ver uma cartilha, você tem que escolher a cada minuto, mas é essa... A partir do momento que você toma uma água de coco que vem de uma garrafinha plástica, isso vai... Isso vai, é você vê o que acontece com o lixo, você vê os documentários, então você não vai conseguir fazer... É, ter noção de que cada ato tem uma consequência, isso engloba tudo ecologicamente correto, tudo tem um custo tudo tem uma consequência pra você ser servida tem que ter alguém te servindo, sabe, é uma relação (G., 28 anos).

Este é então o processo pelo qual os indivíduos compreendem o conjunto de relações na qual eles estão envolvidos, em termos dos impactos ambientais. É através dela que se estabelece uma posição de sujeito ambiental ou ecológico. A consciência *“é o modo de apreensão do real que está relacionada com o modo de produção da vida; não se pode pensar em consciência sem a compreensão das condições sociais e históricas e as relações sociais nelas estabelecidas”* (PRADO, 1994, p.121). Esta consciência é marcada pela história e pelas condições sociais, ela se faz a partir de certas balizas. Dessa forma, por exemplo, o lixo, o plástico e o consumo de água são aspectos mais ressaltados quando os jovens estão falando da consciência ambiental. Esses são também aspectos mais discutidos em relação aos impactos e agravos ambientais em relação à vida das pessoas. A consciência de que falam nossos entrevistados refere-se, quase, exclusivamente a problemática da degradação ambiental associada a ação humana. Ela é muito mais uma noção de resultados esperados a partir de determinadas ações, o que coloca em cena uma concepção normativa da realidade social, sobre o que se deve ou não fazer. Assim, mais do que uma categoria geral, em relação a concepções de mundo variadas, a consciência emerge na fala dos entrevistados como uma perspectiva individual e reflexiva, pela qual todos os indivíduos devem pensar sobre seus hábitos cotidianos.

A partir do termo consciência e também da noção de “ecologicamente correto” desponta uma das questões mais chaves na discussão acerca do ativismo e do movimento ambiental, a relação entre o individual e o coletivo, entre o particular e o universal. Por um lado, podemos entender que há um predomínio da ação individual em detrimento da ação coletiva, assim como a valorização de um bem fazer a partir de critérios claros e definidos, e que não teriam tanto a ver com relações políticas de conflito e discussão social. Mas, acreditamos que esta questão se revela mais complexa, no sentido que o dispositivo da

consciência e da ação individual, pode de fato colocar em relação conflitos coletivos, não apenas no âmbito da individualidade:

Eu acho que o caminho é mais o caminho da consciência mesmo, em todos os níveis assim... Consciência individual, consciência de grupo, tentar é, é, é... Que quando você tem a consciência você se sensibiliza, e você sensibiliza em termos da política nacional também, você tá por dentro é Copenhagen, você vai, você vai criar assim uma sensibilização só que... O ponto é que é mais profundo do que as pessoas fazem, não é só botar as arvorezinhas da Amazonia em pé, entendeu? É uma disponibilidade real de mexer na balança de poder do mundo, sabe, realmente assim, quando, sabe... (G., 28 anos).

Mais do que focar o indivíduo em suas ações singulares, fechadas no cotidiano, a consciência parece converter esse cotidiano em um espaço no qual os atos tem sentido coletivo, no qual as práticas por menores que sejam adquirem uma dimensão relacional, re-articulada a domínios humanos que não estavam previamente ligados. Constituem-se assim relações que deslocam o sentido do privado e do consumo para espaços coletivos e políticos. Mas a relação com a consciência, e aí o termo é em si importante, suscita por outro lado um tipo de argumento no qual o despertar para uma subjetividade marcada pela questão do meio ambiente, parece sobrevir a partir de um entendimento lógico das distribuições, e da parcela que cabe ao indivíduo nos espaços sociais. Assim, não se trataria a princípio da política e de disputas sociais, mas sim do acesso a razão de uma divisão, de um algoritmo. Agir é uma função do ato de saber a disposição das coisas no mundo, as ações e reações, que não por acaso são termos próprios da linguagem da física. O que vemos é que o motor da ação está na junção entre a razão e a ética, como dispositivo de saber acerca do certo e do errado: *“é mudança de hábito, é realmente você ver e entender o porque que isso vai ter uma reação, porque tudo que a gente faz tem uma reação, então porque usar plástico, o que que acontece em eu usar plástico, as pessoas entenderem o porque do plástico ali”* (B., 24 anos). Laclau (1999, p.97) afirma que há uma diferença fundamental entre processos que implicam a persuasão e por outro lado, o processo de demonstração algorítmica:

Persuasão, ao contrário, pressupõe que não há demonstração algorítmica, que você tem que ir ao redor com uma pluralidade de argumentos os quais não se findam em uma única estrutura lógica, mas a qual cria a verisimilhança do curso da ação sugerida. Isto significa que na prova algorítmica não é possível variação subjetiva

tendo em visto que o endereço da prova é certo: todo mundo tem que aceitar (tradução nossa).⁷⁸

Uma forma de argumentar em relação à questão ambiental parece seguir a demonstração lógica. Todo mundo tem que aceitar que o plástico não se degrada em condições ambientais e que ele permanece no meio ambiente por mais de quinhentos anos. Isso não é uma questão de decisão, de experiência ligada a conflitos. Não ser uma pessoa ecologicamente correta, ou mesmo consciente, parece passar por uma questão racional e lógica. Isso, no entanto, mais do que algo claro e explícito aparece sutilmente na invocação da consciência com o regime do visível dos fatos empíricos. Ora, mas a emergência de outro termo parece contrabalancear a ênfase na racionalidade da “consciência” criando um processo mais amplo de envolvimento dos sujeitos com o meio ambiente. É nesse sentido que a sensibilização aparece:

É, a gente faz essa sensibilização é...e ela acontece muito naturalmente porque o próprio contato com o ambiente já propicia uma série de aprendizados, né, de experiências, então assim, quando agente leva uma pessoa para fazer uma trilha, a própria...o fato dela já tá ali, já é a garantia de aprendizado, lógico que a gente vai estimular algumas concepções vai contar a história daquele lugar e aí a gente acaba fazendo essa relação da sociedade com a natureza (A., 27 anos, grifo nosso).

Se a consciência evoca o sentido de pensar as forças e relações envolvidas em dada situação, a sensibilidade aponta para as experiências afetivas, vivenciadas como alavancas para a ação ambiental. Vemos a sensibilização ligada a educação ambiental, no sentido de que através da ação desses jovens educadores ambientais se estabelecem relações entre experiências sensíveis e formas de conscientização. Mas também a sensibilização é fundamental no próprio engajamento dos jovens entrevistados. Entendemos que não há uma diferença radical entre consciência e sensibilização, mas a primeira parece ressaltar uma certa compreensão imediata da problemática, enquanto a segunda traz a tona um processo de envolvimento, de persuasão o que envolvem práticas sociais e experiências específicas.

A consideração acerca destes processos de sensibilização e conscientização se mostram centrais na problemática ambiental. Ela perpassa inclusive, como vimos anteriormente, a

⁷⁸ No original: “Persuasion, on the contrary, presupposes that there is no algorithmic demonstration, that you have to go around with a plurality of arguments which do not coalesce into a single logical structure but which create the verisimilitude of the course of action suggested. This means that in the algorithmic proof there is no possible subjective variation as far as the addresses of the proof is concerned: everybody has to accept”.

própria biografia dos entrevistados, na qual sua ação desponta a partir de experiências singulares com o meio ambiente, o que envolve tanto dimensões cognitivas quanto afetivas.

Eu tinha quinze anos, quatorze, foi quando teve aquele grande acidente, não sei se você vai lembrar, é..o segundo maior acidente da história da Petrobrás, o primeiro tinha sido 4 anos antes, em 97... Assim um absurdo, toneladas de óleo derramado, eu tava em Ilha Grande é... E tinha acabado de chegar uns amigos de São Paulo, com revistas, totalmente chocado... Pessoal já fazia oceanografia, pessoal um pouco mais velho... Enfim já tavam na faculdade, bla bla bla...e aquelas fotos os (??) todos sujos de óleo, as garças sujas de óleo... Foi na baía de Guanabara, os pescadores desesperados, a pesca proibida porra... Aquilo me deu um estalo, me deu um negócio (P., 26 anos).

A ativação de uma apropriação do mundo a partir da questão ambiental, ou ecológica, mais do que simples conhecimento trata-se de um processo complexo de “persuasão”, no sentido de que tem e implica considerações políticas, éticas e subjetivas. Na fala anterior vemos como dimensões afetivas, contingências históricas, discursos e experiências subjetivas se articulam na produção de uma apropriação crítica do mundo, um “estalo” que ativa uma ação. Norval (2007) busca, através da filosofia de Wittgenstein, entender como ocorrem esses momentos, no qual se processa uma mudança em relação a realidade, quando um aspecto novo surge e muda todo o quadro, o que em geral é acompanhado de expressões, como “Sim, agora eu vejo!” (p.116).

A emergência de um aspecto é intimamente conectada ao fornecimento de uma visão isto é dizer que, ao colocar objetos, palavras ou regras em relação com outros objetos, palavras ou regras, eles se situam em diferentes contextos no qual o se constitui um sentido para eles (...) Isso significa ver algo num contexto diferente, um que permite alguém fazer um novo sentido dele: por exemplo, ver um ambientalista radical se amarrando a uma árvore para impedir a construção de uma estrada como parte de uma rede de novas formas de resistência democrática (Norval, 2007, p.114).⁷⁹

O que Norval (2007, p.117) ressalta é a concepção de que a subjetividade, a maneira que as pessoas concebem o mundo e agem sobre ele se altera a medida que a percepção e construção das relações com esse mundo também se altera. Fazer as coisas diferentes é resultado de uma mudança na maneira de conceber o mundo. A consciência e a sensibilidade, assim são os nomes que os jovens dão para esse “estalo”, essa mudança seja localizada neles

⁷⁹ No original: “(...) the dawning of an aspect is closely connected to providing a surview, that is to say that, by putting objects, words or rules in relation to other objects, words or rules, they are situated in a different context in which sense is made of them. (...)This entails seeing something in a different context, one that enables one to make new sense of it: for instance, seeing a radical environmental practice of tying oneself to a tree to prevent the building of a road as part of a web of new forms of democratic resistance”.

ou em outras pessoas e que agencia uma determinada perspectiva sobre as coisas do mundo. Desta forma, a partir de determinado “estalo” vemos se fundar uma nova maneira de ver o mundo, que se torna relativamente estável, sendo que para os jovens tal estabilidade é algo muito importante.

A coerência é um terceiro termo que demarcamos na fala dos jovens, ela aponta para uma idéia de integração entre as ações e visões de mundo de uma mesma pessoa. O indivíduo coerente é aquele que a partir da consciência das redes de causas e conseqüências envolvidas nos seus atos é transformado por isso de maneira integral. *“Você vai mudar você primeiro, pra você, você passar pra fora, pra você suar aquilo, transpirar aquilo... Você não pode passar uma coisa que você não é, que você não internalizou”* (B., 24 anos). Há uma concepção de subjetividade que estabelece um fechamento, uma delimitação relativamente clara. Se a posição de sujeito ambiental é, como qualquer identidade, contingente, os jovens buscam fechar tal identidade através da coerência, ao definir uma fronteira na qual ou você é coerente, ou você não é um ambientalista. Um dos entrevistados, M. nos remete a uma comunidade agroecológica que, para ele leva às últimas conseqüências a coerência entre a ação e um fundamento ecológico e ambiental. Ele diz que nessa comunidade se fazia a *“agricultura orgânica que ainda usa estrume e depois finalmente a agroecologia, né, que não usa, a linha deles não usa nada... Porque ele é por causa do... porque o estrume do animal, vem do que, vem do pasto né...e o pasto não é uma coisa é...sustentável né. Não usa estrume tá entendendo”* (M., 26 anos). Quando questionei alguns pontos de tal coerência M. me narrou que nas trocas com o pessoal do sítio ele disse que utilizava garrafas PET e embalagem de leite para fazer vasos e assim reaproveitar este material e sugeriu tal prática a um senhor deste sítio, que respondeu que no sítio eles não utilizam nada, que não utilizam nenhum tipo de produto industrializado na prática ambiental, ele então fala *“pode fechar a fábrica, tá entendendo... que a gente dá um jeito”*. Ou seja, a gente não depende disso, a gente é outra coisa. Mas se por um lado alguns levam o exemplo da coerência até o limite do possível, outros reconhecem as dificuldades e mesmo a impossibilidade de uma vida sem desgaste ambiental. *“A gente tem que ser pelo menos ao máximo, porque não dá pra ser totalmente correta assim”* (B., 26 anos).

Mesmo assim, o que fica é que o ideal do “totalmente correto” é importante para os jovens, e mais do que simplesmente uma dimensão relativa a uma vinculação direta do homem com a natureza, com a questão do meio ambiente, em geral tal postulação de pesos e medidas, relações de agravos e benefícios é jogado também para o conjunto da vida social, para as possibilidades de uma transformação ambiental que passe sim pelo conjunto de forças

operando na sociedade. A coerência se desdobra através da ação para outras relações como vemos na fala do senhor do sítio, assim como em outro momento se diz que alguém que não respeita um porteiro, um empregado é também alguém que não irá respeitar a natureza. Há na consideração da coerência uma grande importância subjetiva no sentido de manter uma fronteira clara entre uma coisa e outra. Há a afirmação de uma negação das relações e da contingência e abertura das identidades em razão de uma concepção fechada, pura e verdadeira. A noção de verdade é invocada nesse sentido, como algo claro e definido. Se como discutimos no capítulo anterior a subjetividade antes de tudo é marcada pela identificação com o outro, ou seja, é fruto de processos exteriores a uma interioridade, o que vemos é um processo que busca o fechamento e a completude da identidade. Esta perspectiva também aparece associada a articulação que alguns jovens fazem entre o ambientalismo e a contracultura e a espiritualidade. Esta associação em geral remete em primeiro lugar uma negação da vida industrial moderna, com a conseqüente afirmação de um outro mundo, uma outra realidade. Quando questionado sobre a importância da política institucional para a luta ambiental M. diz:

Eu acho que é...importante. Não dá pra negar que é importante a começar pelo poder dela. É...é... Mas, eu vejo com bastante desconfiança...porque eu sempre procuro o caminho da verdade assim, e aí o, o...você começa a se envolver no partido, no governo e tal... E aí essa linha começa a ficar, essa linha já não é mais clara...tem que fazer acordos e tal e você tem que se aliar, fazer muitas concessões e aí essa linha da proposta, você...Ela já não é clara...Isso daí é uma grande questão para mim” (M.,26 anos).

Para M. é importante que as linhas se mantenham, o que demonstra uma perspectiva da subjetividade como algo claro e definido, não algo submetido a relações exteriores, fundada nos arranjos precários e contingentes. Como ele mesmo diz, ele busca “o caminho da verdade”, entendemos que isso, menos do que uma condição essencial revela um processo mesmo de fortalecimento desta identidade, através da construção de tal identidade como algo claro e definido. Verdade e pureza são adjetivos que definem uma busca desses jovens, em contraposição ao caos da vida contemporânea, ao jogo de interesses econômicos, a dominação e a desigualdade, dentre outras questões. Ou seja, não parece haver um conteúdo próprio a esses significantes, eles implicam muito mais uma negação do sistema dominante, entendido como falso, vil, interesseiro. Quando questionados sobre aspectos negativos da prática ambiental muitos se referem as discussões dos grupos, a briga devido a pluralidade de opiniões nos seus grupos como algo negativo. Nesse sentido podemos pensar que a identidade ambiental desses jovens tem um potencial totalizador no sentido de abarcar os elementos diferentes numa

singularidade. Como discutimos o processo de subjetivação se dá a partir de uma relação aberta e contingente. Tal relação implica que não há um fundamento único, e por vezes, os sujeitos emergem como uma dúvida sobre quais caminhos tomar, a partir de questionamentos e angústias. A subjetividade construída com base na coerência aponta um processo político, pois o que vemos é que o ambientalismo mais do que algo supérfluo ou acessório é um discurso que hegemoniza o campo social, constituindo-se como um espaço de identificação importante que constrói fronteiras e estabelece símbolos específicos.

4.2.3 O ambientalismo: Um discurso político?

Uma questão nos desafiou desde o início da realização desta dissertação: em que medida o ambientalismo pensado e colocado em ação pelos jovens cariocas conduz a formas de orientação crítica sobre o mundo social, ou seja, em que medida é o discurso ambiental um discurso político? A nossa interrogação vem de uma perspectiva da política como uma forma de alteração dos regimes e ordens sensíveis, dos sistemas que constituem determinadas práticas sociais e não outras. Ou seja, não se trata apenas de considerar temas e assuntos que têm a ver com a vida social, mas sim que se constituem como elementos de transformação de tal ordem social. Além disso, para autores como Laclau e Mouffe (1985) a política implica sempre o estabelecimento de antagonismos, de fronteiras políticas, o que para nós não parecia algo claro no discurso ambiental, tendo em vista a sua capacidade de trazer para dentro estado, mercado, sociedade civil, esquerda, direita, de forma indiscriminada.

Nessa seção discutiremos em que sentido o ativismo ambiental dos jovens cariocas pode se constituir como uma posição política. Concordamos com a perspectiva de Rancière (1996) de que a política é algo raro, composto por momentos, experiências e manifestações singulares. Como o mesmo afirma há ordens sociais de diversas formas e não é porque gostamos ou concordamos com certa distribuição do mundo sensível que podemos chamá-la de política. A política se tece a partir de uma interrupção num ordenamento específico, num sistema de relações sociais, a partir da instauração de um princípio de igualdade, que mais do que tudo mostra que toda ordem social, que é uma ordem exatamente por estabelecer hierarquias e funções jaz sobre a pura contingência igualitária (RANCIÈRE, 1996). Portanto, é fundamental entender as formas de encontro entre a ordem social, e as possíveis transformações dessas lógicas. Quando questionado acerca de sua prática como ativista ambiental P., afirma:

Então é um trabalho de ciência, mas que tem prática tem objetivo, que é a transformação da realidade ambiental é... é, do Brasil no momento. No momento específico, a partir de uma determinada conjuntura. Por exemplo, o nosso relatório sobre, é a chamada Farra do Boi na Amazônia, ela, ele mede... o objetivo era medir o impacto da pecuária na região amazônica, né, a gente tinha uma idéia, uma hipótese que a gente levantou, e que era um problema sério, a gente não sabia o quão sério era esse problema, nem como a gente poderia fazer para resolver, tá. A gente foi fazer um trabalho de investigação e descobriu, que 30% da carne que o brasileiro come hoje, ou seja, um terço né, de cada 3 bifos, um bife vem de área de desmatamento ilegal, é um dado que até impressionou a gente, mas é um dado que já tá comprovado, tá com dados da casa Civil, do presidente Lula. E, é...trouxe para a gente resultado imediato (P., 26 anos).

Em outro momento P. completa que o resultado imediato destas ações foi o compromisso público firmado pelas maiores redes de supermercado do país em não comprar carne de áreas de desmatamento ilegal. Assim, temos um sistema altamente complexo no qual vemos: uma forma específica de conhecimento que parte de metodologias científicas comprovadas e respaldadas frente às autoridades do meio; o diálogo com órgãos de representação política, no caso, a instância mais alta da política nacional, a presidência da república; e por fim a relação envolve também os agentes econômicos que de alguma forma sustentam tal prática predatória. Por aí vemos que é nas malhas e redes de poderes constituídos, nos diálogos e acordos, no complexo processo que envolve instituições como o, estado, mercado, e organizações internacionais que se joga o jogo. Temos mais claramente uma perspectiva política importante que é aquela voltada para as instituições seu poder e funcionamento. A mudança é uma consequência possível dos processos instituídos que existem no mundo social. Isso não significa automatismo, vemos que uma ação alenta e origina a transformação, o que implica que se não houvesse a ação do Greenpeace toda essa mudança poderia não ocorrer. Quando questionada sobre a situação atual do planeta outra entrevistada afirma:

Eu posso dizer assim pelos EUA, por exemplo, né...é...agora com a crise, foi o que falaram lá, que chegou a comentar, com a crise o Obama foi ajudar a General Motors, mas ele falou assim, mas tem que pensar numa forma sustentável, carro elétrico por exemplo, ontem mesmo no jornal eu li um engenheiro, até brasileiro, que eles tão nessa onda de construir carros elétricos...É eu acho que a gente tem muita potencialidade pra é...melhorar, tem idéia, tem tudo...mas agora, interesse, entendeu se todo mundo se interessasse por isso, entendeu... O que existe é falta de interesse, porque é tranqüilo a gente fazer um planeta mais sustentável (C. 19 anos).

Nesta fala a possibilidade de mudança passam também tanto pela dimensão científica e tecnológica quanto por outros sistemas de poder do mundo. Ainda que os jovens não façam da

tecnologia o oásis onde tudo se resolve, onde todos os problemas ambientais se traduzem em soluções, há sim uma consideração extremamente relevante da tecnologia existente na transformação da situação do planeta, para alguns jovens. Tal perspectiva nos conduz a uma visão, ou um discurso no qual a solução para os problemas do mundo já se encontram presentes, ou seja, as condições objetivas estão por aí, e o que falta é a ação humana, a vontade. *“Já existem as tecnologias, o conhecimento... Já existe a fórmula, o negócio é quando essa fórmula vai realmente influenciar as políticas... A questão eu acho que é política mesmo..”* (F., 22 anos)

A fórmula e a técnica se constituem em alavancas para a mudança o que por um lado estabelece uma positividade ao entender que não há grandes mistérios a serem resolvidos, por outro lado coloca na cena a importância da ação humana na transformação. A mudança que não existe é muito possível e depende de uma mudança de perspectiva, mais do que um mudança das formas e relações no mundo.

Eu visitei uma... uma turbina eólica, primeira vez que eu tinha visto uma turbina eólica, isso também pilhou com a minha cabeça...eu fiquei assim emocionado, eu não acreditei, eu olhei aquela porra...tem uma casa, e...uma só, tinha uma casa e a casa tinha uma turbina, aí eu falei.. aí o cara falou a turbina aqui leva luz para casa, o resto ela gera energia elétrica da casa, e o chuveiro é energia solar..aí eu falei, “Só?”..”Só”, e a “conta de luz?”, “não tem conta de luz”...Eu falei, “olha então o governo não ganha dinheiro com”... “não”...”É isso?” ”É isso”, então você pega aqui na natureza, e você não paga nada...nada...aquilo me deixou maluco né (risos) (P., 26 anos).

Neste exemplo acima vemos mais do que tudo o estupor deste jovem pela experiência de uma tecnologia limpa, na qual o vento produz energia elétrica. É preciso dizer que esta posição na qual a tecnologia emerge como um dispositivo importante na transformação ambiental é mais clara em apenas um dos entrevistados, e mesmo assim não é dominante no conjunto de sua entrevista. A entrevista deste jovem foi uma das mais longas e há diversos momentos no qual há uma forte crítica a sociedade e aos poderes sociais, ou seja, a mudança ambiental passa por uma transformação dos poderes existentes. Mas ao mesmo tempo é a partir de sua fala que vemos emergir esta perspectiva política positivada, no sentido em há uma relação necessária entre as diferentes funções e poderes sociais, e que a transformação ocorre pelo jogo instituído desses poderes. Dessa forma, a partir da visibilidade de um fenômeno através da ciência (o relatório sobre a farra do boi), há um processo de pressão sobre o governo e o mercado para que sanções sejam postas em marcha e que assim o fenômeno social em questão pare de ocorrer. Estamos chamando isso de positividade no sentido de que é através

das funções desempenhadas e reconhecidas das entidades que a ação se processa. Esta visão representa um tipo de perspectiva fundamental na ação social, a identificação de problemas e soluções possíveis a partir de critérios sociais, econômicos e científicos. Rancière (1996, p.41) entende que o que usualmente chamamos de política deve ser cindido em duas esferas uma que ele chama de política mesmo, e outra que ele chama de polícia, e que define como: “*o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessas distribuição*”. Uma vida puramente “policial” seria um espaço onde “*o todo da comunidade é reduzido sem resto a soma de suas partes*” (RANCIERE, 1996, p.123). Dessa forma, toda possibilidade é interna ao regime de distribuição das relações. O que é pertinente na visão suscitada acima sobre o problema ambiental é que ela se faz através de uma concepção que ressalta as funções e hierarquias do sistema político-policial. E como afirma Rancière (1996) não é que o regime policial seja bom ou mal, mas que nele não há espaço para a contingência, para a aparição de momentos de desestabilização dos consentimentos, de abalo das estruturas. A tecnologia aplicada a transformação ambiental aponta uma lógica positiva, no sentido fazendo valer relações diferenciais existentes (LACLAU, 2009).

Outros posicionamentos fundamentam diferentes visões da política, e se a primeira perspectiva aponta no sentido de uma capacidade do próprio sistema social transformar-se vemos emergir um outro imaginário, profundamente conectado às referências contraculturais dos anos 60 e 70:

Então a gente vai passar por uma era pós-tecnológica né, então a gente se meteu nessa empreitada de desenvolver tecnologia e colocar toda a nossa força nisso (...) vamos fazer o progresso, vamos se desenvolver... Desenvolveu, desenvolveu, desenvolveu, chegou agora...2009, crise ambiental, crise econômica, fome, crise energética, política, ética, tudo junto né...Esse caos que agente chegou né. Aí, a gente vira, caramba e agora né...E agora a gente vai ter que voltar...Aí você vai ter que dar um passo para trás, para dar outro para frente, a gente vai ter que perceber que tudo aquilo que a gente relevou, o saber indígena, o saber dos povos da terra, né... A própria terra, a própria natureza que a gente relevou, que a gente colocou em segundo plano, a gente vai ter que voltar e ver qual é...Infelizmente o índio, que a gente considera selvagem, o aborígene, eles tem a mais avançada, das mais avançadas da tecnologia, como cantou Caetano né, porque a tecnologia deles é uma tecnologia muito superior, é uma tecnologia de conexão com o cosmos, conexão com os espíritos das flores, com os espíritos que tão em cada bicho (A., 27 anos).

A saída dos problemas de toda ordem, político, econômico, ético se encontra num retorno a determinado mito de origem do ser humano, a uma ligação especial entre o ser humano e a terra, a natureza. O indígena se transforma assim no anti-ocidental, no anti-

capitalismo, e é a chave para uma relação radicalmente outra com o planeta, com a água, com os animais. Ora, este discurso aponta para uma visão de que a mudança da sociedade se dará através de princípios contra-hegemônicos, saberes indígenas, aproximações com a terra, novas sensibilidades, questões espirituais, ou seja, elementos heterônomos a configuração social e política moderna. É através de elementos estranhos a lógica atual de pensamento e da ação política que se dará possíveis transformações. Dessa forma surge uma nova configuração das relações de poder do mundo, uma configuração que ainda não existe, e que parte das margens das relações dominantes. Este posicionamento nos remete ao ideário contracultural dos anos 60 e 70, que permanecem orientações recorrentes no campo ambiental (CARVALHO, 2001; ROSZAK, 1972). Na mesma trilha da tradição contracultural há também uma reapropriação do ideal da vida em comunidade, da fundação de espaços alternativos ao capitalismo, a industrialização e ao consumismo.

Foi um projeto de uma comunidade, que eu também acredito em vida em comunidade, eu não acredito nisso, de ficar vivendo em caxinhas em apartamentos, eu só acredito em vida em comunidade.(...) Eu acredito, é, sei lá também quem sabe né, um milhão dessas comunidades vão brotando pelo mundo e...né? (G., 28 anos).

O ideal de vida comunitária acena tanto para a forma de suas relações internas, das interações entre os indivíduos e também para a possibilidade de transformar um conjunto um pouco mais amplo, de colocar em cenas outras perspectivas de relação social. Se, como dissemos, a coerência emerge fundamentalmente enquanto uma dimensão intra-psíquica importante para a ação ambiental, ela também se faz presente no ideal da vida comunitária:

É... sistema assim, eles plantam quase tudo e tem engajamento político também, organizam uma feira de orgânicos ... Lá em Teresópolis e...e são... (trecho inaudível) Eles tem o... o o, eles sabem muito assim, muita noção assim, eles vivem lá...tem um conhecimento muito fundamentado e um discurso muito coerente (M., 26 anos).

Essas colocações trazem a tona modos de viver e de experienciar o mundo não restritas a uma dimensão ambiental pura, nas quais fundamentalmente se imiscuem elementos sociais e políticos. O ideal contracultural se fortalece através de uma radical separação do mundo ocidental, capitalista e industrial, e a proposição de que a tomada de assalto de um outro mundo coloca em relação projetos de mundo que por vezes investem nos mesmos significantes (tecnologia, por exemplo). Como diz Rancière (1996, p.54) “*a política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos*”. Estes discursos se apropriam de um conjunto de

significantes em relação como ciência, estado, lei, grandes corporações, globalização, espiritualidade e instauram um cenário de luta. Diferenciamos a primeira abordagem do discurso ambiental em termos de sua positividade e da afirmação de que neles emerge a noção de um sistema, ou seja, de um mundo auto-regulado no qual não há nada, ou quase, heterogêneo ou exterior. Como afirma Laclau (2008) neste tipo de sociedade: “*todas as diferenças se requerem, e se referem umas as outras dentro de um conjunto sistemático*” (p. 139). Assim ciência, estado, lei, política e corporação ocupam posições definidas, tem funções específicas e a transformação implica uma reorganização que não coloca em questão a natureza das entidades nem das distribuições. No segundo caso a lógica contracultural remonta a tradições estranhas e não funcionais ao conjunto de práticas e lógicas sociais, aponta o conflito e a disputa, e argumenta pela prevalência de uma realidade verdadeira, com conhecimentos profundos e puros, em contraposição a falsidade e impureza da modernidade ocidental e através dessa disputa buscam totalizar o conjunto de forças sociais. O que há de singular nessa segunda abordagem é uma ênfase ao transcendental, espiritual como fundamento para a ação e a prática ambiental.

Percebemos que há em curso uma disputa política, um processo de hegemonização política do ambientalismo. A questão ambiental suscita uma prática e um discurso político que leva a reconfiguração das redes de distribuição de poder. Como bem lembra Norval (2008) a hegemonia para Laclau e Mouffe (1985), na apropriação que estes fazem de Gramsci não implica em dominação, mas sim em uma liderança ética, moral e política (p.198).

Por exemplo ciclovia, é... tem uma lei que toda obra, toda ponte pública construída, também tem que ter ciclovia, para facilitar o acesso a outros tipos de transporte não poluente. Acabou de ser inaugurada uma ponte em São Paulo, agora não, ela não tem ciclovia. Foi embargado, a gente fez uma... a gente pediu ...na inauguração por causa disso (P, 26 anos).

Assim, a luta ambiental procura conquistar posições e reorientar ações em planos diversos. Na citação acima vemos a luta pela conquista no campo jurídico que se traduz em protesto e luta. A questão ambiental não é um elemento puro e destacado das relações sociais e problemas vividos pelos humanos, interfere e agencia processos complexos seja através do plano jurídico, seja pela manifestação e protesto.

a partir do momento que você vai desrespeitar, eu acho difícil uma pessoa que vai desrespeitar um outro ser humano pela diferença de cor conseguir respeitar uma árvore, conseguir respeitar um animal, conseguir respeitar, sabe... (G., 28 anos).

Se a luta ambiental é diferenciada de outras lutas sociais, se ela tem momentos específicos, campos, códigos e processos históricos similares, através de formulações discursivas, e da articulação, os jovens entrevistados produzem uma relação de equivalência entre tal conjunto de práticas e as manifestações políticas mais amplas. A luta política é a luta que se trava pela ocupação de um lugar vazio, a universalidade, o espaço no qual uma demanda é sempre algo mais do que uma divisão particular no seio da vida social (LACLAU, 1996). Quando questionados sobre o que achava acerca de um slogan comum do ambientalismo, “*nem a direita, nem a esquerda, mas a frente*”, a maior parte das respostas se colocou da seguinte forma:

Não! Nem à direita nem à esquerda...não! À esquerda e pra frente tipo... Não é direita ou esquerda... É mudar o que... eu vejo assim, é que onde o político tradicional vai o ambiental vai muito mais profundo, que o ambiental ele vai questionar a política, ele vai questionar o social ele vai questionar o seu jeito de vida, a sua relação com a natureza... Com o outro ser humano... É a mudança mais profunda que pode ter... Mas não é, não é, não é... (G., 28 anos- sublinhado nosso).

O que temos é uma resposta confusa, dúbia, que por um lado evoca uma positividade para o “à frente”, concorda com ele, mas por outro também não abandona certo sentido da esquerda. Assim, a relação do ambientalismo dos jovens com as orientações políticas é tudo menos clara, mas seria tolo acreditar que esta divisão entre esquerda e direita é algo sem importância para estes jovens entrevistados, como outras pesquisas sobre juventude e política argumentam (MUXEL, 1997). No nosso entender esta formulação busca por um lado manter uma identificação do ambientalismo com ideários da esquerda, ou anti-direita, mas por outro não alocar a questão ambiental como um sub-tema da discussão política convencional, que resta integralmente sobre tal divisão. “*Eu acho que assim...tem a ver tá a frente, pra pensar no futuro. Acho que... Pode ficar um pouco... Falar que você tá à frente... Não tem que falar nada, tem só que fazer. E... e... Mas eu acho, que tem a ver que tá a esquerda assim.*” (A., 27 anos)

Das sete entrevistas realizadas, dois jovens concordam que o ambientalismo “*é realmente essa questão de centro... É você pegar os dois lados e somar*” (F., 22 anos). Uma outra entrevistada não entendeu direito a pergunta e os outros quatro jovens deram respostas parecidas com as discutidas no parágrafo anterior. Uma resposta que ao mesmo tempo identifica ambientalismo com esquerda, mas que também afirma que a luta ambiental está além ou à frente. Algumas coisas nos chamam a atenção nessas respostas, como a confusão e a

elaboração desses jovens frente ao problema, ou seja, eles vão e voltam, circulam o problema, mudam de opinião. Mas duas coisas permanecem, a defesa de uma identificação com a esquerda, e o entendimento de que faz sentido a luta ambiental estar a frente. Compreendemos que mais do que a luta ambiental ser um elemento da luta socialista, os jovens entendem que é esta que está em função daquela. O discurso da esquerda articulado ao discurso da esquerda pela questão da igualdade, da crítica e oposição ao consumismo quanto a dominação econômica das grandes indústrias. Mais do que uma identificação positiva com a esquerda vemos surgir uma identificação negativa, no caráter de ambos, tanto a esquerda quanto o ambientalismo serem contra o capitalismo, as grandes indústrias e o consumo. “*Se as... os grandes latifundiários e as grandes empresas e agrotóxicos com pecuaristas estão a direita, a luta ecológica tá a esquerda, né?*” (M., 26 anos).

Mas ao mesmo tempo, o sustentar o à “frente” e “além” desse sistema cindido parece acenar para a compreensão de que há um novo terreno a ser ocupado, que a divisão socialista e capitalista já não dá mais conta de ocupar, e este seria o terreno vazio da universalidade (LACLAU, 2008). Mas sua ocupação não se dará de qualquer forma, ou por qualquer meio. Assim, é pela marcação de termos, como consumo, indústrias, exploração, e a identificação com a esquerda que se delineia uma renovação do discurso social crítico, que se volta para as desigualdades sociais sem se remeter totalmente a um socialismo específico. Operam num nível no qual se produz tanto um espaço comum de disputa quanto de fronteiras políticas. Na fala de M. há muito mais uma reflexão, do que o jogo de posicionamentos dados e definidos. Ao proferir estas palavras M. parece ele mesmo configurar de fato relações, que atualizam certa tradição política à esquerda, marcada pelo conflito e pelo antagonismo. Tal filiação não se dá como uma simples emergência dos velhos termos com seus mesmos sentidos, ela incorpora as mudanças, se rende a articulações específicas como dimensões espirituais e a importância da liberdade individual. Este discurso ambiental traz a tona uma visão crítica do mundo, no qual nada é previamente dado, na qual a vida privada pode ser sim espaço de luta, mas isso não significa abandonar o mundo público. Individualidade e coletividade não se opõem, muito pelo contrário. A renovação da ação política não é uma criação que se origina do nada, é um processo de alteração das coisas que existem, das tradições e das orientações, assim como a incorporação de elementos novos, na contínua e eterna luta política. O ambientalismo como ação política implica, então, este processo de vinculação do discurso ambiental a ordens sociais o surgimento de mudanças, a formas de sensibilidade. O que nunca é algo dado por um discurso ou outro, no sentido de que o ambientalismo como qualquer outro discurso não é algo

inerentemente político, ele é político no momento em que traça e cruza as dimensão do público e do privado, das redes de dominação e de igualdade, quando mostra conflitos entre mundos. A política existe quando temos que nos a ver com um fato paradoxal. Quando vemos alojado num mesmo espaço, mundos distintos. Para um mundo uma árvore é madeira, é obstáculo para estradas, para outros ela é um ser vivo, dotado de alma, é o pulmão do mundo, é uma lembrança da infância. Os atos e palavras em torno dos objetos do mundo constituem um ou outro discurso, que por sua vez legitimam práticas distintas. E mais do que tudo nos voltamos exatamente para uma dessas convicções e as articulações que sustentam o discurso ambiental dos jovens cariocas, marcado pela importância da relação com a natureza, da consciência e sensibilidade frente aos agravos ambientais e pelo processo de luta política em torno da vida social.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação política no mundo contemporâneo já não segue caminhos claros e definidos, ela se faz presente no momento em que elementos da vida social são construídos como momentos de preocupação coletiva, quando se busca transformar as relações entre o público e o privado e assim alterar as determinações que regem nosso cotidiano. Isso sempre tem implicações importantes, tanto de ordem subjetiva quanto social e cultural. As categorias duais e rígidas, pelas quais todo um imaginário político se constituiu ligadas a projetos sociais discretos, como esquerda ou direita, capitalismo ou socialismo, não encontram mais um terreno seguro e claramente determinado nos dias que seguem. O que, contudo, não significa que tais projetos deixam de ter importância, pois o que ocorre é que eles simplesmente passam a se rearticular a novos elementos, transformam-se, desprendem-se de fixações específicas, e constituem novas bases para a ação e para o engajamento. Para Norris (2003) a juventude é a categoria social mais marcada por tais mudanças, o que podem ser expresso a partir de características como, por exemplo: o maior foco dos jovens na ação prática em detrimento das ideologias políticas; a desconfiança e o rechaço da institucionalidade; a primazia do consenso em detrimento do conflito e dos antagonismos; preocupação política voltada para causas específicas, dentre outras (MUXEL, 1997; NORRIS, 2003; PLEYERS, 2005). Gostaríamos de retornar a esta discussão para compreendermos como nossas análises desenvolvidas no capítulo anterior, trazem considerações acerca destas questões. Se há inovação na ação desses jovens, percebemos também a permanência de ideais e valores políticos, como a contracultura e os valores da esquerda, por exemplo.

Antes, iremos retornar a um elemento que tem acompanhado toda a nossa argumentação e que é um ponto chave de nossa análise. Trata-se da compreensão da contingência como conceito fundamental da vida contemporânea. Como já definimos anteriormente, entendemos por contingência a idéia de que não há nenhum fundamento sobre o qual a vida social se constitui. Isso implica que nossas ações não se dão a partir de um desdobramento lógico e objetivo, de processos que encadeiam uns aos outros de forma necessária. Portanto não há uma identidade pura e inequívoca do jovem no mundo contemporâneo, uma essência seja, por exemplo, no ideal da rebeldia ou por outro lado da

apatia. Mas não estamos dizendo que os jovens de determinada época são rebeldes ou não, pois o que diferencia uma perspectiva contingente de outra essencialista, não é que os fenômenos possam ser substantivados, a questão é que para a segunda perspectiva a determinação é dada por um elemento anterior, a despeito de relações sociais e da dinâmica da vida. As implicações de considerar as ações e identidades pela contingência é a possibilidade de escapar de um mundo composto por entidades dadas de antemão para uma perspectiva relacional, na qual o que é se torna mediante determinados processos. O sentido deixa de ser definido de acordo com atributos essenciais e passa a se configurar como momentos específicos de relações e lutas. Ao que nos parece essa prerrogativa teórica e também política abre um espaço importante, ao permitir, por exemplo, entender momentos históricos, lutas sociais diversas, assim como a ação política dos jovens sem se prender a posições, expectativas e possibilidades dadas por imagens e ideais. Amplia-se o campo dos possíveis, pela compreensão de que há sempre no ato um excesso de potência (TARDE, 2007), ou seja, qualquer fenômeno social não é algo unívoco, ele emerge a partir de um mundo de relações. Mas a pluralidade contida no excesso de potência no ato leva a um momento de decisão, no qual um evento singular acontece frente a outros possíveis. E este momento em geral “tende a assumir a forma de uma mera presença objetiva” (LACLAU, 1993, p.51). Assim, toda objetividade, toda afirmativa, por mais óbvia e necessária que possa parecer sempre se constitui a partir de uma relação com outras. Para Laclau (1993) a análise política deve recuperar as relações originárias a partir das quais um determinado elemento é objetivado, à custa de outros igualmente possíveis. É exatamente o que Cardoso (2005) pretende quando diz ser necessário investigar as condições de emergência do mito da rebeldia juvenil, e assim historicizar os processos que engendraram a possibilidade de emergência daquela geração política.

Se a objetividade se funda na exclusão, as marcas desta exclusão estarão sempre presentes de um modo ou de outro. O que ocorre é que a sedimentação pode ser tão completa, o privilégio de um dos pólos da relação dicotômica tão exitosa que o caráter contingente deste privilégio, sua dimensão originária de poder não resulta imediatamente visível. É assim como a objetividade se constitui como mera presença (LACLAU, 1993, P.51, tradução nossa).⁸⁰

O que era plural então deixa de existir e a singularidade presente apaga suas condições de existência, como se esta fosse mera objetividade. Como exemplo podemos pensar por qual

⁸⁰ No original: “Si la objetividad se funda en la exclusión, las huellas desta exclusion estaran siempre presentes de un modo u otro. Lo que ocurre es que la sedimentacion puede ser tan completa, el privilegio de uno de los pólos de la relacion dicotômica tan logrado, que el caracter contingente deste privilegio, su dimension originaria de poder, no resulta inmediatamente visible. Es así como la objetividade se constituye como mera presencia”.

razão determinado problema ambiental passa a se configurar como uma questão urgente, e por vezes, décadas depois desaparecem das nossas vistas. Hajer (2005) aponta como no final da década de oitenta o grande problema ambiental era a chuva ácida, da qual hoje pouco se fala.

Na política ambiental temas como a chuva ácida vem e vão, mas o que permanece é o seu papel emblemático. Poluição urbana, chuva ácida, aquecimento global, BSE (doença da vaca louca); Todas juntas se constituem num “primeira divisão dentro do domínio ambiental (HAJER, 2005, p.309, tradução nossa).⁸¹

O que este autor busca demonstrar é o contexto discursivo pelo qual a chuva ácida, num momento específico se torna um problema ambiental relevante. O autor coloca em cena os discursos e práticas que construíram este problema como uma questão para o debate ambiental no final dos anos oitenta. A chuva ácida, assim como o aquecimento global e a questão do clima, nos dias de hoje, ou ainda a energia nuclear durante a guerra fria, trazem a tona problemas ambientais que não se tratam apenas de questões científicas, mas também de processos simbólicos e discursivos (BECK, 2002). Da mesma maneira devemos buscar entender quais processos se relacionam com a demarcação de identidades muito claras, entre por um lado uma juventude dos anos 60 e 70 politicamente engajada, e uma juventude dos anos 90 e 2000 apática e hedonista. O que se ressalta com a ênfase na contingência e no papel das práticas sociais e do discurso é que os sentidos que constituem nossa vida se formam através de relações e não por algo dado, uma mera objetividade dos fatos (LACLAU, 1993). Para Bourdieu (2002, p.151) o cientista social deve sempre “*objetivar a pretensão de objetivar*”, ou seja, ele deve sempre pensar sobre os desdobramentos e implicações das formas de fazer valer uma verdade, de objetiva. Esse processo deve ser perene e implica uma atenção constante a maneira como ao objetivar define-se dada realidade e certo sentido para a vida social. É preciso desfazer certos nós conceituais, ligações e propriedades que supomos eternas. O que buscamos foi através da análise das entrevistas identificar encontros e desencontros entre projetos de vida e discursos políticos. Dessa forma, vemos no capítulo anterior como trabalho e ação política menos do que uma antítese se constituem como uma síntese possível e muito freqüente entre para a vida desses jovens ambientalistas, assim como entre os ambientalistas de uma maneira geral (CARVALHO, 2001; OLIVEIRA, 2008). Um dos principais pensadores que contribuíram fundamentalmente para estas considerações é Jacques Rancière (1996). O filósofo

⁸¹ No original: “In enviromental polítics issues like acid rain come and go but what remains is the emblematic level. Urban air pollution, acid rain, global warming, BSE (Vaca louca): Todas juntas elas constituem uma “primeira divisão” de problemas dentro do domínio ambiental”.

e historiador ao discutir sobre seu percurso intelectual explica o que alguns chamam de sua virada estética, ou seja, uma suposta mudança da filosofia política e da história para o domínio da estética. Sobre essa questão ele afirma:

Minha preocupação principal, através da qual eu realizei minha pesquisa política e histórica era apontar para a dimensão estética da experiência política (...) Esta preocupação já estava no coração da minha tese de doutorado, publicado como *La Nuit des prolétaires* [A noite dos proletários]. Neste trabalho eu recoloquei o nascimento do assim chamado movimento dos trabalhadores como um movimento estético: uma tentativa de re-configurar as partições de tempo e espaço na qual a prática do trabalho era enquadrada, e que configurava ao mesmo tempo conjunto inteiro de relações. Isto é, relações entre práticas dos trabalhadores – localizadas no espaço privado e numa alteração temporal exata entre trabalho e descanso – e uma forma de visibilidade que equacionava sua invisibilidade pública; relações entre sua prática e a pressuposição de certo tipo de corpo, das capacidades e incapacidades desse corpo – a primeira da qual sendo sua incapacidade de falar suas experiências como experiências comuns na língua universal da argumentação pública. E mostrei que no núcleo da emancipação dos trabalhadores estava uma revolução estética. E o núcleo desta revolução era uma questão do tempo. O pronunciamento platônico, dizendo que os trabalhadores não teriam tempo para fazer duas coisas ao mesmo tempo, tinha que ser tomado como uma definição do trabalhador em termos de distribuição do sensível: o trabalhador é aquele que não tem tempo para fazer outra coisa além do trabalho. Consequentemente no coração da ‘revolução’ estava a partição do tempo. Para re-configurar a ocupação de seu ‘espaço-tempo’, os trabalhadores tiveram que invalidar a mais comum partição do tempo: a partição na qual os trabalhadores iriam trabalhar durante o dia e dormir durante a noite. Era a conquista da noite para fazer outra coisa que não dormir. A mudança básica envolvia uma completa reconfiguração da partição da experiência. Ela envolvia um processo de des-identificação, outra relação com o discurso, visibilidades e assim por diante. (RANCIÈRE, 2005, p.13-4, tradução nossa).⁸²

⁸² No original: “My basic concern, throughout my 'historical' and 'political' research was to point out the aesthetic dimension of the political experience. That concern was already at the heart of my doctoral dissertation, published as *La Nuit des prolétaires* (The Nights of Labor). In that work, I restaged the birth of the so-called 'worker's movement' as an aesthetic movement: an attempt at reconfiguring the partitions of time and space in which the practice of labour was framed, and that framed at the same time a whole set of relations. That is, relations between workers' practice — located in a private space and in a definite temporal alternation of labour and rest — and a form of visibility that equated to their public invisibility; relations between their practice and the presupposition of a certain kind of body, of the capacities and capacities of that body — the first of which being their incapacity to voice their experience as common experience in the universal language of public argumentation. I showed that at the core of the emancipation of the workers was an aesthetic revolution. And the core of that revolution was the issue of time. The Platonic statement, affirming that the workers had no time to do two things at the same time, had to be taken as a definition of the worker in terms of distribution of the sensible: the worker is he who has no time to do anything but his own work. Consequently the heart of the 'revolution' was the partition of time. In order to reframe the space-time of their 'occupation', the workers had to invalidate the most common partition of time: the partition according to which workers would work during the day and sleep during the night. It was the conquest of the night for doing something else than sleeping. That basic overturning involved a whole reconfiguration of the partition of experience. It involved a process of dis-identification, another relation to speech, visibility and so on.”

Rancière (1995, 1996, 2005) reflete sobre todo um processo pelo qual uma identidade, marcada sob um signo específico e uma função específica, é transformada a partir de outra divisão do mundo sensível, que descaracteriza relações e identidade e conseqüentemente gera novas articulações e subjetividades. Os trabalhadores, ou melhor, os operários franceses que em pleno século XVIII se reuniam à noite para discutir assuntos da vida, fazer poesia e música, faziam algo mais, alteravam o regime do sensível, segundo o qual os operários deviam dormir e não discutir coisas e fazer poesia. Para Rancière (1996, p.47) a política surge sempre como uma forma de subjetivação, na qual através de certos atos, emerge algo que não cabia existir, ou seja, algo que desmancha um campo de identificações e experiências anteriores. Há, portanto, práticas e processos, formas de manifestação da construção de vínculos, palavras que arrematam e unem um mundo, assim como outras que desatam relações e identidades.

Se há inovação no campo das ações políticas, ela se dá pela emergência de novas formas de manifestação e de disputa, pelo surgimento de novos pontos de tensão entre o público e o privado, o próprio e o impróprio, a polícia e a política (RANCIÈRE, 1996). Nas narrativas dos jovens que entrevistamos vimos, no entanto, como o processo de identificação, a delimitação de funções e critérios claros e unívocos são também importantes operações no campo da vida humana. Não vivemos sempre na política a desmanchar relações sociais e desfazer identidade. Muitas vezes, pelo contrário buscamos integrar, fortalecer, dividir, ou seja, impedir a emergência do conflito e da desclassificação. Nesse sentido a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) se mostra interessante, pois através de conceitos como articulação, discurso e hegemonia traz a tona processos possíveis de fechamento e determinação, sem desconsiderar a impossibilidade de uma vida totalizada. A questão para Laclau (2008, p.36) é *“...encarar de frente a questão de como é possível uma certa totalização que seja, por outro lado, compatível com uma heterogeneidade irreduzível”*. Portanto, não se trata de um domínio superior as relações e elementos sociais, as noções de discurso e hegemonia implicam exatamente nas totalizações precárias, momentos de ordenamento sempre passíveis de dissolução. Assim, podemos entender melhor certas ambigüidades que são constantemente demarcadas no campo ambiental. Como por exemplo, entender como o ambientalismo ao mesmo tempo em que entra nas ante-salas dos poderes constituídos e constrói poderosos articulações econômicas ao seu redor, permanece implicado a ideais de vida alternativa e de um apego a espiritualidade, elementos tão caros ao ideal contracultural dos anos 70. O discurso ambiental não é simplesmente ambíguo, ele é constitutivamente diverso e heterogêneo. E isso é desse jeito, pois na sua sempre e constante constituição há diversas articulações, o que impede

pensarmos num processo unívoco, numa direção definida. Mas essa heterogeneidade não implica mútua convivência entre todas e quaisquer orientações, há disputas e luta pela conquista de um ambientalismo autêntico e verdadeiro, o que evoca e traz a tona os processos de construção mesma do campo ambiental, a luta hegemônica entre um nome e os sentidos que buscam ocupar “verdadeiramente” esse nome. É por isso que muitos dos nossos entrevistados deslegitimam a vinculação do ambientalismo a práticas econômicas e do mercado, por exemplo, pois assim é a luta política, a qual sempre conduz a criação de equivalências e diferenças entre organizações sociais, projetos políticos, tradições culturais, esquerda e direita, consumo, mercado e estado.

Quando os jovens entrevistados nos contam suas vidas, quando relatam momentos e experiências, vemos como processos e encontros, por vezes fortuitos, produzem articulações e ligações sobre coisas que a princípio “não tinham muito a ver”. Durante suas férias acampando com amigos na bela Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, o jovem P., teve uma dessas experiências. Durante o período que ele estava na ilha ocorreu um acidente ambiental gravíssimo na baía de Guanabara, próximo dali. Nesse instante, para ele ocorre um “estalo”, aquele acidente poderia acontecer ali onde ele estava. Essa experiência marca o jovem que a partir deste fato muda sua relação com a vida, com as pessoas que ele busca para conversar e com o seu cotidiano. Entre fatos e palavras vemos surgir um novo campo de experiência, um campo no qual alguns objetos ganham sentido, outros perdem valor, no qual um problema se traduz em vinculação e responsabilidade. Processo este que não poderia ser previsto por um encadeamento lógico dos fatos, pois simplesmente ele não é dado objetivamente, ele se tece a partir de momentos de decisão e de ação, no encontro de discursos com momentos de angústia e incerteza. A ação ambiental dos jovens carioca revela para nós todo um complexo processo pelo qual o mundo se torna o que é, não como algo dado, mas sim através de um processo contínuo de reconfiguração e abertura. A ação e a política se fazem presentes nas relações, nos envolvimento e não a partir de coisas prontas. O diferente muitas vezes surge do comum, de novas relações e articulações que experiências banais podem ter, quando se transformam em experiências de algo a mais, de algo que nos atravessa e que diz dessa nossa vida em comum.

REFERÊNCIAS:

- ABRAMO, H. (1997). **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, p. 25-36, maio-dez
- _____(2005). Condição juvenil no Brasil contemporâneo. Em: Abramo, H.; Branco, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-73.
- ABAD, J M. (2005). Participacion ciudadana y exclusion juvenil: crítica práctica y alternativas politicas para construir una democracia radical. Em: **Imaginario**, v.11, n.11, São Paulo, p.189-216.
- ACUNA, I. T. (2007). Ambientalismo y ambientalistas: Una expression de ambientalismo en Colombia. Em: **Ambiente e Sociedade**, v.X, n.2, p. 45-60.
- ALVAREZ, S. E, DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. (2000). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- ARENDT, H. (2009). **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- ARRUDA, A. (1996). **Uma contribuição às novas sensibilidades com relação ao meio ambiente: representações sociais de grupos ecologistas e ecofeministas cariocas**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: USP.
- BANGO, J. (1999). Participacion Juvenil e Institucionalidad Publica de Juventud. Em: **Ultima Decada**, n.10.
- BELLUZZO, L e VICTORINO, R. C (2004). A juventude nos caminhos da ação pública. Em: **São Paulo Perspectiva**, v.18, n.4. São Paulo.
- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. N. (1979) **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec.
- BECK, U. (2002 [1995]). **Ecological politics in an age of risk**. Cambridge: Polity Press
- _____(1997 [1994]), A reinvenção da política. Em: Beck, U, Giddens, A. e Lasch, S. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Unesp. Pp. 11-71.
- BECK, U, GIDDENS, A e LASCH, C. (1997 [1994]). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna** (Magda Lopes, trad.) São Paulo: Ed. UNESP.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. (1978). **A construção social da realidade :tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ : Vozes
- BIDWELL, C (1968). A juventude na sociedade moderna. Em: Parsons, T (org), **A Sociologia Americana**, São Paulo, Cultrix.
- BIGNOTTO, N. (2001). Totalitarismo e Liberdade no Pensamento de H. Arendt. Em: Newton Bignotto; Eduardo Jardim de Moraes. (Org.). **Hannah Arendt. Diálogos, Reflexões, Memórias**. (pp. 111-123). Belo Horizonte: Editora da UFMG
- BOURDIEU, P (2002). **O poder simbólico**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil.
- BURITY, J. A (1998). Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos. **Trabalhos Para Discussão Tpd**, v. 82, n. 82, p. 01-25.
- BUTLER, J. (1998 [1990]). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. (Pedro Maia Soares, trad.). Em: **Cadernos Pagu**, n. 11, p.11-42.
- CAMESELLE, J. S. M. (1996). **Psicologia Política**. Madrid: Síntesis.
- CABLE, S., HASTINGS, D., e MIX, T. (2002). Different Voices, Different Venues: Environmental Racism Claims by Activists, Researchers, and Lawyers. Em: **Human Ecology Review**, v.9, n.1, p.26-42.

- MAGALHÃES, T. (1986). "Ação e Poder em H. Arendt e J. Habermas". **Ensaio**, São Paulo, v. 15-16, p. 185-200.
- CARDOSO, I. (2005). A geração dos anos 60: O Peso de uma Herança. Em: **Tempo Social**, v.17, n.2, pp. 93-107.
- CAVALHO, I. M (2001). **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.
- _____(2004). Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. Em: Novaes, R. e Vannuchi, P. (org), **Juventude e sociedade, trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 53-74
- CASTORIADIS, C; (1987 [1978]). **As Encruzilhadas do Labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- CASTRO, L. R. de (2001) . Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. Em: Castro, L. R (org.). **Crianças e Jovens na Construção da Cultura**. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ. P.19-46
- _____(2004). Otherness in me, otherness in others: children's and youth's constructions of self and other Em: **Childhood-A Global Journal of Child Research**, Trondheim, v. 11, n. 4, p. 469-493.
- _____(2008) . "Etre Jeune": puissance vers où? Le lien social dans le contexte contemporain des inégalités sociales au Brésil. (Conferência).
- _____(2009). Socialização política: atualizando o debate. **Psicologia. Teoria e Pesquisa** (no prelo)
- CASTRO, L. R. de e CORREA, J. (2005). Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. Em: Castro, L e Correa, J. (Org.). **Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: NAU, p.09-26
- CASTRO, L. R. de ; PEREZ, B. C. ; SILVA, C. F. S. . 'Trabalho solidário': em busca de outros valores para a participação política. **Praia Vermelha** (UFRJ), 2009.
- CASTRO, L. R. de ; MATTOS, A. R. . O que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Análise Social** (Lisboa), 2009 (no prelo).
- CASTRO, M. G e ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília, DF : UNESCO
- CASTRO M. G. e VASCONCELOS, A. (2007). Juventude e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. Em M. Abramovay, E. Andrade e L. Esteves (orgs.), **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília, Unesco/MEC. (p. 81-118)
- COHN, G. (1979). Introdução. Em: Cohn, G. (org) **Max Weber**. São Paulo: Ática.
- COSTA, L. M (2009). Territorialidade e racismo ambiental: Elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. Em: Loureiro, C. F. B.(org.) **Educação ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana – uma abordagem emancipatória**. São Carlos: RiMa Editora.
- CRITCHLEY, S. (2008). Hay un deficit normativo en la teoria de la hegemonia?. Em: Critchley, S. e Marchart, O. (org.), **Laclau: Aproximaciones críticas a su obra**. 1ª Ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Economica.
- CRITCHLEY, S. e MARCHART, O. (2004). Introduccíon. Em: Critchely, S. e Marchart, O. (org.), **Laclau: Aproximaciones críticas a su obra**. 1ª Ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Economica.
- DAYRELL, J. (2002). O Rap e o Funk na Socialização da Juventude. Em: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136.
- DOIMO, A. M. (1995). **A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, ANPOCS.
- DOMINGUES J. M (1995). **Sociological Theory and Collective Subjectivity**. 1. ed. Londres/Basingstoke/Nova York: Macmillan/Saint Martin's Press

_____ (2003). **Do ocidente à modernidade. Intelectuais e mudança social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (2004). **Ensaio de sociologia.** 1a Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DRUMMOND, J.A (2006). “As primazias dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental brasileira”. Em: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.21, n.62, pp. 5-25

EAGLETON, T. (1997) **Ideologia: uma introdução.** Tradução de Silavana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo.

FEIXA, C; PEREIRA, I. e JURISM J. S. (2009). Global citizenship and the ‘new, new’ social movements: Iberian connections’. Em: Young, v 17 (4). p.421 -442.

FORACCHI, M. (1965). **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira.** São Paulo: Cia. Editora Nacional.

FORBRIG, J. (org) (2005). **Revisiting Youth Political Participation.** Strasbourg, Council of Europe Publishing.

FREUD, S (N/C). A Interpretação dos Sonhos. Vol. 1 e 2. São Paulo: Círculo do Livro. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveira e revisão de Vera Ribeiro.

GAUTHIER, M. (2005). A participação dos jovens na vida cívica. Em: Castro, L.R. e Correa, J.(Org.) **Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais** Rio de Janeiro: NAU. (p.57-76).

GIDDENS, A. (1978 [1976]). **Novas Regras do Método Sociológico: Uma Crítica Positiva às Sociologias Compreensivas.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar.

_____ (1989 [1984]). **A constituição da sociedade.** São Paulo. Martins Fontes.

_____ (1986). Action, Subjectivity and the Constitution of Meaning. Em: **Social Research**, vol 53, No 3, p.529-545.4

_____ (1991). **As Conseqüências da Modernidade.** 2ª Ed. São Paulo: Editora. Unesp.

_____ (1994). **Between Left and Right: .the Future of Radical Politics.** Cambridge : Polity

GLYNOS, J. e HOWARTH, D. (2007). **Logics of critical explanation in social and political theory.** Abingdon: Routledge.

GOMES, M. A. (2008) **Passe-livre já: participação política e constituição do sujeito.** 2008. 0 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação Em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Orientador:* Kátia Maheirie.

GONÇALVES, C. W. P. (2002). A Invenção de Novas Geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. Em. Santos, M. (Et. Al.) **Território, Territórios. Ensaio sobre Ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DPeA. (p. 375-409)

_____ (2006). **Os descaminhos do meio ambiente.** 14 ed. São Paulo: Contexto.

GRAMSCI, A.(1978). **Obras escolhidas.** São Paulo: Martins Fontes.

GRAVEL, P. L (2005). “A participação política dos Jovens no Québec:Questionamentos e Vias de Pesquisa”, Em Castro, L. R. e Correa, J. (org). **Juventudes contemporâneas: Perspectivas nacionais e internacionais.** Rio de Janeiro, NAU Editora: FAPERJ. (p. 77-88)

GURZA LAVALLE, A.; CASTELO, G. e BICHIR, M. R. (2004). Quando novos atores saem de cena – Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. Em: **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 5, n. n. 2, p. 35-54.

HAJER, M (2005). Coalitions, practices and meaning in environmental politics: from acid rain to BSE. Em: Howarth, D e Torfing, J. **Discourse theory in European politics.** Identity, policy and governance. Hampshire: Palgrave Macmillian.

HELLER, A.(1991). The concept of the political revisited. Em: Held, D. **Political theory today**. Stanford: Stanford university press.

_____(2008) **O Cotidiano e a História**. 8ª edição. Paz e Terra Filosofia, RJ.

HELLER, A e FEHÉR, F. (1998). **A Condição Política Pós-moderna**. RJ: Civilização brasileira.

HOOGHE, M. e STOLLE, D. (2005). Youth organizations within political parties: political recruitments and the transformation of party systems. Em: Forbrig, J (ed). **Revisiting Youth Political Participation**. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

HOWARTH, D. e STRAVRAKIS, Y (2000). **Introducing discourse theory and political analysis**.

HOWARTH, D.(2008). Hegemonia, subjectividad política y democracia radical. Em: Critchley, S. e Marchart, O. (org.), **Laclau: Aproximaciones críticas a su obra**. 1ª Ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Economica.

IANNI, O. (1968). O jovem radical. In: BRITTO, S. de. Sociologia da juventude I: Da Europa de Marx à América Latina de hoje.(pp.225-242) Rio de Janeiro: Zahar.

IBASE/POLIS (2007). Juventude e Integração Sul-americana : caracterização de situações tipo e organizações juvenis. Brasil: Relatório nacional. Rio de Janeiro.

INGLEHART, R. (2002 [2000]). Cultura e democracia. Em: Harrison, L. E. e Huntington, S. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record. pp.133-153

JAMESON, F. (1996 [1991]). **Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ática.

KOVACHEVA, S. (2005). Will youth rejuvenate the patterns of political participation?. Em: Forbrig, J (ed). **Revisiting Youth Political Participation**. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

KRISCHKE, P. (2005). Questões sobre Juventude, Cultura Política e Participação Democrática. Em: Abramo, H. W.; Branco, P. P. (Org.). **Retratos Da Juventude Brasileira. Análises De Uma Pesquisa Nacional**. Sao Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, p. 323-350.

KWON, S. A (2008). Moving from complaints to action: oppositional consciousness and collective action in a political community. Em: **Anthropology e education quarterly**. Vol, 39, issue1. p. 59-76

LACLAU, E. e MOUFFE, C. (1985). **Hegemony e Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London and New York: Verso.

LACLAU, E. e ZAC, L. (1994). Minding the Gap: The Subject of Politics. Em: Laclau, E. (ed.), **The Making of Political Identities** London, Verso. p.11-39.

LACLAU, E. e BOWMAN, P.(1999) Politics, Politics, Polemics and Academics: An Inter view.Em: **Parallax**, 1999, vol. 5, no. 2, 93–107

LACLAU, E (1979). **Política e ideologia na teoria marxista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1986). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social .Em:**Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2,pp 41-47.

_____. (1993). **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión.

_____. (1996). Why do empty signifiers matter to politics?. Em: Laclau, E. **Emancipation(s)**. London: Verso.

_____. (2008) ¿ Por que construir el pueblo es la principal tarea de uma política radical? Em: **Debates y combates: por un nuevo horizonte de la política**. Mexico: Fondo de cultura econômica

LACLAU, E. (2009) **La razon populista**. 1ª Ed. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica.

LATOUR, B. (2004). **Políticas da Natureza: Como Fazer Ciência na Democracia**. Bauru: EDUSC.

- LECHNER, N. (1993). A Disenchantment Called Postmodernity. In: **Boundary**, v.2, fall.
- LEFORT, C. (1991). Pensando o **político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEIS, H. (1995a) Comentários - Conflitos Sociais e Meio Ambiente. Em: **Conflitos Sociais e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro: IBASE. p. 136-138
- _____ (1995b) Ambientalismo: Um Projeto Realista Utópico Para A Política Mundial. Em: Eduardo Viola. (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios Para As Ciências Sociais**. 1a. ed. São Paulo /SP:
- LENZI, C. L. (2006) Para uma imaginação sociológica da ecologia : Uma análise do pensamento de Anthony Giddens. Em: **Ambiente e Sociedade**, v. IX, n.1, pp.105-126
- LIPIETZ, A. (2003). A Ecologia Política e o Futuro do Marxismo. **Ambiente e Sociedade**, v. V, n.2, p.9-22.
- LOUREIRO, C. F. (2005). Complexidade e Dialética: Contribuições à práxis políticas e emancipatória em educação ambiental. Em: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.26 n.93, p. 1473-1494.
- _____ (2008). Proposta pedagógica. Em: Educação **Ambiental no Brasil: Salto para o Futuro**. Rio de Janeiro: TVEscola, Ano XVIII, boletim 01.
- LYOTARD, J. F. (2006[1979]). **A condição Pós-Moderna** (Ricardo Corrêa Barbosa, trad). Rio de Janeiro: J. Olympio.
- MANHEIMM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. de. **Sociologia da juventude I — da Europa de Marx à América de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar. P.69-94
- MARCHART, O. (2007). **Post-foundational political thought: Political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University press.
- MARCHART, O. (2008). La política y la diferencia ontológica. Acerca de lo ‘estrictamente filosófico em la obra de Laclau’. Em: Critchley, S. e Marchart, O. (org.), **Laclau: Aproximaciones críticas a su obra**. 1ª Ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Economica.
- MARTINS, H. H. T. S. e AUGUSTO, M. H. O (2005). Juventude(s) e transições - **dossiê Tempo social**. São Paulo: Revista de Sociologia da USP.
- MELUCCI, A.(1985). The symbolic challenge of contemporary movements. Em: **Social research**, v. 52, n.4, p.789-816.
- _____ (1996). **Challenging Codes: Collective Action in the Information Age**. Cambridge: Cambridge University Press.
- MÉSZAROS, I (1987). **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio.
- MISCHE, A. (1997). De Estudantes A Cidadãos : Redes De Jovens E Participação Política. **Revista Brasileira De Educação**. Rio de Janeiro: n. 5/6, pp. 134-150.
- MOUFFE, C. (1988). Hegemony and new political subjects: Toward a new concept of democracy. Em C. Nelson e L. Grossberg (Orgs), **Marxism and the interpretation of culture**. Chicago: University of Illinois Press. P.89-102
- _____ (1993). **O Retorno do Político**. Lisboa: Edições Gradiva.
- _____ (1999) Por uma política da identidade nômade. Em: **Debate Feminista**. São Paulo, Companhia Melhoramentos
- _____ (2005). **On the political**. London: Routledge.
- MOUZELIS, N. (2008). **Modern and Postmodern Social Theorizing - Bridging the Divide**. New York: Cambridge University Press.

MUXEL, A (1997). Jovem dos Anos Noventa: À Procura de uma Política sem 'Rótulos. Em: **Revista Brasileira De Educação**. Rio de Janeiro: n. /6,p.151-166

NASIO, J. D. (1992). **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro : J. Zahar.

NAZZARI, R. e BARRA, D. A. (2007). Legitimidad y opinion pública, La desafeccion de los jovenes no Brasil. Em: **I Congresso Latino Americano de WAPOR. "Opinión pública, conflicto social y orden político"**. Colonia del sacramento, Uruguay, abril, 12-14, 2007.

NOVAES R. e VANUCCHI, P. (org) (2004). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

NORRIS, P. (2002). **Democratic Phoenix. Re-inventing Political Activism**. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

_____(2003). Young People e Political Activism: From the Political of Loyalties to the Political of Choice?. **Report for the Council of Europe Symposium: "Young people and democratic institutions: from disillusionment to participation"**. Strasbourg 27-28 november, 2003.

NORVAL, A. (2000). Review Article: The Things We Do with Words – Contemporary Approaches to the Analysis of Ideology. Em: **British Journal ou Poitical Science**. v. 30, p.313–346.

_____(2006). "Democratic Identification – A Wittgensteinian Approach". Em: **Political Theory**, v. 34, No. 2, 229-255

_____(2007). **Aversive democracy – Inheritance and originality in the democratic tradition**. New York: Cambridge University Press.

_____(2008). Las decisions democraticas y la cuestion de la universalidad. Repensar los enfoques recientes. Em: Critchley, S. e Marchart, O. (org.), **Laclau: Aproximaciones críticas a su obra**. 1ª Ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Economica.

NUNES, J. A. e MATIAS, M (2004). Agonistic Spaces, Contentious Politics and the Trials of Governance: Environmental Policies and Conflict in Portugal. Em: **Relatório de investigação**. Coimbra:ES (http://www.ces.uc.pt/nucleos/nects/media/documentos/STAGE_relatorio_3.PDF)

OLIVEIRA, W. J. F. (2008). Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. Em: **Dados**, v.51, n.3, pp..751-777

O'TOOLE, T. ; MARSH, D. e JONES, S. (2003). Political Literacy Cuts Both Ways: The Politics of Non-Participation Among Young People. Em: **Political Quarterly**, 74, p. 349–60.

PETERS, G. (2007). Em direção a uma teoria praxiológica da cultura. Em: Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife - PE. **Papers do Congresso Brasileiro de Sociologia**.

PLEYERS, G. (2005). Young people and Alter-Globalisation: From Disillusionment to a New Culture of Political Participation. Em J. Forbrig (org.) **Revisiting Youth Political Participation**. Strasbourg: Council of Europe Publishing. p. 133-144

PINTO, R. C (1999).Notas a propósito de Ernesto Laclau. Em: **Revista de Ciências Sociais**, Montevideu, v. 15, p. 36-48.

PRADO, M. A. M (1994). **A Consciência e a Construção de Valores Comunitários- um estudo sobre os participantes de um mutirão habitacional na cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____(2000). **Des-razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação. Um mapa teórico sobre o sujeito coletivo e o político na literatura acerca das ações coletivas**. Tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____(2001) . Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e Reflexões Acerca da Compreensão do Processo de Formação Identitária do Nós. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 01, n. 01, p. 149-172.

RANCIÉRE, J (1995). Politics, Identification, and Subjetivization. Em: Rajchman,J. (ed.) **The Identity in Question**. Routledge p.63-71

- _____ (1996). **O Desentendimento**. São Paulo: Editora 34.
- _____ (2001) História despedaçada. **Publicado originalmente no jornal Folha de São Paulo do dia 11/11/2001. Acessado em** <http://www.esquerda.net/content/view/276/64/>
- _____ (2005). From Politics to Aesthetics?. Em: **Paragraph**. Volume 28, Page 13-25
- _____ (2006). **El odio a la democracia**, Buenos Aires: Amorrortu.
- RATTANSI, A. e PHOENIX, A. (1997). Rethinking Youth Identities: modernist and postmodernist frameworks. Em J. Bynner, L. Chisholm e A.Furlong (eds), **Youth, Citizenship and Social Change in a European Context** Aldershot: Ashgate. p.121-149
- ROSZAK, T. (1972). **A Contracultura. Reflexões Sobre a Sociedade Tecnocrática e a Oposição Juvenil**. Petrópolis: Vozes.
- SADER, E. (1988). **Quando Novos Personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- SASS (2004). **Crítica da razão solitária: a psicologia social de G. H. Mead**. 1. ed. Bragança Paulista: Edusf, 2004. v. 1. 303 p.
- SOUZA, J. T. P (2002). Insurgências Juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. Em: **Cadernos de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. n.32, p.1-33
- SLOAM, D.(2007). Rebooting democracy: Youth participation in politics in the UK. Em: **Parliamentary Affairs**, 60 – 4; p. 548-567.
- SILVA, M (2007). Juventude e Meio Ambiente. Em: **Outro olhar – revista de debates**. Mandato vereador Arnaldo Godoy. Belo Horizonte. p.54-6
- SMITH, A. M. (1998). **Laclau and Mouffe: The radical democratic imaginary**. Nova York: Routledge
- SPOSITO, M. (2000). Algumas Hipóteses sobre as Relações entre Movimentos Sociais, Juventude e Educação. Em: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 13, p. 73-94.
- SPOSITO, M. P. ; SILVA, H. e SOUZA, N. A. (2006). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. Em: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 32, n. 32, p. 248-267.
- STRAVRAKAKIS, Y. (1999). **Laclau and the Political**. London: Routledge.
- TARDE, G (2007). “Os Possíveis”. Em: Vargas, E. V (org). **Monadologia e Sociologia – E outros Ensaio** (Paulo Neves, trad.). São Paulo: Cosac Naify.
- TELLES, V, S (2006). **Direitos sociais: afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG..
- THIOLLENT, M (1987). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª edição. São Paulo: Editora polis.
- TORFING, J. (1999). **New theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Žižek**. Oxford: Blackwell.
- TOURAINÉ, A (1994). **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- TOWSHEND, J (2004). Laclau and Mouffe’s Hegemonic Project: The Story So Far. Em: **Political Studies**, v. 52, p.269–288
- VIOLA, E. J. (1987). Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. Em: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 1, no 3. SP, ANPOCS, s/p.

VIOLA, E. e LEIS, H.(1995). O Ambientalismo Multissetorial No Brasil Para Além da Rio-92: O Desafio de Uma Estratégia Globalista Viável. Em: Viola, E e cols (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento E Cidadania: Desafios Para As Ciências Sociais**. São Paulo/SP: Editora Cortez e Editora da UFSC.

WALLERSTEIN, I. (1989). 1968, Revolution in the World-system. In: **Theory and Society**, v.18, n.4, p.431-449.

WEBER, M (1973). **O político e o cientista**. Lisboa: Editorial Presença

WEEDON, C. (2004). **Identity and Culture**. Buckingham: Open University Press.

YEARLEY, S. (2005). **Cultures of Environmentalism: Empirical Studies in Environmental Sociology**. Houndmills, NY: Palgrave MacMillan

ZHOURI, A. (2008). Justiça ambiental, diversidade cultura e accountability: Desafios para a Governança Ambiental. Em: Rev. Bra. Ciências Soc, v.23, n.68, p.97-107.

ZIZEK, S. (1993) Beyond Discourse Analysis. Em: Laclau, E (org.) **New Reflections on the Revolution of Our Time**. London: Verso, pp 249-260.

_____ (1999) **Ticklish Subject**. London: Verson.

ANEXO A.

Roteiro de Perguntas para Entrevista com Jovens Ativistas Ambientais

Apresentar a pesquisa. Dizer do meu foco nas diversas maneiras pelas quais a juventude tem se mobilizado e agido em razão de questões ambientais.

1. Identificação do Jovem

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Onde Mora:

1.4 Escolaridade:

1.5 Profissão/Estudo:

2. Sobre a Ação Ambiental

2.1 Atualmente, como é o seu envolvimento com a questão do meio-ambiente?

2.2 A sua ação é ligada a algum grupo, uma entidade ou instituição? Que grupo é esse? (Caso não, perguntar se já participou de algum grupo no passado)

3. Sobre a participação em coletivos ambientais

3.1 Eu gostaria de saber brevemente sobre a história desse grupo? Assim como suas características mais importantes (O que este grupo faz, quais são suas linhas de ação e questões? Quais são os parceiros? Há inimigos? O grupo é muito organizado? Este grupo é exclusivamente ecológico?)

3.2 Como é a sua participação neste grupo? Você está nele há muito tempo? (qual função você tem nele)

4. História da ação ambiental para o jovem

4.1 Quando o meio ambiente passou a ser uma preocupação para você? (Como foi esse processo na sua vida...)

4.2 Na sua experiência com a luta ambiental da qual você faz parte qual foi o momento mais bonito, o momento que te tocou mais...

4.3 E também como foi o pior momento na luta, teve algum momento no qual você achou que nada disso vale a pena, que seria melhor desistir...

4.4 Como você vive este seu ativismo ambiental na sua vida cotidiana, na sua relação com parentes e amigos? (É difícil, fácil, a pessoa tenta mudar tudo ao redor ou é uma coisa mais separada?)

4.5 Pessoalmente, tem algum tema que te toca mais, que te sensibiliza mais dentro da discussão ambiental?

[Ver se a pessoa já teve ou tem algum outro tipo de engajamento social e político]

5. A questão Ambiental de forma mais ampla

5.1 Como você vê a situação do planeta hoje em relação a questão ambiental?

5.2 Atualmente há um grande apelo para que todas as pessoas sejam ecologicamente corretas. O que você entende por ecologicamente correto? (Vc acredita que as ações individuais podem mudar a situação)

5.3 Você acha que existe um movimento ambientalista (especificamente) brasileiro? Com características próprias? Como seria esse movimento?

5.4 Como você vê a relação entre a discussão ambiental e ecológica e outras questões que mobilizam as pessoas, como as desigualdades sociais, questões de raça, gênero, orientação sexual, espiritualidade você acha que são coisas muito diferentes?

5.5 Para você como é possível mudar a sociedade? Por quais caminhos devemos seguir?

5.6 A luta ambiental aqui no Brasil e também em outros lugares do mundo muitas vezes se coloca como não estando nem a esquerda e nem a direita, mas a frente, o que você pensa disso?